

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE ARTES E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO LETRAS

Marlon da Fonseca Misceno Araujo

**ITALIANO SEM FRONTEIRAS:**  
ENUNCIÇÃO, POLÍTICA E IDENTIDADES NA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE SANTA MARIA

Santa Maria, RS  
2023

Marlon da Fonseca Misceno Araujo

**ITALIANO SEM FRONTEIRAS:  
ENUNCIÇÃO, POLÍTICA E IDENTIDADES NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
SANTA MARIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de concentração em Estudos Linguísticos da, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras – Ênfase em Estudos Linguísticos.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Eliana Rosa Sturza

Santa Maria, RS  
2023

**Marlon da Fonseca Misceno Araujo**

**ITALIANO SEM FRONTEIRAS:  
ENUNCIÇÃO, POLÍTICA E IDENTIDADES NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
SANTA MARIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de concentração em Estudos Linguísticos da, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em Letras – Ênfase em Estudos Linguísticos**.

**Aprovada em 15 de fevereiro de 2023.**

---

**Eliana Rosa Sturza, Dra. (UFSM) – Videoconferência**  
(Presidente/Orientadora)

---

**Alessandra Paola Caramori, Dra. (UFBA) – Videoconferência**

---

**Maria Clara da Silva Ramos Carneiro, Dra. (UFSM) – Videoconferência**

---

**Tatiana Keller, Dra. (UFSM) – Videoconferência**  
(Suplente)

Santa Maria, RS  
2023

Dedico este trabalho à memória  
da minha tia Elisângela Mira da Fonseca e  
do meu padrinho e tio José Sérgio Misceno Araújo.  
Obrigado por todo ensinamento, amor e carinho!

## AGRADECIMENTOS

Depois de um longo ciclo de muitas mudanças no período de 2012 a 2022, gostaria de agradecer aos meus pais, Eliana da Fonseca Araújo e Rogério Misceno Araújo, por todo o esforço quando mais precisei. Agradeço ao meu irmão e a minha cunhada, Bruno Misceno e Thamires Miceno, que tanto se preocuparam durante todo o tempo que estive em Santa Maria sem amigos perto e tendo que lidar com as preocupações do cotidiano de estudo e trabalho.

Agradeço também à Suélen Najara de Mello, por toda amizade, auxílio, partilha, compreensão e aprendizado que tive desde os primeiros momentos que tivemos trabalhando juntos no Idiomas sem Fronteiras Italiano.

Agradeço às professoras Alessandra Paola Caramori e Maria Clara da Silva Ramos Carneiro por toda a recepção, apoio, preocupação, dedicação e suporte que recebi ao chegar em Santa Maria e por continuarem me ajudando sempre que precisei.

Agradeço à professora Eliana Rosa Sturza por ter me guiado e orientado todo o percurso de desenvolvimento deste trabalho e espero poder continuar aprofundando nos estudos de enunciação e política linguística sob a sua orientação.

De modo muito particular, gostaria de agradecer à Manoela da Fonseca por ter sido presente no momento que mais precisei e por me ensinar a ser uma pessoa melhor, muito obrigado!

Agradeço às professoras da banca examinadora, pelas contribuições, correções e direções que resultarão na melhoria do trabalho.

Agradeço aos meus professores do curso de italiano da UFPR Gerson Carvalho, Karine Marielly Rocha da Cunha, Luciana Lanhi Balthazar, Luiz Ernani Fritoli, Paoletta Santoro e Paula Garcia de Freitas que me acolheram, me incentivaram e me proporcionaram tantos aprendizados em meus primeiros passos nos estudos de língua e cultura italianas.

E agradeço à Deus por ter colocado na minha vida tantas pessoas maravilhosas que tanto me ajudaram com amizades, palavras de apoio e atenção!

Agradeço a toda minha família, a todos professores e amigos que passaram pela minha vida ou que ainda fazem parte dela.

Muito obrigado a todos e todas! Obrigado pela oportunidade!

Chorei por não saber o que fazer.  
Mas tive que seguir em frente.  
Lutei minhas lutas.  
Cada lágrima uma vitória dolorosa.  
Lutei. Luto. Continuo.

Chorei por me sentir insuficiente e toda vez que sentia em minha pele,  
em meu rosto, toda a força que entreguei.  
Reconheço meu limite, porém  
sigo e continuo.

Deixo para trás a dor sentida pela crença errada.  
Eu me perdoo por toda culpa que eu mesmo criei,  
pois nada estraguei. Permaneço, sigo e continuo.

Estou cansado, mas hoje é mais um dia de luta, mais um dia de lágrimas,  
mas pelo amor que possuo em mim e que Deus me dá a cada novo dia, tenho fé,  
farei meu melhor, farei o que posso fazer, assim vou me respeitar.  
Sei que está difícil, mas sei que não estou sozinho  
e por isso, sigo e continuo.

Só você reconhece o sentido das suas lágrimas.  
Aceite-as reconhecendo todo o esforço e todo o  
percurso que te possibilitou chegar onde chegou.  
É um momento único do encontro entre seu passado  
mais difícil, seu presente enlouquecedor  
e seu futuro mais desafiador.  
Fique bem e continue, você está no caminho certo.

(Marlon Misceno, 2022)

## RESUMO

### ITALIANO SEM FRONTEIRAS: ENUNCIÇÃO, POLÍTICA E IDENTIDADES NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

AUTOR: Marlon da Fonseca Misceno Araujo  
ORIENTADORA: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Eliana Rosa Sturza

O presente estudo, intitulado “Italiano Sem Fronteiras: Enunciação, Política e Identidades na Universidade Federal de Santa Maria”, tem por objetivo geral compreender as relações identitárias e culturais mobilizadas pelos participantes dos cursos de italiano ofertados pelo Idiomas sem Fronteiras (IsF), da Rede Andifes IsF, no âmbito da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Os objetivos específicos são: contextualizar o espaço de ensino de língua italiana do Idiomas sem Fronteiras na UFSM; caracterizar o perfil de estudantes da UFSM que se matriculam nos cursos de italiano; discutir as principais motivações da participação dos alunos nos cursos de italiano do Idiomas sem Fronteiras; verificar a enunciação e as relações identitárias que atravessam os estudos da língua italiana. O aporte teórico está pautado nos conceitos de enunciação proposto por Émile Benveniste e na “Semântica do Acontecimento” proposta por Eduardo Guimarães. Como instrumentos de análises foram utilizados os formulários, já criados pelo IsF da UFSM, na plataforma *Google Forms* para receber as inscrições e o *feedback* dos cursos dados pelos sujeitos acadêmicos (alunos, professores e servidores) que assumem a posição de estudantes de italiano interessados e/ou matriculados nas ofertas do curso de nível inicial “Introdução à língua e cultura italianas 1 - A1”, no período de novembro de 2021 a maio de 2022. Ao contribuir com a internacionalização do espaço acadêmico, para a comunidade acadêmica da UFSM, o Idiomas sem Fronteiras oportuniza uma primeira aproximação formal com a língua italiana padrão. Partindo da ideia de multiplicidade que se faz presente no contexto italiano pela existência de diferentes línguas e que é também compartilhada com a história do Rio Grande do Sul, por meio da imigração italiana e do estabelecimento da Quarta Colônia próxima de Santa Maria, este trabalho busca identificar os efeitos de sentido em relação ao estudo da língua italiana no espaço universitário da UFSM. Os estudantes procuram relacionar as suas primeiras línguas com a língua italiana estudada no IsF usando enunciados que acabam sendo atos políticos, pois estabelecem uma relação mais próxima entre culturas diversas e assumem sentidos novos no enunciar, possibilitado pela cena enunciativa constituída no interior da universidade. Espera-se que o estudo venha a contribuir para futuras pesquisas na área de política linguística universitária e em aspectos que se referem aos sentidos de identificação e de relações culturais no panorama da pluralidade das línguas brasileiras.

**Palavras-chave:** Enunciação. Política linguística. Identidades.

## ABSTRACT

### ITALIAN WITHOUT BORDERS: ENUNCIATION, POLITICS AND IDENTITIES AT THE FEDERAL UNIVERSITY OF SANTA MARIA

AUTHOR: Marlon da Fonseca Misceno Araujo  
ADVISOR: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Eliana Rosa Sturza

The present study, entitled “Italian without Borders: Enunciation, Politics and Identities at the Federal University of Santa Maria”, aims at understanding the identity and cultural relations mobilized by the participants of the Italian courses offered by the Language without Borders (IsF), of the Andifes IsF Network, within the scope of the Federal University of Santa Maria (UFSM). The specific objectives are: to contextualize the Italian language teaching space of *Idiomas sem Fronteiras* at UFSM; to characterize the profile of UFSM students who enroll in Italian courses; to discuss the main motivations for the participation of students in Italian courses at *Idiomas sem Fronteiras*; to verify the enunciation and the identity relations that cross the studies of the Italian language. The theoretical contribution is based on the concepts of enunciation proposed by Émile Benveniste and on the “Semantics of the Event” proposed by Eduardo Guimarães. As instruments of analysis, forms were used, already created by the IsF of UFSM, on the Google Forms platform, to receive registrations and feedback on courses given by academic subjects (students, professors and employees) who assume the position of students of Italian who are interested and /or enrolled in the beginner level course “Introduction to Italian language and culture 1 - A1”, from November 2021 to May 2022. By contributing to the internationalization of the academic space, for the UFSM academic community, the Languages without Borders provides a first formal approach to the standard Italian language. Starting from the idea of multiplicity that is present in the Italian context due to the existence of different languages and that is also shared with the history of Rio Grande do Sul, through the Italian heritage and the establishment of the Fourth Colony near Santa Maria, this work seeks to identify the effects of meaning in relation to the study of the Italian language in the university space of UFSM. Students seek to relate their first languages with the Italian language practiced at the IsF using utterances that end up being political acts, as they establish a closer relationship between different cultures and assume new meanings in enunciation, made possible by the enunciative scene established within the university. It is hoped that the study will contribute to future research in university language policy and in aspects that refer to the meanings of identification and cultural relations in the panorama of the plurality of Brazilian languages.

**Keywords:** Enunciation. Language policy. Identities.



## RIASSUNTO

### **ITALIANO SENZA FRONTIERE: ENUNCIAZIONE, POLITICA E IDENTITÀ ALL'UNIVERSITÀ FEDERALE DI SANTA MARIA**

AUTORE: Marlon da Fonseca Misceno Araujo

RELATRICE: Prof. Dott.ssa Eliana Rosa Sturza

Il presente studio, dal titolo “Italiano senza frontiere: enunciazione, politica e identità all'Università Federale di Santa Maria”, ha l'obiettivo generale di comprendere le relazioni identitarie e culturali instaurate dai partecipanti ai corsi di italiano offerti dalla Lingua senza Frontiere (IsF), della Rete Andifes IsF, presso l'Università Federale di Santa Maria (UFSM). Gli obiettivi specifici sono: contestualizzare lo spazio di insegnamento della lingua italiana di Idiomas sem Fronteiras all'UFSM; caratterizzare il profilo degli studenti UFSM che si iscrivono ai corsi di italiano; discutere le principali motivazioni della partecipazione degli studenti ai corsi di italiano di Idiomas sem Fronteiras; verificare l'enunciazione e le relazioni identitarie che permeano gli studi della lingua italiana. Il contributo teorico si basa sui concetti di enunciazione proposti da Émile Benveniste e sulla “Semantica dell'Evento” proposta da Eduardo Guimarães. Come strumenti di analisi sono stati utilizzati moduli, già realizzati dall'IsF dell'UFSM, sulla piattaforma Google Forms per ricevere iscrizioni e feedback sui corsi impartiti, da soggetti accademici (studenti, docenti e dipendenti) nella veste di studenti di italiano interessati e/o iscritti al corso di livello iniziale “Introduzione alla lingua e cultura italiana 1 - A1”, da novembre 2021 a maggio 2022. Contribuendo all'internazionalizzazione dello spazio accademico, per la comunità accademica dell'UFSM, la Lingua senza Frontiere fornisce un primo approccio formale alla lingua italiana standard. Partendo dall'idea di molteplicità che è presente nel contesto italiano per l'esistenza di lingue diverse e che è condivisa anche con la storia del Rio Grande do Sul, attraverso l'immigrazione italiana e la costituzione della Quarta Colonia nei pressi di Santa Maria, questo lavoro cerca di identificare gli effetti di significato in relazione allo studio della lingua italiana nello spazio universitario dell'UFSM. Gli studenti cercano di mettere in relazione le loro prime lingue con la lingua italiana studiata all'IsF utilizzando espressioni che finiscono per essere atti politici, in quanto stabiliscono un rapporto più stretto tra culture diverse e assumono nuovi significati nell'enunciazione, resi possibili dalla scena enunciativa costituita all'interno dell'Università. Si spera che lo studio contribuisca alla ricerca futura nell'area della politica linguistica universitaria e negli aspetti che si riferiscono ai significati dell'identificazione e delle relazioni culturali nel panorama della pluralità delle lingue brasiliane.

**Parole chiave:** Enunciazione. Politica linguistica. Identità.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>10</b>
<b>2 A UNIVERSIDADE COMO LUGAR SEM FRONTEIRAS PARA ENUNCIACÃO</b>	<b>16</b>
2.1 O CONTEXTO DA QUARTA COLÔNIA DE IMIGRAÇÃO ITALIANA	16
2.2 A UNIVERSIDADE E A INTERNACIONALIZAÇÃO DE SEUS ESPAÇOS	21
2.3 ITALIANO SEM FRONTEIRAS NA UFSM	25
2.4 A POLÍTICA LINGUÍSTICA DA UNIVERSIDADE	36
<b>3 REFLEXÕES SOBRE POLÍTICA DE LINGUÍSTICA ENTRE ITÁLIA E BRASIL</b>	<b>41</b>
3.1 DIÁLOGOS ENTRE A POLÍTICA LINGUÍSTICA ITALIANA E BRASILEIRA	46
3.2 NOVAS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS PARA ESTUDANTES DE ITALIANO	53
<b>4 OS SUJEITOS SEM FRONTEIRAS NO ENUNCIAR</b>	<b>60</b>
4.1 ANÁLISE DOS ENUNCIADOS	62
4.1.1 ESTUDAR ITALIANO CONSIDERANDO A CULTURA	65
4.1.2 ESTUDAR ITALIANO CONSIDERANDO A DESCENDÊNCIA	66
4.1.3 ESTUDAR ITALIANO CONSIDERANDO A INTERNACIONALIZAÇÃO	71
4.1.4 APÓS PARTICIPAR DOS CURSOS	74
<b>5 IDENTIDADES RECONSTITUÍDAS PELO POLÍTICO</b>	<b>88</b>
5.1 IDENTIDADES CONSTRUÍDAS PELO IMAGINÁRIO	96
5.2 A QUESTÃO DA TRADIÇÃO E DA LÍNGUA PARA IMIGRAÇÃO ITALIANA	99
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>105</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>111</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A partir de uma fronteira, nos deparamos com um referencial instituído pelo campo político que separa um “nós” de um “outro” ou “outros”. Estar em um lugar social de forte influência de imigrantes estrangeiros, nos faz refletir sobre os sentidos de pertencimento que envolvem as manifestações culturais, as falas e os posicionamentos políticos que compartilham um mesmo ambiente de produção enunciativa. Quando nos deparamos com um mundo mais internacionalizado e que cada vez mais nos aproxima de culturas diferentes, nos aproximamos das dissonâncias, das discordâncias, pois estamos em um mundo em que “a política só existe sob a forma do litígio, do desentendimento” (LAGARES, 2018, p. 40), e não podemos nos afastar dela porque é parte fundamental da nossa vida em sociedade, pois é a partir da discordância que podemos e devemos buscar entender o outro.

Na obra *1984* de George Orwell (1903-1950), somos apresentados a um mundo dividido politicamente em três continentes: Eurásia, Lestásia e Oceania. Três grandes superpotências utilizadas como metáfora para criticar países com governos totalitários e que promoviam a desvirtuação de fatos históricos, o apagamento das identidades individuais, a intervenção política do Estado sobre as línguas que circulavam em seu território e a divulgação de falsas informações através dos meios de comunicação. No decorrer da trama, Orwell explora a língua como um dos pontos de interesse do governo, que a utiliza para exercer controle, domínio, influência de pensamento e unidade, privilegiando a ideologia governamental. Inspirado na efervescência do nacionalismo da primeira metade do século XX, autor colocou em sua obra o papel da língua na visão nacionalista dos Estados-nação, em que o ideário político, promovido pela língua, direcionaria a população para caminhos menos fragmentados e mais aproximados dos sentidos que fortaleciam a unificação. Portanto, tratava-se de uma questão de interesse da política pública-administrativa e que entra em conflito pela língua, na relação Estado x falantes.

Tal conflito é dado pela prática enunciativa, onde valores políticos estão em diálogo com o passado, ao mesmo tempo que deixam indicações para refletir sobre posicionamentos para o futuro. Através de língua nos colocamos diante de outros referenciais sociais, questionamos, refletimos e nos desenvolvemos a partir de práticas que se instituem na forma como nos entendemos pela diferença para com o outro. Para Sturza (2006, p. 68) tais práticas se realizam por “um espaço configurado por uma relação de línguas e de falantes” e ainda os “sentidos que se constituem em um espaço de enunciação decorrem dessa relação umbilical”.

Ao ingressar na graduação de Letras - Português/Italiano na Universidade Federal do Paraná (UFPR) no ano de 2015 passei a compreender a importância do papel de uma língua para além do que se refere a gramática tradicional. Quando entrei no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência Orientada (PIBID) em 2016, passei a trabalhar com o ensino de português na rede pública de Curitiba e aos poucos fui ampliando o meu interesse sobre os dizeres dos alunos enquanto sujeitos críticos e sobre a maneira como eles se relacionavam com o conteúdo que era trabalhado em sala de aula. Em seguida, a oportunidade de participar do projeto de extensão “Formação em Idiomas para a Vida Universitária” (FIVU) e do programa Idiomas sem Fronteiras (IsF) da UFPR proporcionaram importantes reflexões que dialogavam com o panorama histórico da Itália, em particular o período que mais busquei estudar: da unificação italiana até o fim da Segunda Guerra Mundial.

Em outubro de 2019, após concluir minha graduação, passei a integrar o Idiomas sem Fronteiras (IsF) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), assumindo a organização das ofertas dos cursos de italiano. O ambiente universitário possui grande diversidade em seu público, sendo alunos participantes dos cursos do IsF majoritariamente estudantes de graduação e pós-graduação, professores e servidores técnicos da Instituição. A princípio as aulas ocorriam de modo presencial, porém devido à pandemia da COVID-19 causada pelo vírus SARS-CoV-2 impactou a todos no mundo inteiro e, seguindo as orientações públicas sanitárias, a UFSM suspendeu as atividades acadêmicas e administrativas presenciais em todos os campi da Instituição em 16 de março de 2020.

A Instrução Normativa N. 002/2020, publicada pela Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) instituiu o Regime de Exercícios Domiciliares Especiais (REDE) regulando as atividades da universidade em modalidade remota, tendo sido complementada posteriormente pela Instrução Normativa N. 003/2020, que avaliou a disponibilidade de acesso dos alunos à internet e regulou a atuação dos cursos da área da Saúde durante o período de suspensão das atividades presenciais.

Neste contexto, o projeto Italiano na Universidade Federal de Santa Maria (IsF-Italiano), no âmbito da Rede Andifes IsF, continuou suas atividades regulares em modalidade remota entre os anos de 2020 a 2022 e, durante todo este período em que as atividades presenciais estiveram suspensas, a prática docente me proporcionou uma nova reflexão crítica. Em 2021 tive a oportunidade de contribuir com o artigo “O ensino de italiano no âmbito da Rede Andifes Idiomas sem Fronteiras nos tempos de ensino remoto”, publicado pela Revista Italiano UERJ, em seu v. 12, n. 1 (2021), trazendo os dados e experiências adquiridas relativas ao meu trabalho como professor de italiano na UFSM em 2020.

Também foram produzidos mais dois artigos em conjunto com a equipe do IsF-Italiano: “Curso Preparatório para Exames de Proficiência de Italiano: os desafios e as possibilidades de *valutare a distanza*.”, texto na Revista Italiano da UERJ, e “Além da tela: A Itália através do cinema na sala de aula remota da Rede Andifes - IsF.”, publicado na Revista Italianística da USP, trabalhos que ampliaram muito a minha reflexão sobre a minha atuação docente e sobre as relações de identificação dos alunos com a cultura italiana, considerando a proximidade da UFSM com os municípios que compõem a região da Quarta Colônia.

Considero importante mencionar alguns casos particulares de alunos que, durante as aulas ou tirando dúvidas fora delas, identificaram certas diferenças entre o italiano estudado e o italiano que conheciam a partir do meio familiar. Um exemplo é o caso de uma aluna com faixa etária em torno dos 20 anos que, em uma mensagem de *WhatsApp*, disse que para sua mãe, a palavra “plano”, para ser referir a “planície”, seria em italiano *cerro*, porém em italiano padrão temos *pianura* ou *piano*. Ainda de acordo com a mãe da aluna, a avó dizia que para se referir a “luz” em italiano seria *lúmen*, quando no italiano padrão encontramos *luce*. Outro exemplo, desta vez ocorrido durante as aulas, foi a habitual troca do verbo *avere* do italiano, “ter” em português, pelo verbo *aver* em Talian<sup>1</sup> realizada por uma outra aluna, com faixa etária em torno dos 30 anos. Era comum nas aulas com atividades de prática de conversação ela substituir *noi abbiamo* por *noantri gavemo* ou *voi avete* por *voaltri gavé*<sup>2</sup>, respectivamente primeira e segunda pessoas do plural do verbo “ter” em italiano, além de trocar a conjugação *è* do italiano, terceira pessoa do singular do verbo *essere* no presente do indicativo, por *sè*, conjugação da segunda pessoa do singular do verbo *esser* em Talian.

Para um dado grupo de alunos, a motivação para estudar italiano partia da vivência deles por ser a “língua falada pela família”, tendo também a intenção de obter a cidadania italiana, enquanto outros apresentavam o desejo de realizar intercâmbio na Itália ou interesses particulares pela cultura italiana. Assim, pensando na forma como os alunos interagem com a língua italiana, passei a refletir sobre como se dava a aproximação, ou o afastamento, em processos de identificação com a língua italiana para os sujeitos que participavam dos cursos ofertados na UFSM. Para isso, parti da seguinte questão norteadora: quais as relações

---

<sup>1</sup>Língua neolatina de base vêneta que se constitui no Brasil a partir da interação entre as línguas dos imigrantes italianos com o português brasileiro. Como disposto no site da Associação Brasileira de Professores de Italiano (ABPI), trata-se de uma língua “predominantemente oral e falada sobretudo em regiões com presença de descendentes de italianos”, tendo especificidades e variações de acordo com a região onde se apresenta. Sobre o Talian acesse: <https://www.abpionline.com.br/italiano-no-brasil-e-no-mundo/detalhe/?id=1>

<sup>2</sup> Respectivamente primeira e segunda pessoas do plural do verbo “ter” em italiano e Talian.

identitárias são mobilizadas pelos participantes dos cursos de italiano, oferecidos pela Rede Andifes, através do Idiomas sem Fronteiras na UFSM?

Tendo o espaço de enunciação, sua relação com os falantes, sujeitos instituídos pelo discurso e pelo enunciado, este trabalho tem por objetivo compreender as relações identitárias e culturais mobilizadas pelos participantes dos cursos de italiano ofertados pelo Idiomas sem Fronteiras, no âmbito da UFSM.

A linha de pesquisa da presente dissertação é “Língua, Sujeito e História”, estando vinculada ao projeto “Da História e da Política: as línguas, as fronteiras e as instituições” coordenado pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Eliana Rosa Sturza. A princípio, o projeto de pesquisa apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Letras da UFSM possuía o título “Italiano na Universidade Federal de Santa Maria: uma questão de língua, política e identidade” e, ainda que tenha mantido questão norteadora da pesquisa, foi necessário realizar a mudança em sua metodologia de pesquisa e na composição do corpus. A proposta era analisar os textos das respostas fornecidas em entrevistas pelos alunos dos cursos de italiano, mas as alterações no calendário acadêmico em virtude da pandemia e de acordo com encontros de orientação com a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Eliana Sturza, optamos considerar a questão da internacionalização da universidade e a identificação dos sujeitos com a língua e cultura italianas no meio acadêmico a partir das respostas disponíveis nos formulários do Idiomas sem Fronteiras - Italiano.

Para contribuir com as reflexões e análise, considero o período de ofertas de cursos realizada entre novembro de 2021 a abril de 2022, compreendendo 5 ofertas que possibilitaram o acompanhamento dos grupos de curso de nível inicial “Introdução à língua e cultura italiana 1 - A1”, partindo dos enunciados produzidos pelos inscritos nos questionários de inscrição e no formulário de conclusão, tomando os enunciados dos alunos que efetivamente foram matriculados e que participaram de todo o ciclo do curso.

Ao nos posicionarmos em um meio formal de estudo e aprendizado de uma língua estrangeira/adicional, podemos reconhecer com mais abertura às raízes que constituem nossas identidades culturais. Reconhecer-se com a identidade “brasileira” é, em um primeiro momento, uma instância de identificação estimulada frente à aproximação do meio internacional, mas que ainda pode apresentar uma segunda filiação cultural, implicando, conseqüentemente, em diferentes maneiras de se posicionar politicamente no mundo. Como base para a reflexão teórica seguirei a teoria da Semântica do Acontecimento, elaborado por Eduardo Guimarães (2005), buscando entender os sujeitos e os silenciamentos que se relacionam de forma intrínseca com os sentidos político, nacional e com a dualidade que

permeia a brasilidade e a italianidade no meio acadêmico tendo em vista a influência cultural da região da Quarta Colônia de Imigração Italiana.

No primeiro capítulo apresento uma contextualização do espaço que está inserido a universidade, a região da Quarta Colônia de Imigração Italiana, trazendo um pouco da história da imigração italiana, os fatores sociais e econômicos que motivaram a saída da Itália e a vinda para o Brasil, mais especificamente a região central do Rio Grande Sul, onde está localizada a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Em seguida, partindo do Plano Institucional de Internacionalização, do Plano de Desenvolvimento Institucional e da Política Linguística da UFSM, busco refletir sobre os principais pontos que asseguram a aplicação e continuidade de ações que visam contribuir para a internacionalização do meio acadêmico, em particular o Idiomas sem Fronteiras da Rede Andifes IsF, sendo foco de nossa atenção os cursos de língua e cultura italiana.

No segundo capítulo, partindo da compreensão da internacionalização e da política linguística da UFSM, retomo algumas das reflexões trazidas por Louis-Jean Calvet (2007) sobre uma política linguística de Estado que considera os falantes como participantes fundamentais nas ações promovidas em relação às línguas. As questões apresentadas por Calvet auxiliam na compreensão da maneira como a universidade entende a importância dos falantes, como se dá o posicionamento político em processos identitários com uma língua e quais são os principais elementos que estão envolvidos nas possibilidades e desafios de aplicação de uma determinada política linguística.

No terceiro capítulo proponho algumas considerações sobre como a difusão do nacionalismo na primeira metade do século XX, em oposição ao visto no capítulo anterior sobre políticas linguísticas, contribuiu para a construção do pensamento monolinguista, influenciando o contexto brasileiro e italiano na maneira de se interpretar línguas que sejam diferentes da língua oficial. O pensamento monolinguista perdurou no Brasil, resultando na manutenção de silenciamentos sobre as línguas brasileiras.

No quarto capítulo são disponibilizadas paráfrases das sequências enunciativas dos alunos de italiano do Idiomas sem Fronteiras, demonstrando elementos de historicidade que, ao indicarem as suas motivações para estudar italiano e a experiência após participar do curso, mobilizando o confronto político ao que foi estabelecido pela ideologia monolinguista. Nesses enunciados, os alunos expõem alguns valores constituídos pelo imaginário e pela memória discursiva, ao mesmo tempo que declaram relações de identidade que atravessam os estudos de língua italiana e que tocam a internacionalização promovida pela universidade.

No quinto capítulo, olhando para o papel desempenhado pela memória e pela historicidade nos atos enunciativos dos alunos, busco nos trabalhos de Émile Benveniste (1995) sobre enunciação e a relação com a subjetividade do falante e na teoria da Semântica do Acontecimento de Eduardo Guimarães (2005) que explora a enunciação como acionamento político dos sujeitos que atuam e se posicionam diante de outros sujeitos. Práticas subjetivas que interagem com a língua e com construções culturais que dialogam com a questão da tradição e sua implicação para as relações identitárias em zonas de influência da imigração italiana.

Os enunciados encontrados nas respostas dos alunos denotam o lugar político que a língua italiana assume no contexto universitário e abre espaço para discussão sobre traços próprios da Quarta Colônia. Ao contribuir com o plano de internacionalização universitário, o Idiomas sem Fronteiras possibilita um espaço para a língua italiana e mobiliza os alunos a produzir novos sentidos que confrontam os sentidos constituídos pelo imaginário da cultura local.



## 2 A UNIVERSIDADE COMO LUGAR SEM FRONTEIRAS PARA ENUNCIACÃO

Este capítulo tem por objetivo contextualizar a região da Quarta Colônia de Imigração Italiana trazendo um pouco da história da imigração italiana, os fatores sociais e econômicos que motivaram a saída da Itália e a vinda para o Brasil. Também será abordada, mais especificamente, a região central do Rio Grande Sul, onde está localizada a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Serão considerados alguns documentos institucionais, como o Plano Institucional de Internacionalização, o Plano de Desenvolvimento Institucional e a Política Linguística da UFSM, buscando os principais pontos que asseguram a aplicação e continuidade de projetos e ações que contribuem para a internacionalização do meio acadêmico, em particular o Idiomas sem Fronteiras da Rede Andifes, sendo foco de atenção os cursos de língua e cultura italiana.

### 2.1 O CONTEXTO DA QUARTA COLÔNIA DE IMIGRAÇÃO ITALIANA

Quando falamos sobre nossas histórias de vida, trazemos nossas experiências, nossos pontos de vista, opiniões e formas de entender o nosso meio a partir de toda nossa formação como sujeitos sociais. São construções que serão diversas, de sujeito para sujeito, mas por compartilhar semelhanças no que se refere a uma história de “origem”, tornam-se narrativas que estão abertas para a subjetividade, pois

A construção narrativa da origem não pressupõe um fato histórico datado, é antes uma representação, uma construção grupal, familiar ou mesmo individual. Cada família guardou ou não as memórias da emigração e da travessia e muitas estão reconstruindo, seja tomando por base relatos locais tidos como oficiais, pelo trabalho de religiosos para valorizar a cultura italiana ou mesmo pela leitura de memórias familiares e genealogias. (ZANINI, 2006, p. 92).

É considerando os sujeitos diretamente envolvidos na construção de sentidos que podemos reconstituir o passado da emigração italiana e entender como as narrativas construídas, ou reconstruídas nos enunciados de seus agentes produtores, dão continuidade à história dos italianos que chegaram no interior do Rio Grande do Sul e instalaram na região que formou a Quarta Colônia de Imigração Italiana. Um lugar que não esconde as suas raízes, as suas manifestações culturais, as influências que configuram as tradições particulares das comunidades mais afastadas dos centros urbanos e estão espalhadas em espaços de troca que são, em essência, abertos para discussão, como são as universidades e, para o caso avaliado, a

Universidade Federal de Santa Maria. Atualmente, a comunidade é cada vez mais multiétnica e o contato com a herança italiana, tendo ou não relação de descendência italiana, os sujeitos partilham um mesmo espaço de envolvimento cultural com forte influência da imigração italiana para a região.

O processo migratório que trouxe os diversos grupos de italianos para o Brasil está intimamente ligado com a formação da Itália enquanto Estado-nação, fato que ocorreu por meio de uma longa reestruturação política pela iniciativa do “único Estado realmente independente da península pós 1815, ou seja, o da Sardenha-Piemonte (que englobava os atuais Piemonte, Ligúria e Sardenha)”, (Bertonha, 2014, p.49). Um contexto que testemunhou o crescimento do ideal nacionalista na Europa e que, conseqüentemente, se espalhou pela península itálica na segunda metade do século XIX. Com a unificação italiana oficializada em um novo Estado europeu em 1861, o *Regno d'Italia* (1861-1946) experimentou em seus 85 anos de existência diversas mudanças sociais, econômicas e políticas que serviram de impulso para os movimentos migratórios mais expressivos, quando comparados com o período anterior à unificação.

As colônias italianas no Brasil, em um primeiro momento, se formaram no próprio imaginário dos italianos que recebiam ofertas de grandes oportunidades de crescimento econômico na mítica América. Um continente que, diferentemente do *Bel Paese*, se apresentava cada vez mais favorável à prosperidade rápida pelo trabalho, a aquisição de terras cultiváveis, bem como atendimento médico, instrução escolar e religiosa. As duras condições de vida, a exploração dos grandes latifundiários, a servidão e o completo abandono pelos membros da elite que promoveram a unificação evidenciaram diversos problemas socioeconômicos, resultando no escalonamento da necessidade de abandonar a Itália e lutar pela sobrevivência fora dela. Países como Estados Unidos, Argentina, Uruguai e Brasil eram vistos como oportunidades para novos começos, mas também implicavam em novas relações identitárias. Portanto, era preciso romper com a pátria recém formada e que desde 1815 já sofria com os conflitos e disputas do *Risorgimento*, movimento que marcou a unificação e constituição do *Regno d'Italia*.

Ainda que as promessas e ofertas de melhores condições de vida fossem grandes, ao chegar em solo americano e serem designados para as regiões de destino, os emigrados italianos, depois de enfrentar difíceis condições e perdas familiares durante a longa viagem, tiveram que lidar com as reais condições apresentadas:

Seguindo no mesmo contexto, segundo o historiador Pe. Marcuzzo, o caminho para a terra prometida foi longo, incerto e sofrido. Isto porque favoreceu o rompimento

com a pátria, amigos, familiares, fato que as embarcações para as Américas em navios, submeteram o emigrante italiano ao imprevisível, já que pela frente, encontravam uma dicotomia fascinante, isto é, deslocavam-se da Itália para o Brasil rumo ao inesperado. Chegando à América, tiveram uma vida de aventura e de sofrimento. Um exemplo que comprova esta situação foi o que o Pe. Faàdi Bruno, superior geral dos padres Palotinos, conta de sua viagem em visita à missão na Quarta Colônia. Segundo ele, de Gênova (Itália) à Montevideú, morreram mais do que 53 pessoas, predominantemente crianças e idosos. Sofrimento também do Rio Jacuí ao barracão de Val de Buía em Silveira Martins: uma longa trajetória feita de carreta de boi, mas quando um número expressivo de imigrantes encontrava-se no barracão; um fato inusitado aconteceu. Uma epidemia assolou muito dos imigrantes, com gemidos e doenças 400 pessoas morreram na Quarta Colônia por volta de 1878. (FELIN, 2014, p. 3).

Na segunda metade do século XIX, o governo brasileiro buscou a formação de uma nova sociedade ao promover a substituição da mão de obra escravizada por trabalhadores europeus, desejando que a população se tornasse mais branca para atender aos interesses sociais e políticos particulares da elite econômica. O incentivo à aquisição de terras para o estabelecimento de colônias no interior, com o objetivo de ocupar o território para reforçar a determinação das áreas fronteiriças, foi um plano governamental implementado um processo sistemático e, através da vinda de imigrantes, em especial os italianos, significou um aumento na porcentagem da população branca e católica no país.

A Itália estava enfrentando os problemas advindos do processo de unificação: uma parte da população lidava com condições de trabalho no campo sem perspectivas reais de crescimento e obtenção de terras para cultivo e as políticas de incentivo à imigração para outros países se tornaram a oportunidade mais factível para realizar a mudança de vida tão sonhada pelas classes mais pobres. Era um complexo contexto que culminou até mesmo em incursões italianas na África por interesses de conquista colonial, servindo também de estímulo para a saída de italianos como forma de desafogar a economia interna ao mesmo tempo que explorava, entre os anos de 1882 e 1941, os territórios da Eritreia, Somália, Líbia e Etiópia. Assim, temos a Itália com interesse sócio-econômico para a exportação de mão-de-obra e o Brasil interessado em absorver em seu território trabalhadores europeus dispostos a explorar todo o capital produtor que estava disponível.

A política imigratória brasileira, de uma forma geral, teve diferentes momentos, reflexos, a maior parte deles, das mudanças do poder e dos interesses dos grupos que os representavam e no qual as regras sobre quem seriam os imigrantes ideais, quais os auxílios prestados e para onde seriam encaminhados também mudava. O imigrante italiano, no interior da política nacional, foi representado de diferentes formas, umas positivas, outras não. Por outro lado, na Itália, a imagem das terras brasileiras também era contraditória: ora paradisíacas, ora sinônimo de escravismo branco e opressão (ZANINI, 2006, p. 52).

É, portanto, um conjunto de fatores que confluíram para compor o cenário cultural, as tradições e os enunciados dos sujeitos que, ao se estabelecerem na região que fundou a Quarta Colônia de Imigração Italiana, tiveram que encarar as dificuldades das localidades de mata virgem mais afastadas dos grandes centros, além de enfrentar uma questão que já gerava dificuldade de comunicação quando ainda estavam na Itália: a língua.

Como salienta Cunha e Gabardo (2020), tanto a população italiana quanto os descendentes possuem a particularidade de entenderem como sentido de “pátrio” as suas respectivas regiões de origem: ser siciliano, napolitano ou veneziano, está acima de ser “italiano”. Trata-se de uma relação que ocorre em toda a Itália e que se mantém presente com a própria identificação linguística representada pelos dialetos italianos.

Os italianos que vieram para o Brasil possuíam raízes culturais e linguísticas muito mais fortes com o seu *paese*, seu local de nascimento, sua terra, sua cidade ou região de origem e a identificação com o sentido de nacional para representar o Estado italiano não havia sido estabelecida ideologicamente. Ainda que existisse na península itálica uma compreensão de uma cultura geral e um sentimento mais amplo de características étnicas comuns, não eram suficientemente marcantes para fomentar um pensamento ideológico de nacionalidade e sentidos de nacional. Era mais natural para os imigrantes italianos deixar em evidência, nas suas falas e práticas quotidianas, manifestações e especificidades nos enunciados, demonstrando aqueles que eram vênéticos, lombardos, trentinos ou friulanos, se fazendo existir em outras línguas que não eram o *fiorentino*, dialeto que foi escolhido pelos líderes da sociedade italiana para ser a língua oficial do Reino da Itália.

Esse aspecto de diversidade identitária italiana foi trazido como parte dos bens simbólicos, demonstrando meios de significar a própria identidade, que diferentemente do esforço para fortalecer o sentimento nacional fomentado pelo governo italiano, ao mesmo tinha-se sujeitos que deixavam suas casas sem ter certezas sobre o futuro e, em muitos casos, não compreendiam o que significava a “Itália” que estavam deixando. A “unidade” identitária e ser “italiano” no sentido de nacionalidade ainda estava em desenvolvimento e o Estado almejava uma constituição simbólica global, para toda a Itália, se afastando do que lembrasse a fragmentação do território em práticas locais. Entretanto, os sentidos que foram levados nas “bagagens”, no imaginário dos italianos para além das fronteiras administrativas da Itália, eram baseados nos microcosmos das regiões que deixaram na Itália, fundando colônias em zonas interioranas que faziam referência às suas cidades e vilarejos. Na região central do estado do Rio Grande do Sul,

Silveira Martins, desde o início da colonização, era citada como uma comunidade progressiva. Denominou-se inicialmente de *Città Nuova* e, posteriormente, Colônia de Silveira Martins. Foi extinta como colônia oficialmente em 1888 e seu território dividido entre os municípios de Cachoeira do Sul, Júlio de Castilhos e Santa Maria. Fato que nunca foi bem aceito pelos descendentes de imigrantes italianos, tanto que, em 1898, segundo Beltrão (1979, p. 412), uma comissão de moradores de Silveira Martins, composta por José Aita, João Londero e José Margutti, dirigiu-se a Porto Alegre com o objetivo de pleitear ao governo do estado a criação de um novo município, compreendendo os territórios de Silveira Martins, Arroio Grande, Vale Vêneto, Núcleo Norte (Ivorá), Faxinal do Soturno e Dona Francisca. A petição foi atendida e, quando solicitada novamente, em 1963, foi negada mais uma vez. Esse é considerado um dos motivos de Silveira Martins ter “fracassado” em comparação com Caxias do Sul, considerada a “pérola das colônias” (ZANINI, 2006, p. 111-112).

Nesse espaço geográfico apresentado por Zanini estão inseridos os sentidos identitários de base italiana e que resultou na região conhecida por Quarta Colônia de Imigração Italiana, localizada em área central do Rio Grande do Sul, sendo composta pelos atuais municípios de Silveira Martins, Ivorá, Faxinal do Soturno, Dona Francisca, Nova Palma, Pinhal Grande e São João do Polêsine, incluindo também partes dos municípios de Agudo, Itaara, Restinga Seca e Santa Maria. Pela recriação em terras brasileiras é que a Itália foi sendo vivenciada e experimentada a partir das relações sociais dos imigrantes que, ao se tornarem colonos e fundadores de comunidades de imigração, enraizaram suas crenças como forma de manter a memória viva da terra que haviam deixado.

Ao considerar o contexto de Santa Maria nos aproximamos da reflexão sobre os posicionamentos de sentido e questionamentos estimulados pela cultura italiana que contribuíram para a construção identitária e que, por sua vez, estaria em um diálogo constante com os demais sujeitos da comunidade local. A região da Quarta Colônia Italiana não esteve livre de desentendimentos ou de disputas e entender-se como “italiano” estava além de uma simples identificação. O foco, o vínculo afetivo e econômico era com a terra, com as vilas, com as pequenas comunidades e os dizeres dos imigrantes eram ligados à Itália por eles conhecida:

E o sentimento de italianidade, como se desenvolvia no período inicial de transformação identitária de emigrado a imigrante e, posteriormente, em colono proprietário italiano no Brasil? Pelos relatos de Andrea Pozzobon e Julio Lorenzoni se observa que entre os próprios emigrados italianos havia divergências e diferenças culturais, o que, muitas vezes, provocava desentendimentos. Contudo, frente à sociedade nacional regional, já se colocavam como italianos, num sentido genérico. Em algumas passagens, faz-se alusão a venetos, lombardos, tirolezes, mas o que finda por predominar é a categoria colono italiano e que, no Brasil, se torna proprietário, *signore* das terras. A identidade genérica de colono proprietário italiano no Brasil se processava, em detrimento às identidades regionais italianas. Entendo isso mais como uma necessidade de sobrevivência em terra estrangeira do que uma aceitação comum de valores. (ZANINI, 2006, p. 124).

Como traz Zanini, é uma dissolução identitária frente ao que representava o Brasil e a região sul rio grandense, desfazendo o sentido de proveniência de uma regionalidade italiana e construindo um sentido “genérico” de colono italiano. Nestas comunidades, os enunciados passaram a ser produzidos a partir da nova categorização identitária definida por italianidade pela autora, tendo sido uma questão mais voltada para o ato de sobreviver ao ambiente então desconhecido. Quando um sujeito enuncia “sou italiano” ou “sou italiana”, “sou descendente de italianos”, “sou brasileiro e também sou italiano” ele está acionando sentidos que passam da dimensão da língua e denotam como ele se relaciona com o que é dito.

Enunciar ser descendente de italianos ou simplesmente se auto identificar como “italiano” é um ato de existência desta natureza do sujeito que, pela memória discursiva, traz o sentido de temporalidade e o sentido de resistência, mesmo que os seus antepassados tenham sido silenciados por políticas nacionalistas ou tenham decidido abandonar tudo o que reforçasse memórias negativas em relação à Itália, o direito político dado pelo enunciar ganhou cada vez mais espaços. Enquanto no passado os ítalo-brasileiros eram proibidos de usar a sua primeira língua e tinham suas falas menosprezadas em português por possuírem sotaque de influência italiana, ocorre agora uma retomada daquilo que lhes foi forçadamente negado. Vale mencionar que ao analisar a questão da temporalidade na língua italiana e refletindo sobre o tempo no ato de enunciação, Santoro (2009, p. 140) afirma, em tradução nossa: “Quem fala atualiza o passado e o coloca em relação direta com o presente”.

## 2.2 A UNIVERSIDADE E A INTERNACIONALIZAÇÃO DE SEUS ESPAÇOS

O campus sede da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) está localizado no bairro Camobi, no município de Santa Maria, estando a universidade a cerca de 20 km de Silveira Martins, um dos nove municípios que compõem a Quarta Colônia. Tal proximidade favoreceu a atuação da UFSM na região e, desde 1995, a criação do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável (CONDESUS) integra a parceria para o planejamento e desenvolvimento do Geoparque Quarta Colônia Aspirante Unesco, sendo este coordenado pela universidade federal:

O Geoparque Quarta Colônia Aspirante UNESCO é formado por nove municípios da região central do Rio Grande do Sul (Brasil): Agudo, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Ivorá, Nova Palma, Pinhal Grande, Restinga Sêca, São João do Polêsine e Silveira Martins. Este é uma iniciativa do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia (Condesus) e da Pró-Reitoria de Extensão da

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Atualmente, já possui uma trajetória e condições para a efetivação da proposta, dentre elas, a singularidade geológica (pré-requisito indispensável para o pleito) e principalmente, interesse da comunidade acadêmica e técnico-administrativa da UFSM e da gestão do Condesus Quarta Colônia em contribuir com a população desses lugares na construção de tal estratégia de desenvolvimento endógeno regional. (GUIMARÃES; HUBER, 2022).

A universidade participa de forma ativa na promoção de projetos de pesquisa e extensão e atua nas esferas geológica, paleontológica, na biodiversidade regional, na arqueologia, em produções artísticas, na preservação da história, das culturas e das línguas. Por esse trabalho, a universidade desempenha um importante papel mediador destes espaços e proporciona uma aproximação do que se encontra na Quarta Colônia, e nas suas vizinhanças, com outras instituições superiores brasileiras e estrangeiras. O que conduz para a reflexão sobre a construção de laços que firmam acordos e abordam a internacionalização universitária como caminho para superar as fronteiras físicas.

Por meio de convênios, ofertas de bolsas de estudo, projetos de pesquisa em cotutela ou mesmo o “empréstimo” de professores pesquisadores de outras instituições, a universidade, em sentido mais amplo, busca internacionalizar-se e reverter os produtos deste processo para a sua própria comunidade. É um contexto em que estão sub-elencadas estruturas políticas que acabam por ser organizadas, estimuladas, mantidas e renovadas pelo capital da própria instituição superior ou por acordos que relativizam uma cadeia de interesses, esperando alcançar diferentes níveis de cunho econômico, social, político, cultural e identitário. Um espaço que concorda com Rocha e Maciel (2017:5) quando compreendem que não é possível desenvolver a internacionalização no meio universitário sem considerar a “relação entre políticas, programas, projetos, instituições, centros, etc e os discursos, identidades e subjetividades (re)construídos por e em meio a esses processos e práticas.”

A internacionalização, enquanto uma presença ativa, vai ao encontro da identificação e dos sentidos por ela construídos na sua regionalidade de manifestação. Afinal, envolve-se em sua prática sujeitos que já possuem todo um percurso acadêmico e que o entendem como meio de diversificar a continuidade de sua própria formação. O contato com projetos de ensino de idiomas e com programas internacionais de diferentes nacionalidades, estimulados pelo ambiente universitário, proporciona uma maior heterogeneidade científica na formação acadêmica dos seus estudantes e do corpo docente que, ao longo de seus anos de trabalho em prol da instituição, terá diferentes possibilidades de autoavaliar sua formação, buscar novos projetos de pesquisa e aprofundar seus interesses, fundamentando-se no diálogo com meios externos ao nacional.

Pela internacionalização, a comunidade universitária busca um maior alcance dos desdobramentos ligados à ciência, desenvolvendo estudos e produzindo novos saberes, considerando questões materiais que são inerentes ao meio político das instituições educacionais, pois na produção científica realizam-se ações que se relacionam com movimentos externos e internos, próprios do ambiente e do sujeito na sua colocação na história geral e local. Desta forma, praticar a promoção de conhecimento não é uma atividade isenta de filiações políticas, ou ideológicas, e pode ser influenciada por quaisquer aspectos contextuais da instituição que a tutela. Ou seja, centros de pesquisas e organizações que promovem atividades científicas sempre estão submetidas aos discursos políticos que orbitam o espaço que circunda as instâncias acadêmicas.

Para nosso caso de reflexão, a internacionalização presentificada na UFSM se estabeleceu em 2017, quando a Diretoria de Relações Internacionais (DRI) da Capes-PrInt publicou o Edital de Número 41, para que fossem, a partir dele, avaliados e selecionados “Projetos Institucionais de Internacionalização de Instituições de Ensino Superior ou de Institutos de Pesquisa”, desde que tivessem programas de pós-graduação. Visando atender os parâmetros no Edital no. 41, foi elaborado o Plano Institucional de Internacionalização da UFSM (2017), com período de validade de 2018 a 2021. O documento possui em seu corpo o histórico institucional, a conceituação da política da instituição para a internacionalização, a proposta, as ações e as atividades para a viabilização da internacionalização acadêmica, entre outras importantes diretrizes. Como está definido no plano:

Considera-se a internacionalização universitária como um processo contínuo, com atores nos diversos níveis da administração – os professores, o staff administrativo e de apoio, os estudantes –, como também com participantes da comunidade externa, como geradora de oferta de bens e serviços (p. 15).

Pela definição dada no documento, entende-se que a internacionalização é um desenvolvimento institucional de ação contínua e, ainda que tenha estipulado um período de validade, deixa claro que objetiva promover ações de curto, médio e longo prazo. Possui ainda a perspectiva de novas atividades no futuro para a continuidade, alteração e adequação dos objetivos institucionais considerando a internacionalização e as suas implicações para “a comunidade acadêmica e de serviços da instituição, de forma direta, bem como a comunidade externa, de forma menos expressiva, mas igualmente importante”.



A internacionalização, nesse viés, é um processo que se desdobra em desafios que não podem ser superados sem um plano de desenvolvimento para que seja aplicável dentro das possibilidades que a universidade dispõe. Assim, o planejamento da internacionalização da UFSM está inserido no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), com período de atuação compreendido de 2016 a 2026, uma outra camada importante do meio político que se entrelaça na internacionalização universitária. Vinculado ao PDI da universidade, foi organizado o Plano Institucional de Internacionalização com vigência prevista entre 2018 a 2021 que, “a partir de um amplo debate com a comunidade universitária” (2017:58), estabeleceu, pelo diálogo com os sujeitos que compõem o espaço da UFSM, os sete “Desafios Institucionais”, sendo eles:

- Desafio 1 – Internacionalização;
- Desafio 2 – Educação Inovadora e Transformadora com Excelência Acadêmica;
- Desafio 3 – Inclusão Social;
- Desafio 4 – Inovação, Geração de Conhecimento e Transferência de Tecnologia;
- Desafio 5 – Modernização e Desenvolvimento Organizacional;
- Desafio 6 – Desenvolvimento Local, Regional e Nacional;
- Desafio 7 – Gestão Ambiental.

Todos os desafios acabam por se relacionar em diferentes níveis, porém os três primeiros desafios direcionam nossa reflexão para a participação da universidade em promover a internacionalização e seu impacto na educação e inclusão social. A formação acadêmica proporcionada, pautada nestes desafios, almeja devolver para Santa Maria, para a região da Quarta Colônia, para o Rio Grande do Sul, para todo o país e para o mundo, pesquisadores e profissionais aptos para integrar-se aos seus respectivos meios de atuação, estando mais sensibilizados pela cultura plural que tiveram contato graças à por intermédio da universidade.

A internacionalização, então, é um dos objetivos formadores no meio acadêmico da UFSM e, no momento da escrita desta dissertação, ainda está dentro do período de sua implementação, o que possibilita em parte verificar o que foi possível já ser realizado, quais mudanças estão em curso, olhar para os obstáculos que ainda não foram superados e, tendo em vista a experiência adquirida, identificar os novos desafios da instituição.

No Plano Institucional de Internacionalização, o primeiro desafio para fomentar a internacionalização considera a perspectiva "Alunos e Sociedade", contemplando "os objetivos a serem alcançados pela instituição no que diz respeito à sua relação com a sociedade e com os próprios alunos" (2017, p. 58). Em outras palavras, objetiva-se o aumento da produção científica da instituição, tendo em conta a busca por parcerias com instituições e

pesquisadores internacionais, a oferta de espaços para experiências para a internacionalização para a comunidade acadêmica e o estabelecimento de acordos que favoreçam trocas culturais para desenvolver "políticas acadêmicas e de gestão" (p. 60).

De acordo com o apresentado no Plano Institucional, para internacionalizar faz parte do processo considerar a produção científica ao lado da ativa colaboração com outras instituições e pesquisadores, para que se constituam espaços em que a cultura do outro esteja em diálogo com a cultura local. Esse aspecto toca a questão da circulação de línguas estrangeiras no âmbito universitário, tanto para o aprimoramento na realização de trabalhos acadêmicos, como também na formação visando a proficiência, resultando na criação e manutenção de ambientes que propiciem o contato com outras línguas e culturas. Tendo em vista que a UFSM foi fundada em dezembro de 1960, a criação do Laboratórios de Línguas, apenas 17 anos após a inauguração da universidade, demonstra que a preocupação com a formação linguística para o cenário internacional já fazia parte do interesse da comunidade acadêmica.

### 2.3 ITALIANO SEM FRONTEIRAS NA UFSM

Inaugurado em 1977, o Laboratório de Línguas (LabLin) surgiu como um espaço complementar à área de Letras para oportunizar a oferta de cursos à comunidade acadêmica da UFSM e seu primeiro diretor foi o Prof. Otto Vogel, atuante na área de Língua Inglesa. Com os recursos recebidos, houve interesse dos professores e da comunidade acadêmica em desenvolver projetos voltados para o aprendizado de línguas estrangeiras sob a tutela do LabLin. Dessa maneira, dentro da grade curricular dos cursos de Letras, os professores inseriram na carga horária das disciplinas de línguas estrangeiras atividades com pelo menos uma hora semanal no laboratório, que também passou a ser frequentado por aqueles que desejavam se preparar para exames que avaliavam o conhecimento em línguas estrangeiras.

O LabLin passou por processos de mudança ao longo de sua história para adequar-se à realidade educacional, tendo que, por vezes, lidar com a falta de atualização de seus espaços e equipamentos. Ainda assim, graças ao desenvolvimento de seus projetos, continuou com suas atividades e contribuiu para o exercício da prática pedagógica dos alunos dos cursos de graduação em Letras atuando nas mais diversas áreas. Os primeiros beneficiados foram os professores e servidores da instituição e, aos poucos, ampliou o seu alcance com a criação do Clube de Línguas:

O Clube de Línguas, fundado em 1980, com o objetivo de oferecer prática pedagógica aos alunos de Línguas Estrangeiras e ensino nessa área à comunidade universitária. Ao longo de 20 anos de história, os enfoques do Clubinho foram sendo relidos, modificados, entretanto, seus objetivos principais não apenas permanecem, quanto estão sendo ampliados para outras áreas (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, 2023).

Assim, é por meio do Clube de Línguas que o ensino de língua italiana foi introduzido na universidade. Por indicação da Prof.<sup>a</sup> Eliana Sturza, e com auxílio do secretário Luiz Eduardo Meira do Departamento de Letras Estrangeiras Modernas, tive acesso a alguns relatórios e rascunhos manuscritos que revelam registros de 1993, de 1995 e de outros anos, onde constam informações sobre os cursos de italiano, relação de número de alunos, número de ofertas, professores responsáveis e atividades desempenhadas. Nos registros de 1995 constam que os cursos estavam sob a coordenação da Professora Núbia Vargas Marafiga, tendo sido a mesma coordenadora responsável durante o período de atividade do acordo entre a UFSM e a Associação Italiana de Santa Maria relativo ao ensino de italiano.

A língua italiana esteve presente de diferentes maneiras na universidade ao longo de sua história e através de projetos e de convênios, buscou-se suprir a falta de docentes com formação específica em ensino e pesquisa na área de língua italiana. No Portal de Projetos da UFSM é possível encontrar alguns dados sobre o histórico do ensino de língua italiana na universidade.

O projeto de pesquisa “Ensino de italiano na Quarta Colônia”, registrado com o número 11620 e coordenado pelo Professor Alvinio Candido Michelotti, do Departamento de Letras Clássicas, Filologia Linguística, esteve ativo de 01/08/2001 a 31/12/2002, tendo como participantes Sandra Grutzmacher e Simone Minetti Sarturi, alunas do curso de graduação em Letras – Português Licenciatura Plena. Ao considerar a língua italiana e seu ensino para além dos espaços universitários, o projeto enxergava a possibilidade de ampliar o alcance da língua italiana para os alunos de Ensino Médio e para os moradores da região. De acordo com seu resumo:

Este projeto tem por objetivo confirmar uma hipótese muito provável na região da Quarta Colônia na zona central do estado. Prende-se ao fato de que os descendentes de italianos apreciariam que seus filhos adquirissem conhecimentos da língua provinda de seus antepassados. A língua italiana serviria também para as provas do Programa Especial de Ingresso ao Ensino Superior (PEIES) e de concurso vestibular. O aluno poderia escolher o italiano como opção de língua estrangeira dessas provas, além dos alunos de Ensino Médio, igualmente os moradores dessa região poderiam usufruir de uma língua “bella”, agradável ao estudo e intimamente ligada a eles (PORTAL DE PROJETOS DA UFSM, N° 11620).

A língua italiana é apresentada no projeto como língua *bella* e “agradável”, e fica em evidência o valor de prestígio dado à língua na especificação do projeto. Considerando a influência da cultura e a história da imigração na Quarta Colônia, o projeto entendia a relação dos descendentes de italianos com a língua como sendo “língua provinda de seus antepassados”, e que por isso é de interesse dos moradores da região estudar e usar uma língua “intimamente ligada a eles”. Existe o reconhecimento da questão da língua e sua presença na região, mas olhar para a língua italiana de forma generalizada e deixar em segundo plano as reais línguas de uso do contexto imigrante acaba por contribuir com práticas de silenciamentos sobre os falantes. O resumo também indica que era esperado integrar “ainda mais aqueles que possuem ascendentes italianos”, assumindo que o projeto contribuiria para “resgatar a cultura de um dos povos mais importantes na colonização do Rio Grande do Sul.”. Se, por um lado, nos deparamos com enunciados que nos recordam o que Zanini (2006) pondera sobre a mítica do colono italiano, não deixa de ser um projeto que trouxe benefícios importantes para a região.

O projeto esteve em atuação nos municípios de Dona Francisca, Faxinal do Soturno, São João do Polêsine e Silveira Martins, tendo uma escola participante por município. Após o contato preliminar e aplicação *in loco* dos questionários, a coleta e a análise dos dados resultaram numa comunicação em um seminário e impactou a comunidade externa da universidade de tal modo que dois “municípios da Quarta Colônia passaram a contar com a disciplina de italiano no currículo escolar.”. O papel desempenhado pelo projeto de pesquisa da universidade demonstra o quanto ela possui influência política para gerar mudanças considerando a comunidade local. Tanto que a Agência Consular de Santa Maria, quando teve como Cônsul Honorário o professor Osvaldo Dal Lago do curso de Letras da UFSM entre 1995 e 2007, tentou uma iniciativa importante:

No contexto de valorização da língua e cultura italiana foi assinado, entre 2003-2004 um convênio para a realização de um projeto visando a criação de um curso de licenciatura de Letras-Italiano na UFSM. O convênio foi assinado pelo então reitor da UFSM, professor Paulo Jorge Sarkis, pela coordenadora do curso de Letras da UFSM, professora Ceres Beviláqua, pelo presidente da ACIRS (Associazione Culturale Italiana del Rio Grande do Sul), Erio Bonazzo e pelo presidente do comitês, Adriano Bonaspetti. Através deste convênio, professores da Universidade de Perugia dariam aulas na UFSM, mediante apostilamento, para quem já era licenciado em Letras e já havia cursado as disciplinas didáticas e metodológicas. Por várias razões este convênio não prosperou, dentre estas, destaca-se a mudança de reitor da Universidade Federal de Santa Maria. (CRUZ, 2022, p. 5)

Uma alternativa encontrada foi a assinatura do convênio com a Associação Italiana de Santa Maria (AISM) pelo Reitor Paulo Jorge Sarkis, que firmou uma parceria entre a UFSM e a AISM para a realização de cursos de italiano para alunos da universidade

promovidos pela associação. Durante a sua execução, o projeto foi coordenado pelo Prof. Alvino Cândido Michelotti, de 02/08/1999 a 02/10/2002, tendo sido substituído pela Prof.<sup>a</sup> Núbia Vargas Marafiga do Departamento de Letras Estrangeiras Modernas, que permaneceu na coordenação de 03/10/2002 a 07/12/2010, estando indicado como bolsista Égide Guareschi, do curso de graduação em Letras – Português Licenciatura Plena. Foi registrado no Portal de Projetos da UFSM com o número 8642, tendo o título de “Projeto de de Extensão de Língua e Cultura Italiana – Acordo de Cooperação Técnica UFSM/AISM” e esteve ativo de 02/08/1999 a 07/12/2010.

Este projeto tem por objetivo a expansão da língua e cultura italiana na região de abrangência da Universidade Federal de Santa Maria e da Associação Italiana de Santa Maria – AISM, visa concretizar o acordo de cooperação técnica UFSM/AISM, referente a oferta de cursos pela AISM e seu reconhecimento como atividade de extensão pela UFSM. O referido projeto se justifica tendo em vista a crescente procura da população pelo conhecimento e aprimoramento da língua e cultura italianas na região. (PORTAL DE PROJETOS UFSM, Nº 8642).

O acordo teve, portanto, o objetivo de atender uma demanda crescente pela língua italiana na região de atuação da universidade. Na avaliação do segundo semestre de 1999, 326 alunos receberam certificados emitidos pela Pró-Reitoria de Extensão da UFSM. No ano seguinte, a avaliação do segundo semestre de 2000 indica que 297 alunos receberam certificado de conclusão, entre eles 24 alunos concluíram o quarto nível do curso de língua italiana. Com a renovação do acordo em 2001 para mais 2 anos, tem-se “modificações que trazem aperfeiçoamento nos cadernos didáticos de italiano” e a “atividade de extensão de língua e cultura italiana atingiu mais de 300 alunos por semestre”. Na página do projeto consta que cerca de 617 alunos concluíram diferentes níveis de conhecimento de língua e os alunos dos cursos de Letras que frequentavam as aulas de italiano na AISM tinham desconto na mensalidade.

Temos assim, uma relação entre instituições diferentes com o intuito de fomentar o ensino da língua italiana. Entretanto, existiam interesses particulares da AISM, pois, com certificados emitidos pela Pró-Reitoria de Extensão, a associação atraía para si mais atenção e todo o status que o contexto universitário possui, além de também obter maior alcance na publicidade dos cursos. Ao analisar o espaço de enunciação da AISM, Parciannello (2015, p.115), expõe o lado mais comercial da instituição: a língua oficial do Estado italiano e a língua inglesa “são as línguas que a instituição comercializa”, existindo custos na oferta e manutenção dos cursos e o valor “é pago pelos alunos que querem aprendê-las”.

O acordo de cooperação técnica entre a AISM e a UFSM foi renovado entre os anos de 2011 a 2015 e novas ofertas de cursos foram publicadas nos canais de divulgação da universidade. Ao participarem dos cursos extensivos, semi-extensivos ou intensivos de língua e cultura italiana, os alunos da universidade podiam creditar a carga horária dos cursos como Atividade Complementar de Graduação (ACG), enquanto que para os servidores da universidade a certificação poderia ser usada para progressão na carreira por capacitação profissional. Em uma das divulgações, é dito que havia a disponibilidade de turmas nos turnos da manhã, tarde e noite, além de ter “turmas de italiano dos níveis 1, 2, 3, 6 e conversação, mas que ainda está matriculando para todos os níveis”. Em outra postagem é informado que os alunos “de qualquer curso da UFSM têm 5% de desconto, e alunos de Letras têm 15% de desconto no valor do curso”<sup>3</sup>. O acordo técnico entre a AISM e a UFSM acabou por demonstrar a posição litigiosa entre as duas instituições dada a diferença das respectivas políticas de promoção de ensino de línguas.

Na Ata N.º 200/2016 de reunião do Colegiado do Departamento de Letras Estrangeiras Modernas – DLEM, cedida para consulta pela secretaria do departamento, consta que depois de analisar o relatório da AISM apresentado à universidade e de considerar a natureza dos Cursos de Letras da UFSM, bem como o fato do departamento não contar com “professores de Italiano” no seu corpo docente, o Colegiado “entendeu que não tem condições de assumir os encargos da renovação do acordo de cooperação técnica existente entre a UFSM e a Associação Italiana de Santa Maria – AISM.”. Além disso, a professora Núbia Vargas Marafiga, a única no departamento a realizar ações ligadas à área de italiano, estava “desempenhando suas atividades em outro Centro da UFSM.”. Assim, o acordo entre as duas instituições foi encerrado, pois para os professores do departamento era preciso que as atividades para o fomento da língua italiana fossem coordenadas, em todas as esferas, dentro da universidade, em um espaço que fosse vinculado ao departamento e com mais autonomia de funcionamento, buscando dar mais atenção às necessidades acadêmicas de seu público e seguindo a política linguística universitária.

As discussões sobre internacionalização e políticas públicas são recentes no cenário brasileiro e o acordo entre a UFSM e AISM foi uma alternativa encontrada para ampliar a oferta de línguas estrangeiras. Em paralelo, o governo brasileiro entendeu que para realizar a expansão, promoção e consolidação da ciência e tecnologia nacional era preciso a

---

<sup>3</sup> Para efeito de exemplo, consultar os endereços eletrônicos: <https://ufsm.br/r-1-19567>, <https://ufsm.br/r-1-19773> e <https://ufsm.br/r-1-16054> onde constam divulgações para cursos de italiano na AISM por meio do convênio com a UFSM.

participação das instituições de ensino superior e o incentivo federal, para que através do intercâmbio de estudantes de graduação e pós-graduação visando a mobilidade internacional, ocorresse o aprimoramento da produção científica. A ação conjunta entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério da Educação (MEC), através das instituições de fomento à pesquisa CNPq e Capes e das Secretarias de Ensino Superior e de Ensino Tecnológico do MEC, em 2011 o Governo Federal brasileiro, implementou o Programa Ciências sem Fronteiras e, conforme Caramori e Teixeira (2019, p. 58-59), “durante seus 5 anos de duração, proporcionou aos alunos das universidades públicas brasileiras um período de intercâmbio estudantil em outros países.” O lançamento em julho de 2011 do programa Ciência sem Fronteiras (CsF) reforçou os acordos já existentes entre as universidades nacionais e internacionais, agregando novos objetivos e práticas para o desenvolvimento da internacionalização. Porém, expôs a necessidade de uma maior formação em idiomas estrangeiros para que estudantes e pesquisadores brasileiros estivessem mais preparados para participar dos programas de intercâmbio, ao mesmo tempo que permitiu maior atenção para ações mais acolhedoras no recebimento de estudantes e pesquisadores de outros países. Dessa maneira,

O Programa Idiomas sem Fronteiras (IsF) é uma política pública que se constituiu em âmbito nacional pela Secretaria de Educação Superior (SESu) do Ministério da Educação (MEC). Foi inicialmente denominado como Inglês sem Fronteiras pela Portaria nº 1.466/2012 e modificado em 2014 para Idiomas sem Fronteiras com vistas à ampliação do número de idiomas a ser ofertado pelo programa. Embora ele tenha sido desenhado para auxiliar o Programa CsF, acabou se constituindo em um projeto para amparar, alavancar e dar suporte às políticas de internacionalização do ensino superior no Brasil. Ele foi o primeiro na área de idiomas estrangeiros em nível nacional, envolvendo mais de 141 instituições públicas brasileiras, categorizadas entre 58 federais, 21 estaduais, 1 municipal, 25 institutos federais, 1 Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) e 35 Faculdades de Tecnologia (FATECs). (ABREU-E-LIMA, et al, 2021, p. 9-10).

Tendo em vista as necessidades linguísticas dos estudantes universitários brasileiros para participarem de intercâmbios, foi criado o Inglês sem Fronteiras com o objetivo de proporcionar o ensino da língua inglesa para melhorar a proficiência, independência comunicativa e para ampliar a oportunidade de acesso às universidades internacionais e demais instituições que integravam o Programa Ciência sem Fronteiras. A partir do crescimento do programa, novas línguas passaram a fazer parte da iniciativa e o Inglês sem Fronteiras, vinculado ao Ciência sem Fronteiras, passou a ser o Programa Idiomas sem Fronteiras (IsF) ofertando, assim, o ensino de alemão, espanhol, francês, japonês, inglês, italiano e português para estrangeiros. No que se refere ao italiano, o Idiomas sem Fronteiras,

como espaço de formação continuada para graduandos e graduados, possibilitou às instituições que não possuíam cursos de Letras-italiano passassem a ter bolsistas com formação especializada em italiano:

Na maioria das universidades onde há o Programa IsF-italiano, os professores são alunos do curso de Letras-italiano, que se tornam bolsistas institucionais para lecionar a língua italiana no IsF. Na UFPE, assim como nas Universidades Federais do Pará (UFPA), de Santa Maria (UFSM) e de Viçosa (UFV), a Embaixada Italiana decidiu fomentar, através do Programa IsF, o ensino do italiano onde não existia o curso de Letras-italiano (CARAMORI; TEIXEIRA, 2019, p. 59).

Em agosto de 2015, por meio do Memorando de Entendimento acordado pelo nosso Ministério da Educação (MEC) e a Embaixada da Itália, professores com formação em língua e cultura italiana, via a participação em editais de seleção, foram contemplados com o fomento da Embaixada Italiana para ministrar aulas de italiano em quatro instituições federais estratégicas: a Universidade Federal do Pará (UFPA), a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e a Universidade Federal de Viçosa (UFV). No espaço do Programa Idiomas sem Fronteiras (IsF), sob a orientação pedagógica da então Vice-Presidente da língua italiana do Programa Idiomas sem Fronteiras a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Alessandra Paola Caramori da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e com a coordenação geral administrativa da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Graciela Rabuske Hendges (UFSM), o IsF-Italiano iniciou suas atividades no ensino gratuito de língua italiana no segundo semestre de 2016 com as aulas sendo conduzidas pela Prof.<sup>a</sup> Juliana Medianeira von Mühlen. No primeiro semestre de 2018 a Prof.<sup>a</sup> Marta Matos da Cruz assumiu as turmas de italiano permanecendo até o final primeiro do semestre de 2019, período em que a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Clara da Silva Ramos Carneiro (UFSM) assumiu a coordenação geral administrativa do Idiomas sem Fronteiras na UFSM. A partir de outubro de 2019, iniciei as minhas atividades no Idiomas sem Fronteiras como professor de italiano, com a primeira aula ocorrendo em 08 de outubro de 2019 e, desde então, estive atuando na oferta e promoção dos cursos de italiano.

Devido às mudanças no cenário político federal, a gestão do MEC passou a agir de forma contrária sobre diversas áreas vinculadas ao Ministério da Educação e exerceu, assim, um desmanche de políticas públicas que não consideraram relevantes, estando incluso o Idiomas sem Fronteiras. Então, o Conselho Pleno da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), considerando que:



1. o Programa Idiomas sem Fronteiras (IsF) foi ampliado pela Portaria MEC nº 30, de 26 de janeiro de 2016, a partir do qual são estabelecidas as bases da Rede Nacional de Especialistas em Língua Estrangeira – Idiomas sem Fronteiras (Rede IsF);
2. o Programa IsF e,subsequentemente, a Rede IsF, visam fortalecer as ações de internacionalização e formação de professores de língua estrangeira nas universidades;
3. as ações específicas do Programa IsF e da Rede IsF são voltadas para o desenvolvimento da proficiência linguística da comunidade acadêmica e de profissionais da área de ensino de língua estrangeira para contribuir para a internacionalização do ensino superior;
4. o Programa IsF e a rede de especialistas que compõe passam a integrar as ações de internacionalização das instituições federais de ensino superior brasileiras (IFES) vinculadas à Andifes que aderirem à Rede IsF;
5. os idiomas incluídos na Rede IsF até o momento são: alemão, espanhol, francês, inglês, italiano, japonês e português para estrangeiros, podendo outros ser incluídos, caso seja decidido em acordo com o Núcleo Gestor, CGRIFES e CRIA;
6. o MEC não tem interesse na continuidade da Rede IsF. (ANDIFES, 2019, p. 1).

O Conselho Pleno da Andifes, em reunião realizada no dia 16 de outubro de 2019, instituiu pela Resolução N.º 01/2019 a Rede Andifes de Idiomas sem Fronteiras (Rede Andifes IsF), e com a sua assinatura em 12 de novembro de 2019, o Idiomas sem Fronteiras passou a integrar a Andifes. Assim, a Rede Andifes IsF, tem por principal finalidade

[...] propiciar a formação inicial e continuada e a capacitação em idiomas de estudantes, professores e corpo técnico-administrativo das IFES vinculadas à Andifes que aderirem à Rede, por meio de chamada específica ou carta convite enviada pela Andifes, de professores de idiomas da rede pública de Educação Básica, bem como a formação e a capacitação linguística de estrangeiros em português, contribuindo para o desenvolvimento de uma política linguística do país. (ANDIFES, 2019, p. 3).

A presença e as atividades vinculadas ao idioma italiano na UFSM atualmente estão amparadas e justificadas como mais uma parte do desenvolvimento da internacionalização universitária e ocorrem no âmbito da Rede Andifes IsF no projeto intitulado “Italiano na Universidade Federal de Santa Maria - Fase 3” (Italiano na UFSM), registrado com o número de projeto 055572. O perfil dos alunos dos cursos de italiano possui uma faixa etária média que parte dos 18 e supera os 50 anos, compreendendo estudantes do Colégio Técnico Industrial da (CTISM) e do Colégio Politécnico da UFSM, alunos de graduação, de especialização, pós-graduação, servidores técnicos, servidores docentes da graduação e da pós-graduação e residentes do Hospital Universitário de Santa Maria (HUSM). No momento de escrita deste trabalho, o projeto possui a validade no período de 04 de abril de 2021 a 19 de julho de 2026, estando dessa forma incluído no período de atuação prevista no PDI da universidade e sua justificativa considera que:

A educação é um dos mais importantes instrumentos de inclusão social, essencial para a redução das desigualdades no Brasil. A inserção do nosso país na comunidade mundial como importante centro de produção de conhecimento, o advento das inovações postas pelas tecnologias de informação e de comunicação e a globalização da economia, mostram como é fundamental que estudantes, professores e pesquisadores tenham acesso a universidades no exterior. Nesse contexto é essencial que a universidade brasileira se internacionalize para compor o elenco de instituições que podem não só enviar, mas também receber pesquisadores, professores e estudantes de diversas partes do mundo, internacionalizando-se de fato, em múltiplas direções. Nos últimos seis anos, a Universidade Federal de Santa Maria vem ampliando sua internacionalização com o auxílio do Programa Idiomas sem Fronteiras [...]. Apenas na área do italiano, desde junho de 2016, foram disponibilizadas 46 turmas de nível A1 e cursos sobre cultura italiana, chegando até 3.449 inscritos para 1.477 vagas (dados de junho de 2016, da contratação do primeiro bolsista, até setembro de 2020). (PORTAL DE PROJETOS UFSM, N.º 055572).

A Rede Andifes IsF e o projeto Italiano na UFSM são, dessa maneira, ramificações da proposta de internacionalização e o acordo entre as instituições superiores e a Embaixada Italiana evidencia um exemplo de cooperação mútua para o desenvolvimento de políticas linguísticas públicas no país. No resumo do projeto Italiano na UFSM vem explicitado que o interesse é o de oportunizar a internacionalização “pelo uso de uma língua estrangeira, no que se refere às novas maneiras de se expressar e de ver o mundo, refletindo sobre os costumes de sua cultura e da cultura do outro”. Por esta afirmação, institui-se um diálogo entre a cultura brasileira e a italiana e, por consequência, um diálogo entre a cultura local, a universidade e os espaços enunciativos dos sujeitos que circulam por esses espaços. Dessa maneira, a Rede Andifes IsF visa promover a internacionalização para toda a comunidade acadêmica, sendo o público-alvo dos cursos de italiano os servidores da universidade e os alunos de graduação e pós-graduação que almejam ir além do conhecimento tradicional de uma “língua estrangeira”.

O período de maior impacto causado pela Pandemia da Covid-19 resultou no distanciamento social em 2020 e 2021, o que significou em uma reavaliação do fazer pedagógico, de forma a considerar o contexto de funcionamento da própria universidade, pois de acordo com Caramori, Teixeira, Mello e Araujo (2021, p. 217) sabemos que “na Universidade Federal de Santa Maria, o trabalho realizado pelo IsF-Italiano voltou-se para os diferentes contextos de ensino e para as realidades dos nossos estudantes” e, assim, a oferta de cursos de italiano foi mantida por meio de atividades de ensino remoto seguindo as diretrizes propostas pelo Regime de Exercícios Domiciliares Especiais (REDE) da UFSM.

Na história do ensino de italiano na UFSM é possível encontrar outros dois importantes projetos mobilizados por professores, servidores técnicos e estudantes: o Curso de Língua Italiana (Módulo I e II), em Frederico Westphalen; o Estudo da Língua Italiana e o

Resgate Histórico-Linguístico-Cultural da Língua Talian, ambos projetos implementados em Santa Maria.

Ainda que o objetivo não tenha sido de atender ao mesmo público do Idiomas sem Fronteiras, o projeto de N.º 039190, com o título “Curso de Língua Italiana – Módulo I”, teve como a classificação principal de suas atividades o “Desenvolvimento Institucional”, sob a coordenação da servidora Técnica-Administrativa Ana Amélia Moura Zwicker, atuante no Setor de Registro e Controle Acadêmico. O projeto esteve ativo entre 22/04/2014 a 24/08/2014 e foi vinculado ao Núcleo de Educação e Desenvolvimento, da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas – PROGEP e, de acordo com a informação sobre os participantes do projeto, teve como instrutor o docente Elias José Mengarda do Departamento de Ciências da Comunicação no campus de Frederico Westphalen da UFSM, professor com formação em Letras pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), era doutor em Linguística e realizou trabalhos de pesquisa voltados para a área de italiano e aquisição do dialeto vêneto em contexto familiar em Santa Catarina. Além disso, publicou o livro *Por essas terras* reunindo histórias reais sobre diferentes temas, entre eles a proibição da língua italiana promovida por Getúlio Vargas na região sul do Brasil entre as décadas de 30, 40 e 50.

O curso ministrado pelo professor Elias José atendia aos servidores da PROGEP, pois, como é indicado no resumo do projeto, objetivava-se “Proporcionar a oportunidade dos técnicos-administrativos de aprenderem uma língua estrangeira favorecendo, desse modo, a busca de consolidação de sua formação em pós-graduação.”. O curso recebeu uma continuação no projeto “Curso de Língua Italiana – Módulo II”, de N.º 039191, estando ativo de 21/07/2014 a 27/12/2014, tendo a mesma coordenação e o mesmo professor do projeto anterior.

Uma outra proposta, semelhante à realizada em Frederico Westphalen, foi desenvolvida por meio do projeto “Estudo da Língua Italiana”, de N.º 043535, ativo de 30/04/2016 a 16/12/2016, tendo sido conduzido no Campus Camobi, em Santa Maria, e manteve a coordenação de Ana Amélia M. Zwicker, mas estando na função de instrutora a docente Marilaine Pozzatti Amadori, do Departamento de Desenho Industrial. A professora Marilaine possui mestrado em Educação e, assim como o professor José Elias, também de pesquisa realizada em língua italiana tendo doutorado em Tecnologia dell'Architettura e Design, pela Università degli Studi di Firenze/UNIFI, em Florença, na Itália.

Por sua vez, o projeto “Resgate Histórico-Linguístico-Cultural da Língua Talian na Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul”, identificado no portal de projetos pelo número 047314, esteve em atuação de 13/09/2017 a 12/09/2022, sob a

coordenação do professor Marcos Daniel Zancan do Departamento de Ensino do CTISM. Pela proximidade da UFSM com a Quarta Colônia e pelo grande número de pessoas que integram a universidade, o projeto esperava atender demandas locais por meio de ações e projetos de extensão, buscando realizar um resgate cultural, histórico e no que se refere ao campo da língua Talian por entender que existe uma carência de “ações efetivas para a valorização da cultura local.”. Em “Resultados esperados”, na página encontrada via Portal de Projeto da UFSM, ainda vemos que

A UFSM, pela sua proximidade geográfica com a região da Quarta Colônia, bem como pela sua proximidade afetiva, através da grande quantidade de docentes, técnico-administrativos e alunos oriundos desta região, tem a responsabilidade social de atendimento às demandas e anseios da região da Quarta Colônia, especialmente através de projetos de extensão. O presente projeto vai ao encontro desta demanda, e contribuirá, de forma significativa, na valorização e resgate histórico, linguístico e cultural da Língua Talian na região da Quarta Colônia de Imigração Italiana do Estado do Rio Grande do Sul, carente de ações efetivas para a valorização da cultura local. As ações de extensão propostas contribuirão, acima de tudo, para elucidar a história da imigração italiana e o legado cultural e linguístico dos imigrantes e da região da Quarta Colônia. Não há como valorizar algo que não se conhece adequadamente. A partir do conhecimento e do entendimento da importância de preservar a cultura de uma região, os paradigmas culturais e as interpretações equivocadas poderão ser transformadas em atitudes proativas. É importante reforçar que a língua é a base da cultura. Enquanto mantivermos a Língua Talian viva, a cultura dos imigrantes italianos permanecerá viva, porém, se deixarmos a Língua Talian morrer, a cultura não resistirá e sucumbirá junto. Dessa forma, acreditamos que as ações deste projeto de extensão reacenderam a chama cultural, histórica e linguística da Quarta Colônia, onde, a valorização da Língua Talian será o estopim para a continuidade do processo de resgate e manutenção da cultura pela comunidade, escolas, associações culturais e prefeituras locais. (PORTAL DE PROJETOS UFSM, N.º 047314).

Tanto o projeto sobre o Talian quanto os demais projetos promovidos pela universidade servem de exemplos do alcance de políticas institucionais voltadas para a pluralidade. É notável a iniciativa de todos os que estiveram envolvidos nos projetos e fica claro que a necessidade de se ter um espaço fixo dentro da universidade para ensino, pesquisa e formação na área dos estudos italianos não é algo recente. A UFSM buscou de diferentes formas manter a presença da língua italiana e, mesmo tendo muitos resultados, foi preciso a participação de diferentes perfis de interessados para que a universidade tivesse contato com a língua italiana.

Nos últimos anos as universidades foram alvo de políticas contrárias à promoção da ciência e muitos cortes foram realizados nos orçamentos das instituições durante o governo Bolsonaro. Políticas nesse sentido acabam por dificultar, ou mesmo impedir, a manutenção das instituições de ensino e comprometem a permanência de projetos que trabalham em prol

da própria comunidade atendida pelas universidades. É preciso que haja o reconhecimento da política federal em relação ao papel formador das universidades para que possam continuar a contribuir com a internacionalização do país, uma que ela é uma via dupla: ao possibilitar o aprendizado de línguas estrangeiras ela também realiza políticas de valorização patrimonial das línguas que são faladas no Brasil, incluindo as que possuem origem em processos migratórios.

## 2.4 A POLÍTICA LINGUÍSTICA DA UNIVERSIDADE

De acordo com Gilvan Oliveira (2013, p. 429), uma política linguística que segue a proposta da internacionalização oportuniza para os cidadãos a chance do aproveitamento de recursos políticos e linguísticos para a interação com outras economias e culturas, reforçando que o “interesse pelas línguas faladas no lar pelos brasileiros” e o reconhecimento delas “como patrimônio cultural imaterial do Brasil, no sentido do Inventário Nacional da Diversidade Linguística” (OLIVEIRA, 2013, p. 430). As demais línguas, dessa maneira, receberiam mais instrumentos para que políticas de cooficialização em nível municipal sejam fortalecidas e incentivadas, promovendo uma reconexão cultural com os países de origem e tornando-as permanentemente vias para a internacionalização do meio social brasileiro.

Nesse sentido, através do Programa Institucional de Internacionalização, a universidade estimula o engajamento da comunidade acadêmica para a diversidade de línguas, para a participação em programas de mobilidade internacional, fortalece a representatividade da Língua Portuguesa como língua de acolhimento para alunos e visitantes estrangeiros, amplia as ações ligadas à Libras e a discussão sobre a vulnerabilidade de línguas de minorias. Relações que dependem diretamente de uma política linguística universitária que ofereça uma troca entre o meio local e o externo. Logo,

A estratégia de internacionalização necessita e articula-se, portanto, com novas políticas linguísticas, que no caso brasileiro desdobra-se inclui o reconhecimento do baixo sucesso do ensino e do domínio do inglês, língua-pivô da produção científica e tecnológica nesse início do século XXI, e programas para superação dessa situação, como no caso do Programa Inglês Sem Fronteira (Brasil, MEC), decorrente da necessidade de ter jovens que falem inglês para mandar ao exterior no Programa Ciência Sem Fronteira, igualmente desenvolvido pelo MEC e, por outro, orienta-se pelo incremento do domínio e circulação do espanhol, pivô da articulação continental via Mercosul e Unasul, prevista e instituída por diversas disposições legais. (OLIVEIRA, 2013, p. 428).

A necessidade da construção da política linguística universitária da UFSM foi impulsionada pelo credenciamento da universidade no Idiomas sem Fronteiras, já que faz parte de seus objetivos o auxiliar a instituição no desenvolvimento de sua internacionalização. Assim, a partir da avaliação do Departamento Letras Estrangeiras e Modernas (DLTE) sobre as necessidades da comunidade acadêmica, a Política Linguística da Universidade Federal de Santa Maria<sup>4</sup> foi instituída pela Resolução N.º 018/2018, buscando realizar ações para proporcionar o acolhimento de “estudantes em situação de vulnerabilidade e de línguas minoritárias”, para formar um espaço centralizador e diagnosticar as questões referentes ao acolhimento e para as variadas situações que perpassam o “acesso e conhecimento de idiomas estrangeiros, provenientes de diferentes setores da comunidade acadêmica, como ambiente de apoio”. Além disso, visa refletir acerca da importância de discutir temas que tratam de diferentes idiomas na instituição, por via de produção intelectual, cultural, ensino, pesquisa, comunicação, instrução e ainda o “intercâmbio e a integração cultural entre estudantes imigrantes e brasileiros no contexto da Universidade Federal de Santa Maria”. Vale lembrar que para Guimarães (2003), é pela materialidade configurada em seus falantes que se evidencia diferentes necessidades linguísticas, pois as línguas não são destituídas de concretude.

Art. 2º A Política Linguística é entendida como um conjunto de princípios, diretrizes, documentos legais, práticas e ações estratégicas que visam a suprir demandas linguísticas diagnosticadas em determinado setor ou grupo para alcançar as mudanças desejadas. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, 2018).

Como apresentado no no Art. 2º da Política Linguística, a organização institucional de uma política interna para o tratamento das relações linguísticas proporciona um contínuo fortalecimento multimodal, visando atender as demandas de toda a variedade do corpo acadêmico e dos seus pares no entorno da universidade. São ações, portanto, que determinam sistemas não “fechados” de trabalho ou que buscam divisões, elegendo uma língua para ser prestigiada e deixando outras em segundo plano. Pelo contrário, a Política Linguística da universidade se aproxima da noção de fronteiras abertas para seus sujeitos.

Em outras palavras, as preocupações da universidade passaram por reflexões que buscavam atender as configurações de seus espaços enunciativos, tendo em conta as línguas nacionais e não nacionais de seus estudantes e servidores, avaliando como elas se distribuem

---

<sup>4</sup> No momento da escrita da dissertação, encontra-se em tramitação a nova resolução de Política Linguística, que, ao ser publicada, atualizará o planejamento e implementação das estratégias no ensino de línguas no âmbito da UFSM. Para acompanhar o processo, acesse: <https://portal.ufsm.br/documentos/publico/processo/documento.html?idDocumento=13921898>

pela universidade. Tal integração social alinhada com a internacionalização resulta em desafios que interligam a comunidade local com a comunidade internacional. Assim,

o Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal de Santa Maria (PDI 2016-2026), que insere o ensino e aprendizagem de diferentes idiomas para docentes e discentes como ação estratégica para superar, em especial, o Desafio 1 – Internacionalização, o Desafio 2 – Educação inovadora e transformadora com excelência acadêmica, o Desafio 3 – Inclusão social e o Desafio 4 – Inovação, empreendedorismo e transferência de tecnologia. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, 2018).

A Política Linguística e o PDI da UFSM enxergam a internacionalização como via de expansão da produção científica realizada pela universidade, incluindo em sua intenção o fortalecimento da mobilidade entre instituições de diferentes países, resultando numa maior percepção de todo o trabalho desenvolvido pela universidade. Para o cumprimento da política linguística institucional, a UFSM dispõe de diferentes espaços de ensino e aprendizagem em línguas adicionais que são desenvolvidos por meio de atividades lideradas pelo DLTE e por diversos projetos mobilizados por iniciativa dos próprios professores do departamento.

Existe uma compreensão clara de que o papel das línguas no meio acadêmico é fundamental para a universalização de saberes, uma vez que dialogam de perto com uma visão mais democrática do conhecimento. Ao colocar em primeiro plano as variedades dos idiomas e culturas, chama para o protagonismo a multiplicidade encontrada em zonas de imigração. É portanto um direcionamento que considera as reais necessidades linguísticas dos seus espaços pela avaliação do que é preciso ser feito para que todos, pela amplitude do alcance disposto na universidade, tenham, de forma mais igualitária possível, as suas demandas atendidas. Uma perspectiva que sai da antiquada visão nacionalista do “poder superior” que promulga sobre e na língua oficial de uma nação, não sendo uma imposição e nem mesmo se baseando em questões de interesse ideológico particular de uma instituição.

Dentre as diretrizes definidas no Art. 3º, a política da universidade defende “o respeito à diversidade linguística e a convivência harmônica de comunidades plurilíngues”, ou seja é reconhecida a pluralidade dos falantes e os torna peças atuantes em seus processos formativos no aprendizado de idiomas maternos e estrangeiros. O que significa tornar legítimo e prestigiado idiomas que no passado eram marginalizados por entidades governamentais e órgãos públicos. Uma verdadeira articulação para que seu enfoque temático promova “plurilinguismo, interculturalidade e mobilidade acadêmica”, (Art. 5º, VII, p. 4).

A partir da atuação conjunta entre o Departamento de Letras Estrangeiras e Modernas e a Secretaria de Assuntos Internacionais (SAI) da UFSM, a gestão da Política

Linguística da universidade contará com o apoio de uma equipe específica que irá congrega e articular a sua implementação. Assim, temos no Art. 6º as indicações sobre os representantes da Comissão de Política Linguística, sendo formados por uma representação do Departamento de Educação Especial da Área de Libras, representações das Pró-Reitorias de Graduação, de Pós-Graduação e Pesquisa, de Assuntos Estudantis e um representante da Coordenadoria da Educação Básica, Técnica e Tecnológica. De forma semelhante, são tomados por representantes responsáveis pelas sub-áreas das Letras: Alemão, Espanhol, Francês, Português como Língua Adicional/Estrangeira, Português, Literatura e Idiomas sem fronteiras ou dos Laboratórios de Pesquisa e Ensino de Línguas Estrangeiras do Departamento de Letras Estrangeiras Modernas. Logo, é pela representação do Idiomas sem Fronteiras que formaliza a participação da língua e da cultura italianas na política linguística universitária.

Ainda vale ressaltar que o impacto das ações da Política Linguística da universidade são de interesse da comunidade interna e externa (Art. 7º, p. 4) e, dentre as distintas classificações de atuação, está a divulgação da comunicação pública das ações referentes ao ensino, pesquisa e eventos artístico-culturais e científicos para celebrar o plurilinguismo e a multiculturalidade (Art. 8º, IV). A internacionalização entra, por assim dizer, em constante contato com as influências de diferentes movimentos migratórios de origem estrangeira na região gaúcha, entre eles a imigração italiana e, conseqüentemente, a Quarta Colônia, que também apresenta o registro do Talian como primeira ou segunda língua, quando comparado ao português que se demonstra formalizado convencionalmente nas escolas brasileiras. São movimentos que acabam por requerer uma cadeia de parcerias para que possam ser colocados em prática, como podemos no

Art. 9º Os recursos financeiros necessários à implementação e ao desenvolvimento das ações da Política Linguística são provenientes de dotação orçamentária da própria Universidade, de editais internos com aporte de recursos para ações no âmbito dos objetivos e eixos da Política Linguística, bem como de auxílios de agências e programas de fomento e de cooperação internacional (IsF, CAPES, CnPQ, FAPERGS, Embaixadas, Associações/Centros culturais). (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, 2018).

Desta maneira, temos diferentes recursos que contribuem para atender as ações propostas na Política Linguística da universidade. Uma cooperação que não envolve apenas um único ente provedor, mas uma rede que se estabelece para possibilitar o ensino e a produção científica que vai de encontro às parcerias, aos intercâmbios, aos programas de desenvolvimento compartilhado e aos projetos de mútuo interesse entre as instituições,



produzindo trocas que vencem distâncias e ampliam a reflexão acadêmica visando a internacionalização do espaço universitário.

### 3 REFLEXÕES SOBRE POLÍTICA DE LINGUÍSTICA ENTRE ITÁLIA E BRASIL

A política linguística universitária reflete muito a mudança do cenário nacional sobre como a variedades de línguas é percebida pelas instituições públicas e governamentais, uma mudança ainda recente e que passou a ter mais abertura somente a partir da segunda metade do século XX. Lagares (2018, p. 77) ao lembrar da Constituição de 1988 da República Federativa brasileira, afirma que é a partir dos artigos referentes à diversidade cultural brasileira "que se pode identificar um tímido compromisso do Estado com as realidades linguísticas coexistentes em território, embora esses não tenham dado lugar a desenvolvimentos políticos concretos na legislação".

Quanto a políticas linguísticas públicas de reconhecimento e valorização da diversidade linguística posteriores à Constituição de 1988, somente no início do século XXI algumas iniciativas começaram a surgir, de maneira geral, vinculadas à luta de sujeitos, grupos ou comunidades, e praticamente nunca como iniciativas do Estado. (RODRIGUES, 2018, p. 42).

Quando pensamos em políticas linguísticas públicas devemos lembrar que elas englobam diferentes fatores para que alcance seus objetivos, o que exige um grande trabalho de cooperação entre seus agentes: o Estado, as instituições e os cidadãos. Requer uma busca por um consenso partindo da diversidade que se dispõe no contexto em que ela será aplicada por meio da planificação linguística (ou planejamento linguístico). Nesse sentido, para que seja uma política justa se faz necessário dar espaço aos sujeitos que serão impactados por ela, dando-lhes ouvidos, voz e lugar de participação e o Estado deve respeitar as relações de poder sem sobrepujar as subjetividades de seus cidadãos. Assim,

Política linguística é definida como sendo a determinação de grandes escolhas relativas às relações entre as línguas e determinadas sociedades e planificação linguística como a política linguística posta em prática, representando um ato de autoridade. (LAGARES; SAVEDRA; 2012, p. 12).

A política linguística se baseia em escolhas ou decisões de grande escala, avaliando as relações de disputas e empréstimos que ocorrem entre as línguas de uma determinada sociedade ou comunidade. É considerando as necessidades comunicativas apresentadas pelos falantes que busca-se atender a uma demanda social envolvendo as diferenças e aproximações das línguas identificadas. Entretanto, é um processo que flerta com posicionamentos de autoridade e relações de poder, principalmente quando o poder público não leva em conta os

falantes, a forma como eles entendem a língua que falam e quando regulamenta sobre quais línguas terão apoio e suporte do Estado, enquanto outras são deixadas de lado.

Para Calvet (2007, p. 59), “a reflexão sobre as situações de plurilinguismo nos remete à língua de maneira mais rica”, estando na interação a importância e funcionalidade para os sujeitos. Lagares e Savedra (2012, p.15) retomam os conceitos apresentados por Calvet que estão no entorno de uma política linguística: a relação com a escrita e padronização lexical; as manifestações pela prática social e como os sujeitos resolvem os problemas do campo linguístico; e o aspecto da interferência sobre as línguas a partir da autoridade do Estado, que ao se interessar por validar uma determinada variedade de prestígio como “língua oficial” poderá buscar o monolinguismo para os seus cidadãos.

Considerando o primeiro conceito, o plano da escrita e sua representação gráfica está em relação direta com o aspecto fonológico da língua. É uma parte técnica que descreve o funcionamento no plano ortográfico, sendo vinculado a duas possibilidades de registro: tipo fonológico, que irá corresponder a um determinado grafema, ou seja para uma determinada letra será correspondido um determinado som; tipo etimológico, que pela formação da palavra em sentido mais amplo fornece dados gerais sobre a história e relação familiar a que pertence. Tendo assim esse ponto de partida estabelecido é que será possível passar para a fase de divulgação do sistema escolhido e o cultivo de forma mais enfática das produções na língua escolhida para compor o planejamento linguístico.

É só depois dessa fase técnica e científica, em que a língua estará equipada no plano gráfico, que se passa à fase prática: divulgar o sistema de escrita selecionado, através de abecedários, manuais, da organização de campanhas de alfabetização, da introdução da língua recém-transcrita no sistema escolar, no meio gráfico etc. (CALVET, 2007, p. 64).

A escrita funcionará nesse processo de divulgação na determinação do sentido normatizador, pois uma vez que se tenha uma estrutura definida, ela servirá de instrumento para o qual a variabilidade estará sempre ao seu entorno. É uma forma da língua que terá presença em campanhas públicas e receberá investimento para promover a alfabetização dos sujeitos que ainda não a dominam por completo. É um processo que inclui em sua aplicação uma verdadeira análise que fundamenta as expressões da língua, até mesmo os neologismos, não tendo uma formação baseada na aleatoriedade ou na decisão do poder que instituiu a política linguística, buscando o respeito nos caminhos naturais que a língua percorre, bem como o respeito aos “sentimentos” dos sujeitos que estão intrinsecamente em relação com a língua.

Portanto, a terminologia implica, por um lado, um conhecimento preciso dos sistemas de derivação, de composição da língua, um inventário das raízes etc. e, por outro lado, implica que as palavras criadas, os neologismos sejam aceitos pelos falantes, isto é, que sejam em primeiro lugar aceitáveis. Porque um neologismo pode ser refutado [...], seja porque ele não corresponde aos gostos linguísticos dos falantes, que ele não “agrade”, seja porque entra em concorrência com palavras já em uso, produtos da neologia espontânea ou de empréstimo a outra língua. (CALVET, 2007, p. 66-67).

Existe então uma concorrência entre aquilo que se pretende implementar pela política linguística e o que é natural na língua para os sujeitos que a utilizam. Sem uma real sensibilização dos “falantes” e sua participação na proposta apresentada, com o fim de suprir a demanda que foi identificada, pode ocorrer uma revelia de parte daqueles que colocam a língua em funcionamento. É praticamente um ato de jogar com o que está em circulação e, em movimento contrário, ao que acaba de ser criado por um viés normativo. Se pensarmos numa ideia de “língua brasileira”, por exemplo, sem a presença dos neologismos naturais e os empréstimos de outras línguas, muito provavelmente estaríamos olhando para uma língua mais próxima do português de Portugal ou talvez para um outro tipo de língua portuguesa, bem diferente do que conhecemos.

De forma análoga, a língua italiana padrão, além dos neologismos naturais do contexto italiano e influências de línguas estrangeiras, como por exemplo o inglês que tem se mostrado cada vez mais presente no vocabulário italiano, também está aberta às influências, empréstimos e a naturalização de termos que são próprios de outras línguas. Uma pronúncia com sotaque que evidencie a proveniência regional do falante, a escrita em peças publicitárias ou em placas de vias públicas na língua local, o recebimento ano após ano de imigrantes de diferentes partes do mundo ou mesmo a presença de turistas, são condições que favorecem ao contato com diferentes situações comunicativas e que implicam, direta ou indiretamente, em novas produções na oralidade do italiano<sup>5</sup>.

[...] Entre a prática espontânea de um açougueiro norte-africano que afixa em seu estabelecimento em Paris a sua razão social em árabe, por exemplo, e a intervenção dos poderes públicos exigindo que essa razão social seja também indicada em francês, que ela seja então traduzida, pode-se observar aí a vontade de manifestar uma identidade através da língua (neste caso, uma língua escrita) e duas abordagens diferentes desta busca identitária: uma passando pelos comportamentos espontâneos e outra pela intervenção da lei. (CALVET, 2007, p. 73).

---

<sup>5</sup> Bem diferente da ideologia de uma língua “pura” ou “livre de contaminação” que pertenceu ao imaginário nacionalista mais fortemente implementado pelo regime fascista durante os anos 30 sobre a língua italiana em que era mais “lógico” italianizar um termo (ou nome) do que aceitar a forma original.

Neste sentido, a marca identitária se faz corporificada na língua e por ela se institui enquanto posição social do sujeito no mundo. Pelo simbólico que a primeira língua carrega, o sujeito mostra e significa quem de fato ele é, ao mesmo tempo que deixa em suspensão o papel que cada língua exerce, diante dos confrontos aos quais está condicionada mediante as relações estabelecidas pelo político. Língua materna, língua local, língua regional, língua oficial, língua nacional, são classificações que dividem e definem o lugar de manifestação, o sentido de pertencimento de grupo e expõe possíveis disputas entre uma língua de prestígio e as demais línguas. Mais intimamente, coloca em atividade o sentido de “oficial” e “nacional”, distinguindo o que é caráter do Estado e o que, pelo simbólico, possui sentido próprio para os sujeitos e respectivas culturas.

[...] Mas, como mencionamos, a política linguística continua tendo, na grande maioria das vezes, uma dimensão nacional: ela intervém em um território delimitado pelas fronteiras. Ora, existem outros casos possíveis: as diásporas e os grupos de migrantes, por exemplo, que não se definem pelo território que ocupam mas, sobretudo, por sua dispersão. Foi isso que levou a distinguir, nas políticas linguísticas, entre o princípio de territorialidade e o princípio de personalidade. (CALVET, 2007, p. 82).

O princípio de territorialidade subverte as fronteiras determinadas pelo poder administrativo e não se limita ao que é definido por questões geopolíticas. Ainda que o poder governamental possa decidir sobre a língua oficial do Estado, são os sujeitos ligados às suas localidades e experiências que constituirão sentidos de pertencimento e de identificação pela língua que sentem maior familiaridade. Ao identificar-se uma determinada língua local, a dificuldade recai sobre como proporcionar o seu ensino em qualquer região do país, tanto na região natural de incidência dessa língua quanto fora dela. Olhando para a Itália, seria preciso reconhecer todos os dialetos e línguas de minoria encontradas no território italiano como sendo “línguas nacionais”, sendo assim categorizadas, teriam garantidas ensino formalizado em qualquer região italiana, implicando em uma preocupação com a formação de professores e especialistas para dar conta das demandas educacionais relativas às línguas nacionais.

O segundo princípio citado por Calvet (2007, p. 82), o princípio de personalidade, refere-se ao caso de uma língua que é “reconhecida” por fazer parte de um determinado grupo linguístico e, como direito, o sujeito que a coloca em prática pode usá-la para comunicar-se independentemente de onde se encontra no território de um Estado, por exemplo uso do português e o espanhol em zonas de fronteira entre Brasil e Uruguai. Podemos compreender que o princípio de personalidade está ligado aos traços da memória linguístico-discursiva e não “respeita” a ordem administrativa de um Estado, pois constitui-se enquanto prática,

estando dependente da comunidade de falantes, ou seja pertencente mais aos campos social e real de uso da língua do que ao plano administrativo estatal.

Os princípios de territorialidade e personalidade indicam aspectos importantes a serem considerados para que a diversidade de línguas seja de fato valorizada e para o caso de países onde a pluralidade linguística é uma realidade bem conhecida, deveria ser uma atribuição da política pública organizar uma rede de ensino, considerando todos os sujeitos e suas necessidades em relação às línguas em circulação. Escolas e instituições de ensino, como expõe Di Renzo (2012, p. 150-151), possuem “poder de certificar” e podem legitimar conhecimentos e capacidades que produzem uma identidade construída ainda em nossa primeira fase da vida. Nosso “imaginário de criança e jovem” se estrutura no meio escolar e produz uma afinidade desde cedo com a língua ensinada. Tomando, por exemplo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996:

Com relação à questão das línguas indígenas, é importante ressaltar a permissão para o ensino especial bilíngue oferecido aos membros das diversas comunidades indígenas brasileiras, como previsto pela Lei de Diretrizes e Bases ( Lei 9.394/96) - LDB, Art. 32, Art. 78 e art. 79). Entretanto, pouco foi feito para a problemática do bilinguismo identificado em comunidades de imigrantes. Ainda persiste no Brasil o desprezo por estas comunidades, enfatizado pela “campanha de nacionalização do ensino”, influenciada pela Segunda Guerra Mundial e posta em prática pelo governo Vargas na década de 40, quando foi proibido o uso das línguas maternas dos imigrantes. O descaso da LDB atual sobre o assunto revela a discriminação legal para com as comunidades de língua materna não portuguesa. (SAVEDRA; LAGARES, 2012, p. 22).

Durante a Era Vargas, as línguas dos imigrantes sofreram interdição em razão da forte influência ideológica do pensamento nacionalista do período no Brasil, impondo a obrigatoriedade da língua portuguesa como única língua a merecer espaço nas instituições de ensino, uma verdadeira imposição do monolinguismo no sistema escolar. O planejamento da política linguística não reconhecia e não avaliava os níveis de pluralidade que já existiam no território brasileiro e que foram ampliados pelo recebimento de grandes levas de imigrantes das mais diferentes proveniências, sobretudo as relacionadas à Itália. Estes sujeitos eram recebidos como estrangeiros que precisavam ser transformados e naturalizados em brasileiros. Eles ganhavam a nova identidade sem garantias dos seus direitos como cidadão e assumiam uma posição social que os colocava em uma relação político-enunciativa com a sua primeira língua, com a língua oficial do Estado e com a língua que deveria ser aprendida nas escolas.

### 3.1 DIÁLOGOS ENTRE A POLÍTICA LINGUÍSTICA ITALIANA E BRASILEIRA

Desde a chegada dos portugueses ao território brasileiro, diferentes políticas trabalharam sobre a questão da língua para que o português permanecesse como língua oficial, porém Dalinghaus (2009, p. 3) deixa em evidência que “por ocasião do ‘descobrimento’ do Brasil, o país era plurilíngüe.”. Diferente da imagem construída pela dominância do português, nós sempre apresentamos um contexto plurilinguístico, mas a gradual valorização da língua portuguesa no Brasil determinou uma “tradição” de sobreposição e, em certo nível, de silenciamento de dialetos e de línguas de minorias, colocando esforços políticos em prol do monolinguismo da língua portuguesa, não sendo possível distanciar essa relação de nossos processos comunicativos.

Se olharmos para nosso passado, veremos que fomos, durante a maior parte da nossa história, ainda muito mais do que hoje, um território plurilíngüe: quando aqui aportaram os portugueses, há 500 anos, falavam-se no país, segundo estimativas de Rodrigues (1993: 23), cerca de 1.078 línguas indígenas, situação de plurilingüismo semelhante a à que ocorre hoje nas Filipinas (com 160 línguas), no México (com 241), na Índia (com 391) ou, ainda, na Indonésia (com 663 línguas). (OLIVEIRA, 2008, p. 3).

Dada a pluralidade brasileira, ainda de acordo com Oliveira (2008, p. 3), “no Brasil de hoje são falados por volta de 210 idiomas”, estando entre elas “a Língua Brasileira de Sinais - Libras - e a língua de sinais Urubu-Kaapor”, as línguas indígenas e as línguas de comunidades de descendentes de imigrantes, e as línguas de zonas de fronteiriças . Assim, por sua dimensão, o Brasil possui uma grande diversidade linguística e não caberia pensar em uma política linguística sem reconhecer a necessidade de se ter uma aproximação ao contexto em que ocorre as interações sociais, como ocorre em zonas de fronteira , o posicionamento enunciativo e toda a carga histórico-cultural que faz parte da língua na comunidade de falantes, pois como afirma Guimarães (2003, p. 48), as línguas “são objetos históricos e estão sempre relacionadas inseparavelmente daqueles que as falam”.

A língua, como um fato social, acaba por exigir que seja considerada pelo viés político em todos os aspectos inerentes aos sujeitos. Não basta simplesmente tomar uma posição política para determinar sobre a língua, pois segundo Orlandi (2009, p. 17), um “indivíduo é tomado, educado, arrumado, disciplinado, requisitado sem cessar por uma sociedade que vem do passado, moldado em velhas instituições, e que se arroga a moralidade e a razão.”. Logo, a política promovida pela sociedade também irá envolver o indivíduo, ao mesmo tempo que estará à mercê das mudanças oriundas dessa relação. São pontos distintos

que se fazem necessários para o conceito político que se relaciona com as línguas. Seja a política linguística, que se aproxima mais da sociologia, ou a política de línguas que se aproxima das reflexões proporcionadas pela Análise do Discurso (STURZA, 2009, p. 3), tem-se em consideração a dimensão social e histórica, trazendo para o primeiro plano os sujeitos como figuras essenciais para entendermos as necessidades implicadas pelo contexto de fala e pelos efeitos de sentido que são interpretados e produzidos. Nessa relação, a representação política passa a ser entendida pelos encontros e desencontros das questões que envolvem o Estado como uma entidade maior unificadora.

O Estado, então, pode assumir uma postura que determina ações sobre as línguas de seu território e é nos meios oficiais de funcionamento da língua em que serão institucionalizadas as relações de poder. Nesse caso, a política linguística será concebida como a forma de atuação do Estado direta sobre as interações no que diz respeito à existência de línguas minoritárias, dialetos e língua oficial. Com a intervenção estatal cria-se estruturas que acabam por limitar os espaços de ocorrência da pluralidade e, por estar em uma posição de poder, envolve aspectos éticos nas abordagens de uma política sobre as línguas.

Ao refletirmos sobre os efeitos que uma política linguística pode causar sobre uma comunidade de fala de minoritária, nos deparamos com uma série de questões que nos permitem avaliar, pela historicidade e pela participação nas práticas sociais, os impactos que um Estado tem sobre as línguas de seu território e nos encontros de suas fronteiras. Em consequência, reconhecer-se com uma determinada identidade nacional evidencia processos sócio-históricos que acabam por influenciar nas relações com a língua, estando diretamente ligados com os sentidos de pertencimento a um grupo étnico e cultural, resultando numa forma de identificar-se com a língua e a simbologia de nacionalidade que ela representa. É a partir do conceito de nacionalismo que os países modernos se reconfiguraram e formaram blocos mais definidos por suas fronteiras político-administrativas, porém deixaram em um segundo plano questões sociais e priorizaram interesses econômicos.

Entre o final do século XIX e início do XX, a noção de “nacionalismo” na Europa, segundo Bertonha (2014, p. 43), passou por um processo de amadurecimento que alterou a compreensão da imagem do ideal nacional. A ideologia nacionalista possuía uma visão que defendia a imagem de nação soberana baseada a partir de seus cidadãos. Eles iriam integrar-se para formar o “Estado”, uma ação coletiva que significava o poder de um dado grupo sobre outro. Para constituir a nação, não era necessário que houvesse o compartilhamento de mesmos traços étnicos ou de uma mesma língua, bastava que o interesse estivesse voltado



para o estabelecimento de um governo livre de interferências de outras nações, concentrando seus esforços para manter a unidade nacional.

Em um segundo momento, discussões sobre as temáticas nacionalistas e sobre o que as representava promoveram mudanças com respeito ao conceito de nação, que passou a ser entendido como uma identificação política direcionada pelo viés da unicidade nacional e reconhecimento das características étnicas, linguísticas e culturais que a “reafirmavam” ou “confirmavam” o sentido de nação unificada. Em outras palavras, para se constituir um “Estado”, era preciso uma mesma cultura, planificada sob a tutela de uma única língua, livre de influências externas e auto suficiente em si mesma.

O contexto instável político e social após a Primeira Guerra Mundial, na primeira metade do século XX resultaram na ascensão de ideologias nacionalistas extremistas e no advento do fascismo italiano de Benito Mussolini que, ao consolidar seu regime em 1922, torna-se um modelo governamental que buscou realizar reformas em prol do nacionalismo em diferentes camadas da sociedade, incluindo a língua italiana, que deveria ser símbolo de unidade italiana e representatividade fascista em âmbito nacional. Em pouco tempo, a questão da política linguística baseada em ideais de nacionalistas, venceu barreiras e distâncias, e influenciou outros países como por exemplo Alemanha, Romênia, França, Espanha, Portugal e Brasil para defender a língua a partir do ufanismo gerado pelo nacionalismo.

Dessa forma, temos um contexto ideológico na Itália que chegou ao Brasil, se espalhou e, graças ao movimento populista de Getúlio Vargas, foi desdobrado em políticas de determinação sobre a língua nacional. Na Itália tinha-se a diversidade de línguas dialetais e minoritárias em concomitância à língua oficial, que cada vez mais apresentava influências vocabulares de origens estrangeiras. O Brasil, por sua vez, apresentava um ambiente socioeconômico atrativo para a vinda de estrangeiros de diversas origens, incluindo italianos. Em linhas gerais, no Brasil, a política sobre as línguas implementada por Getúlio Vargas identificou na fala dos imigrantes um inimigo da representatividade nacional brasileira e que precisava ser combatido, não muito diferente do que foi realizado por Mussolini na Itália em relação aos dialetos italianos e aos termos de origem estrangeira. Graças a toda a repressão entre 1930 e 1945, os italianos que se estabeleceram em terras brasileiras tiveram que lidar com a proibição de usar o seu próprio idioma.

A repressão executada pelas autoridades governamentais e civis durante o Estado Novo fez com que muitas famílias destruíssem objetos e documentos que reportavam aos antepassados italianos, dificultando, para os descendentes atuais, a obtenção da cidadania italiana, que muitas vezes, necessitam fazer pesquisas genealógicas que demandam tempo e investimento financeiro visando conhecer suas

origens. Denomino o processo de destruição de referências ancestrais ocorrido durante o Estado Novo de “varredura cultural”. Em termos identitários, ele representará uma fase de ressentimentos, quando a identidade de brasileiro teve de ser trabalhada positivamente para que assim se sentissem, em detrimento do sentimento de italianidade, que passou a ser reprimido, fosse nos domínios públicos ou privados. (ZANINI, 2006, p.153).

A política de Vargas contra as línguas estrangeiras provocou quase um total apagamento, ou tentativa de apagamento, devido ao controle praticado. Um longo processo de transformação identitária para muitos dos sujeitos alvos dessa política e se viram obrigados a abandonar o que remetia a memória da Itália, se desfazendo de tudo que poderia comprovar as suas origens diferentes do ideal de brasilidade. Objetos e documentos seriam uma memória documental serviriam para a historicidade particular como também social, pois a sua manutenção contribuiria para reforçar a pluralidade em terras brasileiras. Porém, ao não permitir a sua preservação, foi uma tentativa de silenciamento e um claro esforço para limitar o sentido de variedade, de especificidade de cultura e de língua das comunidades de origem italiana (e demais nacionalidades). Limitar a identificação de italianos, ou mais claramente a identificação de sua natureza cultural com a região de nascimento, implicou em uma condução forçada de nacionalizar sujeitos e enunciados nas suas respectivas línguas.

A implementação de uma política linguística é algo recorrente e que está presente na história de diversos países por meio de tentativas de apagamento das variedades linguísticas e busca pela unicidade pela língua. Na Itália, a partir da unificação ocorrida em 1861, os governantes encararam a questão da língua como um problema a ser resolvido de cima para baixo, pois o Estado passou a interpretar a existência de diferentes línguas como uma representação simbólica do passado separatista. Além disso, a forte propagação da ideologia nacionalista no final do século XIX e início do século XX, influenciou, segundo Klein (1981), a criação de políticas que objetivavam a relação “uma língua = uma nação”, existindo um interesse pela integração por meio da língua e manutenção do caráter unificado que a cultura, em plano mais amplo, assumia diante do governo. Assim, estavam em disputa os sentidos que o Estado consegue mobilizar em torno do conceito de “nação”, “nacional” e “nacionalismo”.

No plano simbólico e cultural, há um esforço orgânico e explícito para plasmar, ao nível das mentalidades e das representações sociais, a unidade nacional, no que se pode denominar ideologia nacional. Para além dos símbolos nacionais por excelência, como a bandeira e o hino, que alcançam uma força simbólica incomensurável no mundo moderno, a língua passa a ocupar uma posição central na construção da nacionalidade, o que se traduz na correlação: uma nação, um povo, uma língua. No mundo atual, naturalizou-se a ideia de que um francês fala francês, um alemão fala alemão, um chinês fala chinês e assim por diante. Mas isso é uma construção moderna, pois, como se viu, ao fim da Idade Média, a Europa era um

mosaico linguístico, onde, não raro, o deslocamento por umas poucas dezenas de quilômetros implicava a passagem de uma língua a outra. Portanto, uma das dimensões da constituição dos modernos Estados nacionais é um violento processo de homogeneização linguística, tendo como base uma variedade de língua que é codificada e desenvolvida no âmbito da cultura letrada. (LUCCHESI, 2021, p. 191).

É graças à construção realizada pelo simbólico que se tem a instituição do ideário nacional e o Estado passa a justificar as suas ações diante dos sujeitos e, assim, o “território e a língua são categorias que sustentam um sentimento de pertencimento e lealdade entre os membros comuns de uma nação” (BARBOSA, 2011, p. 204). Por fazer parte do comportamento social, língua e território são pontos comuns que estimulam relações de pertencimento: aceitamos estar em um grupo com determinada categoria porque, a partir do confronto dado pela relação entre “eu” e o “outro”, estabelecemos laços que aproximam as características comuns e afastam o que demarca as diferenças. Ao interferir nas línguas, um Estado exerce práticas que se alinham com interesses da sua perspectiva, uma forma única de ver as relações sociais daqueles que ocupam o seu território, sendo fator determinante para os usos e rumos que a língua possuirá. Ocorre, por assim dizer, um reforço pela identificação com um determinado grupo de pertencimento (SAVOIA, 2004), e por este caminho tem-se toda uma ideologia que promulga a diferenciação entre o “nós” e os “outros”. Nesse sentido, se um sujeito não domina a língua oficial reconhecida pelas instituições governamentais, então não possui comunhão com as seguranças oferecidas como direitos estatais.

Se para Castilho (2017, p. 5) é complexa a escolha de uma variedade regional do português brasileiro como representante do padrão de língua falada no Brasil, mais complexa ainda foi a escolha do *fiorentino* como língua oficial do Estado italiano para ser assumida por toda a península itálica. Uma escolha política para formar na Itália uma cultura comum a todos os italianos, entretanto as bases socioculturais da população sempre foram marcadas por diferenças presentes em diferentes campos sociais, produções artísticas, arquitetônicas e principalmente nas línguas locais, representadas pelos dialetos e línguas minoritárias. A elite que estava à frente do governo, à época da unificação italiana, foi buscar dentre os diversos dialetos, aquele que carregava um valor ideológico de prestígio, capaz de fomentar nos “recém-batizados” cidadãos italianos o sentimento de “ser italiano”, substituindo (ou ao menos tentando substituir) as identificações como o toscano, siciliano, sardo, napolitano, milanese, calabrese, romano, e demais identidades regionais.

Para Klein (1981), até a unificação em 1861, a grosso modo, as identidades culturais e linguísticas eram alinhadas com as respectivas expressões locais, mas com a nação instituída, o contexto nacionalista influenciou as lideranças do Reino de Itália a estabelecer

uma cultura homogênea e a “língua italiana oficial” adentrou nas regiões onde ela também não era conhecida. Nos pequenos povoados e até nos grandes centros urbanos, a língua oficial deveria fazer parte da estrutura comum das relações diárias de todos os italianos. Destarte, o planejamento linguístico do período atuou a partir de elementos fundamentais na sociedade: as escolas serviram de base para a divulgação da língua oficial, pois era o ambiente onde as novas gerações aprenderiam a identificar-se como cidadãos italianos de fato. É claro que não era uma tarefa fácil, ainda mais considerando toda a diversidade cultural que passou a ser constituinte do Estado italiano e o trabalho voltado para as bases visava o fortalecimento da unificação e criação da consciência coletiva de pátria da italianidade.

Em outras palavras, era objetivo do governo caminhar em direção à formação da consciência de uma única cultura latina que sempre conectou o povo. Independente das diversidades que surgiram ao longo dos anos, por meio dos dialetos e aspectos sociais locais. Na simbologia nacional de “cultura maior” existia Dante Alighieri como expoente literário, Giuseppe Garibaldi como o herói popular e combatente militar que lutou pelo sonho de uma Itália unificada, além da memória das glórias históricas do passado representadas pela história do Império Romano.

Dessa maneira, não importava qual era a identificação que existisse antes, a intenção do Estado de promover a identidade italiana tomou o *fiorentino*, dialeto toscano, como a língua oficial italiana, já que era considerada uma língua com extensa produção literária e linguística, em caráter documental, desenvolvida pela *Accademia della Crusca*, por Dante Alighieri, Francesco Petrarca, Giovanni Boccaccio, Nicolau Maquiavel e por outros intelectuais do passado. A escolha política pelo *fiorentino* foi também conveniente por ser a língua materna de boa parte da elite econômica italiana e para atender seus interesses pessoais, elevou a sua própria fala ao status político de língua oficial. Interessante que, enquanto Castilho (2017) entende que a língua literária está mais endereçada a um projeto estético, no exemplo italiano ela foi usada como espírito para impulsionar a difusão de um único padrão de língua.

Retomando Klein (1981), com a chegada do fascismo, a política linguística italiana ganhou maior espaço para promover restrições e instaurar mudanças drásticas, exaltando a língua oficial e desqualificando os dialetos e línguas minoritárias. O mesmo impacto de imposição ocorreu nas colônias italianas em solo africano, onde a cultura do colonizador buscou sobrepor a cultura local. O caso italiano é um exemplo do tipo de política sobre a língua que pode acontecer quando o Estado entende a questão da língua como uma extensão de suas atribuições e que deve ser trabalhada de forma a padronizar falas e escritas, porém,

justamente por envolver diferentes níveis de relações subjetivas, está além de suas atribuições. O Estado detém grande poder e, por isso, possui um alcance maior ao determinar sobre a língua, influenciando nos usos, nos modos de funcionar e na maneira de se entender a identidade, favorecendo a desestruturalização cultural de seus indivíduos e reduzindo a presença da diversidade graças às regulações sobre as línguas que se encontram sob seu alcance administrativo.

Ao considerar o aspecto ético dos lugares enunciativos, Guimarães (2001) chama a nossa atenção para a forma como a ética, vista como universal, funciona como contribuinte para o papel normativo do Estado. Quando um governo assume políticas em sentido universal de ética não deixa lugar para a diversidade, tendo espaço apenas as estruturas que objetivam o protagonismo e prestígio de um grupo sobre os outros.

O sujeito, pela enunciação, é um agente político diante da sua relação com o outro, da forma como aciona a língua, brasileira, italiana ou em qualquer outra língua por ele assumida. Identificar-se e assumir-se enquanto político é ter a liberdade de reconhecer a realidade do meio em que se faz parte e se atua, partindo daquilo que realmente é, não se tratando do que o Estado quer que o sujeito assumira como verdade no dizer. Retomando Parcianello (2011, p.53), o ato de enunciar e o espaço de enunciação deram aos sujeitos emigrados formas de resistir nas línguas e nas suas relações com elas. O poder de dizer na realidade evidenciada pelas relações plurais do meio social entre familiares, amigos e pela comunidade, é a liberdade no dizer, no enunciar. “Liberdade é a liberdade de dizer que dois mais dois são quatro. Se isso for admitido, tudo o mais é decorrência.” (ORWELL, 2009, p.101). No romance *1984* de Orwell, “liberdade de dizer” significa liberdade de refletir, liberdade de pensar, o que não ocorre em contextos de repressão já que

As pessoas não precisavam pensar, mas obedecer. Pensar gera contradição, contradição gera discordância, discordância gera atitude contrária. E esta deveria ser evitada ou reprimida. A proibição da língua inibe a capacidade de reflexão, resultando em uma consciência comum, meta do governo Vargas. (PARCIANELLO, 2011, p. 52-53).

Da mesma forma que acontecia no pensamento nacionalista promovido por Vargas, tinha-se a mesma busca no regime fascista italiano, enxergando a língua italiana como meio para a construção ideológica dos sujeitos italianos. Não havia espaço para o diálogo na política linguística praticada na Itália ou no Brasil. A ideologia da unidade de língua visava não possibilitar abertura para a discordância, para a contradição e, pelo lema fascista, significava *credere, obbedire e combattere*, ou seja crer, obedecer e combater ao diferente, ao

que não se encaixava na visão padronizada da política linguística e do planejamento que estava sendo forçadamente aplicado. Afastavam-se da realidade e almejavam uma integridade de pensamento político reelaborado pela ótica do Estado e de seus dirigentes. A liberdade de dizer estava delimitada pelas fronteiras administrativas instituídas pelo governo, pelo Estado e nos direcionamentos de interesse de padronização do que era entendido por nacional. “Qualquer atitude oposta a este sentido deve ser tratada como ‘deformação do ser’. Assim fez Getúlio Vargas com suas imposições: o sentido devia ser único, bem como a consciência.” (PARCIANELLO, 2011, p. 53). Logo, a posição ditada pela postura ideológica promovida pelo nacionalismo torna o contexto italiano e brasileiro mais próximos na forma de tratar a posição da língua oficial assumida pelos respectivos governos da época.

### 3.2 NOVAS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS PARA ESTUDANTES DE ITALIANO

A relação com a língua italiana no Brasil passou por uma série de mudanças e com o fim da Segunda Guerra Mundial, os acordos com os países derrotados direcionaram caminhos para reaproximação com as culturas e línguas estrangeiras de países que antes eram vistos como inimigos do Estado brasileiro. Um exemplo dessa mudança na relação internacional foi o Protocolo de Declaração de Amizade e Cooperação de 1949, firmado entre Brasil e Itália que, de acordo com Valle (2018, p. 3397), possibilitou um caminho para o desenvolvimento mútuo nos campos jurídico, econômico, técnico, social e cultural. Um passo importante para o resgate da cultura italiana no Brasil, tendo ganhado maior desenvolvimento a partir da década de 70.

No Estado do Rio Grande do Sul, o *ente gestore* local, a ACIRS (Associação Beneficente e de Assistência Educacional do Rio Grande do Sul), também firmou acordos semelhantes com algumas prefeituras: a entidade oferecia a preparação linguística de professores da rede de outras disciplinas que passavam, então a lecionar também italiano aos alunos das séries iniciais. (FREITAS, 2018, p.153).

As associações ítalo-brasileiras ganham destaque por meio das parcerias entre municípios e governo italiano e os investimentos acabam por promover o ensino de italiano padrão para atender a demandas locais. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), no que se refere ao ensino de língua estrangeira, deixa a cargo das instituições de ensino a escolha de língua a ser trabalhada e pelos Parâmetros Curriculares Nacionais “sugerem que a escolha pela língua dependa da função que ela desempenha na sociedade” (FREITAS; BALTHAZAR; LUNATI, 2015, p. 762). A presença da língua italiana

na rede pública do Rio Grande do Sul demonstra a preocupação em atender as zonas de imigração italiana e reforçar a expressão cultural. Freitas (2018, p. 277) entende que a oferta de italiano na grade curricular ocorre principalmente em cidades nas quais a língua italiana é tomada por “língua de identificação”. São ofertas de ensino que ocorrem no contraturno por professores que nem sempre têm formação em Licenciatura Letras-Italiano, mas acabam sendo considerados habilitados por terem frequentado cursos formadores oferecidos pelas associações e *enti gestori*. Em 2017 a mudança na LDB, Lei 13.415, reduziu o poder de escolha das escolas por línguas não hegemônicas, priorizando o ensino da língua inglesa, estando optativo, no Ensino Médio, o espanhol (VALLE, 2018, p. 3398).

Ao longo dos anos, as políticas linguísticas públicas de incentivo à promoção da cultura italiana chegaram ao contexto de algumas universidades, como é o caso dos cursos de italiano ofertados no âmbito da Rede Andifes IsF. Todo este trabalho vem gerando impactos positivos em solo brasileiro e, para efeitos de exemplo, a região na qual está inserida a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), tem devolvido para a comunidade local uma reaproximação em sentido formal com a cultura italiana pela atuação promovida pela instituição visando contribuir para a internacionalização acadêmica.

Os aspectos identitários dos interessados nos cursos de italiano do Idiomas sem Fronteiras acabam sendo estimulados pelos diálogos que os estudantes realizam entre as discussões propostas em contexto de ensino com o meio social que estão vivenciando, desenvolvendo um olhar mais crítico para a forma de manifestar cultura local da região de Santa Maria e da Quarta Colônia. A busca por cursos de italiano também está ligada a uma questão política e pela necessidade natural de transmitir e manter a simbologia cultural italiana viva nas novas gerações de herdeiros da imigração italiana, bem como alimenta o interesse dos não descendentes em conhecer e estudar mais sobre a língua e cultura italianas. Os sujeitos participantes dos cursos de italiano possuem interesses distintos e a busca pelos cursos é uma meio de aproximar-se do legado da imigração italiana, afinal, estudar uma língua impacta na forma como entendemos a cultura a qual ela pertence.

Porém, o aprendizado do italiano aciona um confronto identitário a partir do acionamento político que a identificação cultural é movimentada pela relação entre a língua formada pelo imaginário e a língua padrão. O italiano no Idiomas sem Fronteiras, em certa medida, também ocupa dois lados: a política linguística da UFSM, voltada para a internacionalização, e a política de incentivo de estudo da língua padrão, fomentada pelo governo italiano.

A questão do espaço acadêmico como um primeiro contato com a língua italiana em contexto formal, para muitos alunos, funciona como um corpo-memória discursivo que Orlandi (2017, p. 88) considera ao analisar a questão da língua fluida brasileira em contraste à filiação de imigrante que, por fatores históricos e ideológico, manifesta-se a identidade e por consequência a identificação com a cultura por não descendentes de imigrantes italianos. Não se restringe apenas à língua, mas também pela individualidade que é narrada em sua ligação com a memória e é no próprio corpo que se materializa a constituição como sujeito. Assim, os sentidos estão em uma relação de dependência com valores simbólicos e históricos, não sendo dados diretamente pelas palavras. Como expõe Orlandi (2010, p. 11) “os sentidos não estão na essência das palavras, na sua literalidade”, mas sim estão além, pois trata-se de uma questão de avaliar e compreender como os sujeitos buscarão significar pela relação com a história, com os aspectos e eventos que asseguram os efeitos de sentido, criados e carregados pelo simbólico. O sujeito que se reconhece como “brasileiro” e “italiano”, ou “italo-brasileiro” é dependente da forma como interage com a comunidade e com a língua que possui convívio.

Em nossa opinião, é possível afirmar que o italiano, para esses brasileiros que participaram durante muitos anos da vida da comunidade, é uma língua de herança. Por outro lado, pudemos perceber que parte das pessoas de origem italiana não possui o sentimento de afiliação à cultura e à língua italiana e não teria, portanto, a percepção do italiano como língua de herança. (ORTALE, 2016, p.29).

A afiliação se constitui pelo social e a construção discursiva será reconfigurada pelo político que se instaura na linguagem, desdobrando em processos de significação “repartidos”. Zanini (2006, p. 199) considera que, para alguns descendentes, a Itália imaginada, “aquela cultivada no Brasil”, é alimentada pelo afeto representado pelos antepassados e o “lugar onde criaram raízes e está o seu universo simbólico é o Brasil”, tendo mais força do que a Itália concreta. Os sentidos não são os mesmos para todos e ainda, como ressalta Orlandi (2010, p. 12), existe uma divisão de sentidos que “tem a ver com o fato de que vivemos em uma sociedade que é estruturada pela divisão e por relações de poder que significam estas divisões”. E quando tomamos a materialidade, Orlandi (2010, p.14) reforça que os efeitos de sentido não podem ser pensados fora das condições existenciais e dos lugares materiais de definição. Por eles, os indivíduos, irão se identificar tomando as suas posições-sujeitos sociais.

Os sujeitos em sua formação identitária, reportam a temporalidade presente em seus discursos, carregam saberes oriundos de suas práticas no meio familiar ou do lugar onde vivem, trabalham e estudam, funcionando como um esforço ou tentativa de restituir para si



traços da própria etnicidade. Para Zanini (2006, p. 23), significa retomar pela memória “uma origem comum que permite aos italianos de Santa Maria e Silveira Martins se considerarem um grupo contínuo ao longo do tempo e que compartilha vivências comuns”, um esforço das gerações que herdaram a cultura, buscando maneiras de se aproximar dos sujeitos imigrantes do passado e de suas significações identitárias. Uma relação que vence os anos e se mantém ainda viva na enunciação de descendentes e não-descendentes por compartilhar uma cultura constituída pela história como ítalo-brasileira na Região da Quarta Colônia Italiana no Rio Grande do Sul. Ainda conforme Zanini (2006, p. 24), o tempo “impõe às memórias individuais uma socialização” que não fica apenas como eco, mas dura, persiste, subsiste. São narrativas entrelaçadas que, através da criação de um imaginário coletivo comum, se estabelece como elemento de significação diante de políticas de repressão, proibição e de negação a características consideradas anti-nacionais.

As questões de aproximação e afastamento entre a língua nacional e as demais línguas presentes na península itálica, acompanhadas da identificação de “cidadão italiano”, foi desde sempre aspecto de grande interesse para o governo da Itália unificada. Como Orlandi (2007, p. 13) traz para a reflexão: “Ter um Estado soberano é poder representar na variedade concreta da língua, uma unidade imaginária que dá identidade aos sujeitos desse Estado”. Uma vez que o contexto de imigração passou a ser reconhecido, o Estado italiano vai olhar para os descendentes, e para imigrantes do passado, como agentes da unidade italiana, mesmo que seja simbólica ou imaginada, significando a relação identitária e incentivando formas de representação e caracterização pela língua oficial.

Ao assumir a posição de “italianidade” no contexto contemporâneo, o indivíduo se torna sujeito e reconta a sua própria história, ele assume a sua origem, a sua herança, se identifica com os valores simbólicos que representam a cultura italiana e olha para a língua italiana como sua forma de conexão com o seu passado. E mais, ainda parece entender (consciente ou inconscientemente) que é preciso buscar maior proximidade com espaços ideológicos de representatividade cultural, por exemplo a Associação Italiana de Santa Maria (AISM), que reclama para si um ponto de referência no que tange a italianidade, a cultura, a tradição e a língua.

O descendente de italiano, ao procurar um contexto formalizado de ensino e aprendizagem de língua italiana, se depara como uma língua que é estrangeira para ele. Não é a mesma língua que se fez presente em seu imaginário e no imaginário da comunidade familiar, e isso instaura uma tensão no estudo da língua italiana entre aquilo que “deveria ser” e o que “realmente é”. Seja na UFSM ou na AISM, um estudante, ao realizar uma atividade

que estimula uma apresentação pessoal no contexto de ensino de italiano, se torna sujeito por sua identificação com um sentido de pertencimento a um dado grupo e irá significar-se como “brasileiro”, “italiano” ou “brasileiro e italiano”, entre outras possíveis identificações.

Parcianello (2015), expõe os efeitos de sentido dos ditos e não ditos que são promovidos pela AISM (e também pelas instituições que a precederam), sendo possível notar como a materialidade do estatuto que regula as suas atividades denota os sentidos atribuídos para “língua italiana”, “dialeto”, “imigrante”, “descendente”, “italianidade” e “cultura”. São exemplos de “reescrituras na textualidade” apresentadas por Guimarães (2005) e demonstram a forma como a AISM atua, possuindo um caráter político na dimensão linguística e, pelo estatuto da associação, valores e sentidos próprios são significados no “dizer” e “não dizer” sobre a italianidade como um todo. A língua dos imigrantes fica depositada em uma dimensão representativa de etnia, origem, cultura e história, é um lugar de memória e este é o seu lugar de pertencimento. Tomando o Talian como exemplo, temos uma língua símbolo inscrita na história ítalo-brasileira da região, porém não possui a designação de língua no espaço formal instituído na AISM e é entendido como dialeto:

“A língua dos nonos”, designação dada pelo sócio-fundador, é uma reescrita de “dialeto”, referido no texto estatutário da AISM. Essa designação mobiliza uma memória afetiva que o sujeito mantém em relação a uma língua que o significa de alguma forma, porque significa a sua história, a história de seus pais e de seus nonos. A língua não é sua, é dos nonos, mas precisa permanecer viva para que a memória dos antepassados não se esvaneça. A língua constitui a memória e a memória constitui a língua, e assim a história se reescreve. (PARCIANELLO, 2015, p.129).

Enquanto a língua italiana recebe a atenção de língua oficial e que deve ser ensinada para promover a internacionalização e aproximação entre Itália e Brasil, os dialetos são tidos como bens culturais que merecem o resgate e a preservação, uma importância apenas histórica e de memória da imigração, podendo implicar em “um modelo de proteção ou valorização que silencia os sujeitos (marginalizados historicamente), produzindo a desvinculação da noção de direitos linguísticos enquanto direitos humanos, individuais e coletivos.” (RODRIGUES, 2018, p. 46). Dessa forma, os dialetos são incluídos sob a capa da “cultura” ou “patrimônio cultural” e acabam não tendo lugar em espaços de ensino por não possuírem o status de língua. Existe, então, para o sujeito estudante de italiano uma reescritura de significados, ou seja é um “modo de relação pelo qual a enunciação rediz o que já foi dito” (GUIMARÃES, 2018, p. 85), projetando efeitos de sentido quando descobre a diferença relacional entre “dialeto”, que atribui uma definição específica para língua de origem, e “italiano oficial”, que

produz novo efeito de sentido e interpretação como “verdadeira língua italiana”. O político, assim, se insere nos estudos da língua, reelaborando o que faz parte da imagem de imigrante “italiano” e de “italianidade”.

O que fica na dimensão silenciada, o não-dito, são sujeitos que possuem no ambiente familiar, ou da comunidade local de descendência italiana, uma vivência pela prática “nonos”, dos tios e pais na língua que circula onde estão inseridos. Daí, o imaginário ou a crença local é fomentada pela forma como vem a ser disposta a língua nas associações italianas, não tendo espaço para a língua que faz parte da região. A língua italiana será uma língua estrangeira para uma parte do público da UFSM, tão estrangeira quanto a língua inglesa e será aprendida por objetivo de formação acadêmica. Para outra parte, será uma “língua adicional” ou “língua estrangeira adicional”, em que já teriam algum “contato ou acesso a, no mínimo, dois outros sistemas linguísticos, caracterizando-lhes como aprendizes mais experientes com relação à aprendizagem de línguas.” (SOUTO, et al., 2014, p. 894). Este segundo grupo busca constituir um uso frequente da língua e a sua manutenção por conta das relações sócio-históricas com a imigração italiana, interpretando a língua italiana como sendo a mesma da praticada por familiares de ascendência italiana.

A língua italiana será dividida nesses dois modos de compreensão e por tal desencontro ocorre o conflito, movimentado pelo político, entre aprender a língua da família e a língua oficial italiana. Não é possível, desta maneira, deixar em segundo plano os efeitos de sentido que circulam socialmente, pois em espaços de ensino os sujeitos assumem as posições de acordo com suas respectivas formações discursivas e é preciso considerá-las sempre que a subjetividade de identificação cultural se manifesta. Tendo em conta a constituição dos processos identitários em Santa Maria e Silveira Martins:

Compreendo a italianidade como um sentimento de pertencimento derivado do encontro, bem como experimentado pelo indivíduo de acordo com a sua posição social. A forma como ela é expressa, buscada e alimentada depende de como o indivíduo percebe a si mesmo num contexto social e, igualmente, de como é percebido pelos demais. A italianidade se transforma se transforma numa linguagem instrumental ativada quando necessário e possibilita a expansão do convívio social e a disputa por valor num mercado de bens simbólicos. (ZANINI, 2006, p. 200).

Para efeito de exemplo da manifestação de italianidade dada por Zanini, no contexto de sala de aula, em nível inicial de italiano do Idiomas sem Fronteiras, solicitei como atividade final do curso que os alunos realizassem um breve seminário, em língua italiana, sobre um tema de livre escolha que se relacionasse com a cultura italiana ou a partir de

algumas das temáticas sugeridas: língua, história, arte, geografia italiana, produção acadêmica em área de interesse, entre outros. Como parte da tarefa, no início os alunos realizavam uma apresentação pessoal dizendo nome, idade e o curso que frequentavam na universidade. Uma aluna então, antes de começar a falar sobre o tema que havia escolhido produziu o seguinte enunciado: *sono brasiliana e anche italiana*.

Se tomamos para consideração um enunciado do tipo *sono brasiliano e anche sono italiano / sono brasiliana e anche sono italiana* (sou brasileiro e também sou italiano / sou brasileira e também sou italiana) temos uma dupla construção de sentidos pela identificação com o que constitui a italianidade: a primeira é o sentido em que o sujeito se assume como brasileiro e italiano, uma identificação que ocorre dentro do significado na contemporaneidade; um segundo sentido é o simbólico, pois significar-se como italiano é buscar uma identificação com ser ou pertencer a uma origem, a um grupo, baseada na imigração italiana que, ao ser enunciado em italiano, não implica uma significação na língua da família, mas na língua oficial do Estado italiano. A italianidade, além do status social considerando o direito a cidadania italiana para os descendentes, proporciona dizer, diante daqueles que não fazem parte do mesmo grupo, ser “brasileiro e italiano”, ou simplesmente “italo-brasileiro”, como também uma forma de “reafirmar as suas origens construídas em solo brasileiro por meio dos laços de sangue dos seus ancestrais que aqui constituíram família, histórias, trabalho e uma cultura própria.” (COSTA; ZANINI, 2019, p. 174).

#### 4 OS SUJEITOS SEM FRONTEIRAS NO ENUNCIAR

A escolha do *fiorentino* para ser a língua oficial do Estado italiano estabeleceu uma divisão sociopolítica que deixou as outras línguas italianas com status político de “dialeto”. Tal divisão gera diferentes discussões e, conseqüentemente, disputas políticas que não podem ser dissociadas das reflexões sobre as identidades italianas. Ao estudarmos o aspecto político do enunciar, vemos que o funcionamento de uma língua dá ao falante lugar no mundo, lugar de existência, lugar de interação. De acordo com Parcianello (2015, p. 66), a língua não é somente “um conjunto de signos linguísticos, cujo significado é dado pelo valor opositivo que um signo tem em relação aos demais, independente da história de significados que esse signo tem.”. Para a autora em primeiro lugar está a subjetivação que se relaciona com a “rede de sentidos [...] que se estabelece no uso das palavras e expressões pelos falantes” (*ibidem*, p. 67) considerando a historicidade e a significação, sendo multifacetada e distribuída de maneira diversificada para locutores e interlocutores. Dessa maneira, compreendo que

A língua não é igual para todos os seus falantes, mas é para todos eles um modo de significar sua história, porque a língua é história, é histórica. Assim, em nossa ótica, não há diferença de funcionamento entre o que se nomeia “língua” e o que se designa “dialeto”, pois ambos dão aos seus falantes o acesso à subjetivação e à significação, ambos mobilizam uma história de sentidos a cada vez que ocorre o dizer (a enunciação) e novos sentidos são produzidos; ambos, pelo seu traço heterogêneo colocam seus falantes em lugares diferenciados, isto é, fazem a divisão (histórica) da palavra de acordo com as relações que se estabelecem entre quem diz e o que é dito. Isso se constata, a modo de exemplificação, pelo lugar que ocupa na divisão da língua um falante de vêneto ou de piemontês ilustrado ou reconhecido pelo seu saber linguístico e um trabalhador do campo que fala essa língua apenas no ambiente familiar. Embora seja a mesma língua, os espaços destinados aos dois serão sempre distintos. (PARCIANELLO, 2015, p. 68).

A língua nos constitui como sujeitos políticos (falantes) e por ela se dá a existência e possibilita significar no mundo, envolvendo a subjetivação, a significação e a história de cada sujeito. Ela se divide pela interação do falante com o que é dito, sendo ele um ser político diante do meio social de que faz parte. Ele se coloca no mundo, se entende e, pela língua, se posiciona perante um outro, um interlocutor que também possui direito de ser agenciado, tornando-se também locutor pelo enunciar. É, portanto, uma prática social que ocorre entre um “eu” e um “tu”, entre locutor e interlocutor, sendo agentes políticos que refletem, questionam, internalizam, concordam, discordam, dialogam, constituem e reconstituem sentidos na língua e pela língua, independente das designações que possui (língua oficial,

língua nacional, língua padrão, língua de imigração, língua materna, dialeto, língua minoritária, entre outras).

Em contextos multilíngues, o contato com a variedade de línguas acaba se tornando uma prática natural da diversidade e a formação do sujeito é muito mais politizada, pois pela diferença se dão as construções sociais. Quanto mais línguas estiverem à disposição para escolha de uso, mais processos enunciativos estarão disponíveis para ler, interpretar, explicar e interagir com o lugar social. Nesse sentido, quando nos deparamos com dados sobre imigrantes vênéticos, lombardos, trentinos, friulanos, mantovanos, entre outros, igualmente estamos nos deparando com as línguas e identidades de cada lugar de origem. As línguas trazidas pelos imigrantes eram distintas entre si e suas relações identitárias eram acionadas por suas práticas, demonstrando o sentimento de pertencimento.

Refletir sobre a história de uma região de colonização italiana e, mais especificamente, a relação da região com o contexto acadêmico da Universidade Federal de Santa Maria, nos permite questionar os sentidos que são mobilizados pelos alunos para além dos seus usos nos cursos de língua e cultura italiana. A presente pesquisa parte da seguinte questão norteadora: quais as relações identitárias são mobilizadas pelos participantes dos cursos de italiano, oferecidos pela Rede Andifes, através do Idiomas sem Fronteiras na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)?

A Teoria da Enunciativa de Émile Benveniste e da Semântica do Acontecimento elaborada por Eduardo Guimarães, e suas relações com o político, buscar-se-á responder os seguintes objetivos:

Objetivo geral: compreender as relações identitárias e culturais mobilizadas pelos participantes dos cursos de italiano ofertados pelo Idiomas sem Fronteiras, no âmbito da UFSM.

Objetivos Específicos:

- Contextualizar o espaço de ensino de língua italiana do Idiomas sem Fronteiras na UFSM
- Caracterizar o perfil de estudantes da UFSM que se matriculam nos cursos de italiano;
- Discutir as principais motivações para a participação dos alunos nos cursos de italiano do Idiomas sem Fronteiras;
- Verificar as relações de identidade que atravessam os estudos de língua italiana.

Como instrumentos de pesquisa serão utilizados dois formulários referentes aos cursos de “Introdução à língua e cultura italianas 1 - A1”: o formulário de inscrição e o formulário de feedback dos cursistas. Como critério de inclusão, foram considerados os cursistas que iniciaram e concluíram os cursos nas turmas ofertadas entre novembro de 2021 a abril de 2022. Para a análise dos dados, foram tomadas interpretativamente as respostas dos questionários para entender os sentidos que motivaram a escolha pelo estudo da língua italiana. Convém, portanto, analisar as manifestações políticas movimentadas pelos alunos assumindo a sua posição de sujeitos políticos quando são estimulados a enunciar a temporalidade no acontecimento para responder as perguntas:

- Por que escolheu estudar italiano?  
(pergunta apresentada antes de iniciar o curso de nível básico para iniciantes)
- Após participar do nosso curso de italiano, sua percepção em relação a cultura italiana mudou? Em que sentido?  
(pergunta realizada após o encerramento do curso como parte do feedback das atividades realizadas no contexto do IsF)

Para isso, acreditamos importante entender questões identitárias e políticas que são influenciadas por vias linguísticas e culturais. De acordo com o item VII, parágrafo único, da Resolução N.º 510 de 07 de abril de 2016<sup>6</sup> que estabelece a “pesquisa que objetiva o aprofundamento teórico de situações que emergem espontânea e contingencialmente na prática profissional, desde que não revelem dados que possam identificar o sujeito” (p.2), a sondagem dos dados é decorrente dos próprios estágios envolvidos no desenvolvimento de minha atuação e experiência no ensino de italiano, sendo os formulários já existentes antes da elaboração da pesquisa e usados especificamente para a inscrição e avaliação dos cursos de italiano do IsF-Italiano na UFSM.

#### 4.1 ANÁLISE DOS ENUNCIADOS

Ao trabalhar com enunciação, Guimarães (2009, p. 50) define que “a unidade de análise para a semântica é o enunciado” e também considera que “uma sequência linguística só é enunciado enquanto uma unidade de sentido que integra um texto.”. Ou

---

<sup>6</sup> Ver: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>

seja, é preciso tomar o sentido partindo de sua construção dentro de um texto, analisando como o falante articula a memória e a temporalidade com aquilo que se diz.

[...] Assim, falar do sentido de uma expressão em um enunciado exige que se considere em que texto está essa unidade. São as relações de linguagem que constituem sentido. E mais especificamente, são as relações enunciativas do acontecimento que constituem sentido. O sentido não se reduz a uma mera relação interna em uma estrutura entre os elementos da estrutura, independentemente de qualquer exterioridade. (GUIMARÃES, 2009, p. 50).

Para Guimarães, a enunciação necessita de uma avaliação no todo, no texto que compõe o sentido que o falante está constituindo pelo agenciamento do acontecimento. Somos levados a tomar os textos em que ocorrem os enunciados para entendermos os sentidos. A partir da retomada de todas as respostas dadas às perguntas apresentadas, reconstituí, por paráfrase, os textos dos enunciados produzidos pelos falantes, considerando as relações enunciativas de quem diz, seu lugar social e sua relação com o que é dito, objetivando dar maior completude e atenção aos enunciados de todos os falantes que responderam às questões propostas nos formulários. Por repetição de temas e constância encontrada nos diferentes enunciados, a partir da minha leitura foi possível identificar e categorizar as respostas, em ao menos três tipos de enunciados que, em sentido macro, forneceram dados mais completos para análise. Assim, elaborei as seguintes categorias:

- Interesse em cultura, prestígio da língua ou viagem;
- Descendência italiana, língua da família ou cidadania;
- Internacionalização para estudo, pesquisa ou trabalho.

Para o período de ofertas avaliado, ou seja de novembro de 2021 a maio de 2022, tive um total de 1132 respostas, que também correspondem ao número de interessados que realizaram inscrição para os cursos de italiano disponibilizados e, como pode ser verificado no gráfico, tive 267 inscritos por interesse em cultura, viagem e prestígio da língua; 285 inscritos que evidenciaram, ou tiveram o desejo de evidenciar, a relação de descendência ou cidadania; e por fim, 580 inscritos apontaram motivação em estudar língua italiana pensando na internacionalização considerando o aprimoramento do estudo acadêmico local ou por intercâmbio, pesquisa e trabalho.



**Figura 1.** Gráfico do pré-participação no curso.



**Fonte:** Elaborado pelo autor a partir da interpretação das respostas dadas à primeira pergunta.

Os números do gráfico servem para ilustrar os tipos de respostas que foram identificadas a partir da consistência e similaridades encontradas entre elas. Não estou considerando outras informações, exemplo faixa etária, descendência italiana identificada por meio do fornecimento de sobrenomes ou quaisquer outros tipos de informação pessoal.

A seleção dos inscritos foi realizada por sorteio, sendo utilizada a ferramenta “Número aleatório”, uma aplicação para aparelhos celular que permite criar um elenco aleatório de números, servindo de referência para selecionar na planilha do formulário os números dos inscritos correspondentes. Por isso, vale dizer que considero apenas os enunciados e seus sentidos estritamente relativos às duas perguntas norteadoras para nossa análise. Outra ressalva é com respeito aos números: muitos que responderam escolher estudar italiano com foco na internacionalização poderiam ser realocados para o eixo de “descendentes”, mas mantive a categorização dentro das respostas e dos sentidos que cada falante enunciou. Desta maneira, os gráficos e as sequências enunciativas não foram consideradas quantitativamente, mas sim em seu aspecto qualitativo.

Para colaborar com as reflexões, utilizei índices referenciais detonados por [A], [B] e [C] em cada enunciado, ou Sequência Enunciativa dada por “SE”, para referir com mais facilidade os sentidos e relações dos respectivos falantes.

#### 4.1.1 ESTUDAR ITALIANO CONSIDERANDO A CULTURA

O valor cultural é atribuído pelo falante na cena enunciativa como um sujeito que pouco conhece a língua, mas que compreende a importância da cultura e almeja uma aproximação para ajudar a construir uma visão de mundo diferente do que ele considera ser habitual.

SE 1: {[A] Porque sempre tive interesse e curiosidade. Acho o italiano um belo idioma por conta da riqueza}, {[B] importância da cultura e pretendo viajar para a Itália}. {[A1] É um sonho conhecer mais um idioma latino e comparar suas sutilezas, diferenças e peculiaridades}. {[A2] Considero uma língua incrível}, {[B1] há tempo tenho vontade de estudar e é um idioma de uma das culturas que me identifico, pois para expandir minhas fronteiras de conhecimento facilita o contato com novas culturas.}<sup>7</sup>

Na sequência enunciativa [A] nos deparamos com uma justificativa para escolha da língua italiana partindo de uma noção de valor de prestígio enquanto “forma”. O interesse pelo italiano vem acompanhado pela “curiosidade”, que pode ser entendido por ser uma língua “não convencional”, ou fora do que é mais tradicionalmente esperado no senso comum: inglês e espanhol. Complementando a noção de valor pela forma, que pode envolver pela musicalidade, ou sonoridade e escrita da língua, o italiano aparece adjetivado por “belo idioma”, tendo sua beleza reforçada pelo elemento “riqueza”.

Os elementos “um idioma latino” e o verbo “comparar” na sequência [A1] demonstram que o falante já possui alguma relação com a língua italiana aproximada da sua realidade de interação com outras línguas, como o português e o espanhol. Além disso, a ideia de riqueza é retomada em [A1] ao se referir ao italiano como tendo “sutilezas, diferenças e peculiaridades”, ou seja: o italiano é um idioma rico por possuir sutilezas, diferenças e peculiaridades, quando comparado com outros idiomas latinos. Em [A2], a valorização é retomada, pois o falante assume que trata-se de uma “língua incrível”, o que permite considerar que o fato da língua italiana não ser convencional para o falante é o que a torna uma língua particular, bela, com um valor de prestígio em relação ao campo diferenciação: a

---

<sup>7</sup> Grifos meus.

língua é bela e atraente por ser “diferente”. Ademais, uma substituição em relação a designação do italiano: ora é definido por “idioma”, ora como “língua”.

As sequências [B] e [B1] apresentam o lado do valor cultural, em que o contato direto com o lugar de origem, a Itália, compõem a argumentativamente a justificativa em uma diretiva: a cultura é importante e, por isso, tem-se a motivação para de viagem sendo reforçadas pelos trechos com grifo “uma das culturas que me identifico” e “expandir minhas fronteiras de conhecimento facilita o contato com novas culturas”. Podemos retomar [B] e [B1], na seguinte paráfrase: {[B’] me identifico com a cultura italiana por ser uma forma de ampliar minhas fronteiras}, a identificação, então, é parte do processo de rompimento das fronteiras ou limitações do próprio mundo conhecido pelo falante. A “curiosidade” alimenta o imaginário sobre o que é desconhecido, estimula a busca do “conhecer mais um idioma latino” e o enunciado apresentado demonstra um falante que encontra-se em um nível um de contato superficial com a língua italiana.

#### 4.1.2 ESTUDAR ITALIANO CONSIDERANDO A DESCENDÊNCIA

O valor de herança aparece nos enunciados do falante que se posiciona na cena enunciativa como descendente de italianos e irá compor, na enunciação, aspectos que podem ser remetidos à política linguística de repressão da Era Vargas, mas não somente a esse período. São enunciados que remetem também ao imaginário construído pelo contexto social sobre a língua italiana e os desdobramentos do afastamento, voluntário ou forçado, assumidos pelas gerações de descendentes que em relação ao que representa a Itália simbolicamente: remete tanto à origens e cultura, como também pode remeter a um lugar que lembra os tempos difíceis na Itália, implicando na imigração. No imaginário, a língua italiana é compreendida como sendo a língua dos imigrantes italianos do passado.

SE 2: {[A] Tenho descendência e parte de minha família é descendente de italianos}, {[B] mas nunca tivemos contato com a cultura italiana}. {[A1] Por fazer parte da minha história}, {[B1] gostaria de conhecer mais a língua de meus antepassados} e {[A2] pela ligação com a história da imigração italiana, me reaproximando de minhas raízes e origens

pele estudo do idioma}. {[A3] Além disso, venho de uma cidade de forte imigração italiana, então seria uma forma de conhecer mais de minha região.}<sup>8</sup>

Começando pela sequência [A], ocorre o reconhecimento sobre a descendência italiana do falante e também de parte da família. Tem-se logo de início a sua posição como sujeito que possui tanto a identidade brasileira quanto a italiana: é dividido na sua relação identitária, pois o falante entende sua identidade, e de parte da família, como herdeira cultural e étnica da imigração italiana. Em [A1] e [A2], a “história” que o falante assume vem da “ligação com a história da imigração italiana”, é um passado que significa ainda em seu presente de fala e projeta o aprendizado da língua italiana como uma reaproximação das origens a partir do estudo, ou seja: só tem acesso às “raízes e origens” pelo estudo da língua, o que pode ser compreendido como forma de legitimar a reaproximação com o passado a partir do estudo do italiano padrão. Além disso, o lugar onde busca o ensino é uma instituição federal universitária, um espaço de prestígio para o falante que não enuncia outras formas de contato com as suas “origens e raízes”, por exemplo por meio do ambiente familiar.

Na sequência [A3] novamente a questão da imigração italiana é resgatada quando o falante reconhece a sua influência e por isso “seria uma forma de conhecer mais” da sua região. Tem-se um imaginário construído no enunciado de que o estudo do italiano promoverá a reconexão com o passado e com a história local.

Na sequência [B], a princípio, parece contradizer as demais sequências enunciativas, mas na realidade o falante relaciona “cultura” com “língua”. Ao enunciar a descendência, e em seguida evocar a história da imigração italiana, ele busca por “conhecer mais de minha região”, inserindo na realidade do falante a cultura italiana ainda que seja pelo imaginário que circula na região. Parafrazeando [B] e [B1]: “nós não tivemos contato com a língua e gostaria de conhecer mais a cultura de meus antepassados”, a relação com os demais enunciados se mantém e nos deparamos com identificação de que língua está diretamente ligada com a cultura, uma vez que “há uma relação intrínseca entre língua, cultura e identidade, haja vista que a língua identifica o indivíduo como parte de uma sociedade, inserindo-se, portanto, na cultura desta sociedade” (COELHO; MESQUITA, 2013, p. 33), ao mesmo tempo, o falante se posiciona enquanto descendente que não possui contato com a língua italiana (ou com a língua dos imigrantes) pelo no meio familiar.

---

<sup>8</sup> Grifos meus.

Por sua vez, a próxima resposta apresenta uma sequência enunciativa em que o falante já assume maior contato com a língua italiana por meio dos familiares:

SE 3: {[A] Minha família fala e é uma cultura muito presente}, {[B] porém o ensino da língua foi se perdendo}. {[A1] Meus avós conversam entre si com essa língua e gostaria de buscar um contato melhor com eles}. {[A2] Minha mãe fala italiano e vejo meu pai conversando com os irmãos e primos na língua e meu interesse se dá desde a infância}, {[B1] mas tenho um conhecimento raso} e {[C] gostaria de poder conhecer mais, de aprender, de vivenciar, me comunicar em italiano com a minha família} e {[C1] para saber quando falam de mim.}<sup>9</sup>

Na resposta 3, a sequência [A] coloca a língua e cultura constituídas pelo contexto familiar. Diferentemente do enunciado da resposta anterior, o falante reconhece a presença de uma língua italiana no interior de seu meio social, evidenciando que faz parte do sentido de pertença saber a língua. Ele articula com [A] a sequência [A1]: os “avós conversam entre si com essa língua”, sendo reforçada por [A2], ao trazer que os pais e familiares interagem entre si em italiano, complementando o efeito de sentido de haver um interesse “desde a infância”. Entretanto, mesmo possuindo tamanha proximidade não se apropria da língua conhecida e nas sequências [B] e [B1] indica a perda do ensino e que possui conhecimento “raso”, ou seja, mesmo com forte presença na estrutura familiar, a língua é entendida como um bem para apenas até a geração dos pais, tios e respectivos primos. Teve a tentativa de ensinar a língua, mas “o ensino da língua foi se perdendo”. O falante então carrega em si uma contradição em que existe uma língua italiana, que é de um grupo social que inclui o falante, mas também é excludente, pois ele não domina a língua que a família fala, possuindo pouco domínio da língua.

Não saber falar italiano internamente com a família implica na produção das sequências [C] e [C1] em que são fatores de importância “conhecer mais”, “aprender” e “vivenciar” na língua, permitindo “comunicar em italiano” e inserindo o falante no grupo, ao ponto de “saber quando falam” dele. Para línguas de imigração ou nativas, tem-se que “ser falante de português é ser falante de uma língua legítima” (GUIMARÃES, 2015, p. 54) e,

<sup>9</sup> Grifos meus.

portanto, existe a concorrência entre uma língua oficial com as demais línguas. Entendendo que no grupo que domina a língua não ocorreu contato suficiente para aprendê-la, o falante então busca seu aprendizado no meio acadêmico, lugar formal de ensino.

O português, as línguas nativas, as línguas dos imigrantes e a língua italiana padrão se distribuem de maneira desigual no espaço de enunciação acadêmico. Enquanto ser falante de português é compreendido pela sua legitimação, ser falante de italiano significa ser falante de uma língua dividida: é língua de uma cultura, da família e também é a língua oficial da Itália. Em outras palavras, o italiano é tomado pela memória e temporalidade quando é reescrito pelo falante como língua a “língua dos imigrantes”, “língua da família”, que para Guimarães (2015, p. 55) “instala-se uma distribuição política das línguas para os falantes, mas os falantes determinados pelas línguas não-contadas continuam a falar nessas línguas e elas afetam a língua dominante politicamente no espaço de enunciação.”. A reescrituração é dada por um procedimento em que “uma expressão linguística reporta-se a uma outra por algum procedimento que as relaciona no texto integrado pelos enunciados em que ambas estão” (GUIMARÃES, 2009, p. 53). É ao redizer aquilo que foi dito antes que os sentidos vão sendo reconstruídos e reformulados a cada nova reformulação. Assim, a língua “não-contada” é a língua que vem da família, fora de um eixo institucional de ensino provido pelo Estado e por ela o falante vincula sua realidade, seu passado e futuro.

Compreendo que o Talian, mesmo que não seja diretamente enunciado nas sequências enunciativas, pela sua reescritura como “língua nativa”, ele se faz presente. Por exemplo na próxima resposta:

SE 4: {[A] É a língua nativa de meus bisavós e {[B] meus avós são descendentes de italianos e tenho interesse em fazer a cidadania italiana}}. {[A1] Tive também um avô que sabia falar, mas não quis me ensinar e minha avó costumava falar com ele em italiano}, {[C] porém ela não quis mais falar depois do falecimento dele}. {[C1] Por isso gostaria de aprender para ter mais proximidade com ela}, {[B1] com minhas raízes e como uma forma de honrar a memória da família.}<sup>10</sup>

---

<sup>10</sup> Grifos meus.

Na sequência [A], o falante identifica que a língua italiana é “a língua nativa” dos bisavós e, como um bem material que se deixa como herança, foi passada aos avós, mas como vemos na sequência [A1] não foi ensinada ao falante do enunciado, como ocorreu com falante da Sequência Enunciativa 3. Ao compreender a língua italiana como nativa, reafirma que no Brasil “na prática de linguagem dos falantes descendentes de imigrantes apresenta-se uma tensão entre a língua nacional e a língua materna, que se produz na história e atinge tanto a estrutura da língua quanto o sujeito.” (BOLOGNINI; PAYER, 2005, p. 46). Na sequência [B], a questão da descendência apresentada em [A] é retomada por “meus avós são descendentes”, predicando “avós” como descendentes, o falante não enuncia a si próprio como “descendente”, mas deixa subentendido que possui a identificação, pois logo enuncia o desejo pela cidadania italiana. Para ele, ser descendente e buscar a cidadania implica em dominar a língua.

Em [B1], os elementos “raízes” e “honrar a memória” retomam o efeito de sentido estabelecido por [A] e por [B], pois para o falante estudar italiano é um modo de honrar seus antepassados, de trazer para o presente a “língua nativa” dos bisavós, pois a língua estaria ligada à raiz da família. Podemos parafrasear [A] e [B] com elementos de [B1] na sequência: {É a língua nativa de minhas raízes e, por ser descendente, tenho interesse em fazer a cidadania para honrar a memória da família}. A nova sequência ao condensar o sentido das sequências anteriores torna ainda mais evidente que a relação com a língua italiana é tanto um legado quando um dever a ser cumprido pelo locutor, pois o “sentido do dizer que se faz presente é tomado pelo sentido de enunciações já ditas em outros tempos e lugares e o futuro são os sentidos que esse dizer proteja e se presentifica em outras enunciações.” (ZATTAR, 2021, p. 30).

Nas sequências [C] e [C1] a língua italiana é o meio de resgate da memória e do sentido de pertencimento de grupo, pois enquanto dois membros da família mantinham a “língua viva”, após a perda de um dos deles, o sentido social se perdeu. O falante, então, assume que aprender a língua italiana é o meio para alcançar maior “proximidade” com a avó, ocorrendo uma busca para reconstituir a relação social pela língua e na língua. Ao enunciar o falante usa “a habilidade de reorganizar o senso sobre si mesmo e a relação que o falante tem para com o mundo e as situações nas quais está envolvido.” (HARTMANN, 2020, p. 62). Assim, ter mais proximidade com a avó pela língua vem da maneira como o falante está envolvido com o seu mundo familiar, onde aprender a língua irá mudar os sentidos sobre si mesmo pelos enunciados que serão constituídos na interação social, bem como a identidade

de italo-brasileiro(a) será ressignificada ao ter maior “proximidade” com a historicidade de sua família.

#### 4.1.3 ESTUDAR ITALIANO CONSIDERANDO A INTERNACIONALIZAÇÃO

A última sequência leva em conta as respostas que apresentaram motivação direcionada para o estudo no sentido da internacionalização, para a formação acadêmica e/ou profissional, sendo este tipo de enunciado o mais expressivo, refletindo o papel político que a UFSM desempenha como instituição que visa desenvolver a internacionalização em sua por meio da sua política linguística:

SE 5: {[A] É um idioma relativamente próximo do português e espanhol e é a primeira chance de aprender a cultura e a língua italiana}. {[B] Desde sempre tive muito interesse em idiomas e a oportunidade pela UFSM é única}. {[B1] Vejo oportunidades profissionais e possibilidades de fazer pós-graduação em um intercâmbio via projetos com universidades italianas pelo contato com uma língua diferente do habitual}. {[C] Acho importante o estudo da língua por achar relevante na história e origens do estado do Rio Grande do Sul e da Quarta Colônia}.<sup>11</sup>

Na sequência [A], o italiano é reescriturado por “idioma” e identificado pelo falante como tendo proximidade com português e espanhol. Ocorre uma articulação que coordena os respectivos sentidos de “português” e “espanhol” e coloca em contato com o italiano, mesmo que seja para o falante “a primeira chance de aprender”, o italiano constitui sentido de língua não estranha, aproximada das línguas conhecidas, que tem traços já conhecidos pelo falante e que se desdobra em uma “oportunidade de aprender” na UFSM, sinalizando em [B] o papel da instituição que ocupa lugar favorável à pluralidade, a diversidade e o acesso à língua italiana de forma gratuita, aberta e “única”. Considerando Guimarães (2009), o falante articula por coordenação os elementos “português” e “espanhol”, organizando como sendo de mesma natureza em um único elemento “português e espanhol”, conseqüentemente articula esses

---

<sup>11</sup> Grifos meus.



elementos com “idioma”, dando sentido de unicidade para o lugar que ocupado pelos três idiomas para o falante.

Complementarmente em [B1], o falante também assume o papel de prestígio científico, de valor para o mercado de trabalho que a língua italiana possui, um contraponto ao que comumente tem-se em relação à língua inglesa. O italiano, assim, é também constituído pelos sentidos próprios do imaginário no meio universitário, para além do valor “cultural” ou de “herança”, abrindo portas para o intercâmbio e para a formação profissional através de projetos com universidades italianas. A institucionalidade, na figura da UFSM, fortalece o sentido de “língua diferente do habitual”: apesar da proximidade, o italiano é diferenciado por comparação ao que se é comum estudar (português, espanhol ou inglês).

Na sequência [C], o falante se coloca enquanto integrante do espaço sociogeográfico e agente de seu meio, elencando que o estudo do italiano compõe a “história e origens do estado do Rio Grande do Sul e da Quarta Colônia”. Ainda que não tenha dito ser descendente de italianos, o lugar o mobiliza a dizer sobre uma relação de história e origem do espaço onde se encontra, apresentando sua integração enquanto ser social que interage com outros e que (re)diz a memória e a historicidade daqueles que são descendentes de italianos. Assim, ele retoma elementos enunciativos presentes nas sequências enunciativas SE2, SE3 e SE4, por exemplo: com “história da imigração italiana”, “me reaproximando de minhas raízes e origens pelo estudo do idioma [...] venho de uma cidade de forte imigração italiana, então seria uma forma de conhecer mais de minha região”; “é uma cultura muito presente [...]”, “[...] ter mais proximidade com ela, com minhas raízes e como uma forma de honrar a memória da família”.

Ao preencherem os formulários para participar dos cursos, alunos, professores e servidores enunciam uma relação com a língua italiana que é tanto influenciada no interior do meio acadêmico, quanto fora dele. Werner e Sturza (2021, p. 58-59) lembram que a enunciação é realizada como acontecimento de linguagem, considerando o real, no sentido de “materialidade histórica” na interação entre a temporalidade e a língua, em que o sujeito não é figura de centralidade, mas sim o acontecimento que ocorre em um espaço político onde se dá o funcionamento das línguas. O foco está na posição tomada e na forma como o acontecimento implica num lugar propício para o político, que por sua vez é dado pelo confronto que é possibilitado entre as línguas. O sujeito, submetido ao agenciamento pela língua, será “constituído pela temporalidade do acontecimento, de tal forma que esse agenciamento é de natureza política e se dá em um espaço de enunciação específico” (WERNER; STURZA, 2021, p. 59-60). Na análise proposta pelas autoras sobre a noção de sujeito:

[...] Guimarães (2002, 2018) usa a designação falante e, a partir dele, aborda sua constituição, suas características e seu funcionamento. O falante, ao ser concebido pelo espaço político de enunciação, passa a fazer parte da cena enunciativa, para usarmos a terminologia teórica do autor, e sofre uma divisão que distribui lugares de dizer nessa cena. Dessa forma, esse agenciamento não só é responsável pela distribuição dos lugares enunciativos que o falante ocupa, mas também por aquilo que ele diz, uma vez que não é livre para escolher formas para dizer, nem tem intenções ao dizer, já que são as condições sócio-históricas e políticas que determinam quem diz, como se diz e porque se diz. (WERNER; STURZA, 2021, p. 60).

O agenciamento, portanto, designa onde o falante estará e o que será dito. Podemos olhar para o agenciamento, dentro da teoria da Semântica do Acontecimento, como se fosse um “diretor” ou “roteirista” que irá conduzir o falante como um “ator” na cena enunciativa, produzida pelo agenciamento, posicionando o falante de forma política. Werner e Sturza ainda afirmam que, na Semântica do Acontecimento, o falante “não é indivíduo, não é pessoa física que fala, mas é o sujeito enquanto constituído e determinado pela relação entre língua e falantes no espaço de enunciação, sendo essa relação litigiosa.” (p. 60).

Assim, de acordo com Werner e Sturza, o falante é dividido na cena enunciativa em “Locutor” (L), aquele que diz e é a origem da enunciação e “Alocutor” (al-x), como sendo a representação do lugar social que ocupa na sociedade, ocorrendo uma relação de interdependência entre locutor e alocutor. Um falante que ocupa a posição de “estudante”, por exemplo em um curso de graduação, ao enunciar estará sendo um locutor por ser a origem de do enunciado ao mesmo tempo que será um alocutor-estudante, pois essa é a sua posição social. Ao concluir a graduação e passar a exercer uma profissão, o locutor mudará o seu lugar social, passando a ter voz como “alocutor-profissional” ou “alocutor-especialista”, ou seja, a alocação caracteriza o falante como um “alocutor-x” que irá depender do lugar de que fala. Nesse sentido, também podemos considerar a relação inversa: quando um professor participa de um curso como “aluno”, ao enunciar no âmbito de sala de aula, estará exercendo pela alocação um papel de aluno, ou seja “alocutor-aluno”. Ainda de acordo com as autoras, locutor e alocutor são figuras enunciativas que possuem seus respectivos pares, sendo respectivamente “locutário” e “alocutário”. Esses pares são divisões que se darão no sujeito destinatário dos enunciados na cena enunciativa: o sujeito que recebe os enunciados produzidos nos formulários ocupa posição de locutário, ao mesmo, por representar o IsF-Italiano na universidade, é um alocutário que compõe o espaço institucional e assumirá a posição de “professor de italiano” por justamente ser também sujeito responsável pelos cursos.

Nos cursos de italiano do Idiomas sem Fronteiras, em um primeiro momento, tem-se falantes que possuem diferentes posições sociais dentro do meio universitário, pois são alunos dos mais diferenciados tipos: técnicos-administrativos, graduandos, pós-graduandos e servidores docentes. Entretanto, a partir do preenchimento do formulário de inscrição nos cursos, cada inscrito assume o lugar social de “estudante de italiano”, ou “alocutor-estudante”, e, ao ser tomado por esse lugar de dizer, é autorizado “a falar no mundo em determinada língua e de determinada forma.” (WERNER; STURZA; 2021, p. 60).

Refletir na relação entre língua e falante é pensar na sua posição no mundo como um todo, considerando o lugar em que vínculos e identificações são estabelecidos e desenvolvem sentidos a partir de aspectos sociais, históricos e políticos que caracterizam o falante, a sua maneira e o seu motivo de dizer. Considerar a língua italiana e a sua relação com os falantes significa considerar as “idas e vindas” constituídas no imaginário, na relação familiar e no meio acadêmico, uma vez que os agenciados pela enunciação são divididos pelo acontecimento por possuírem um lugar social que permite falar uma língua e se colocar no mundo.

Os sujeitos que possuem laços de italianidade não se reconhecem como monolíngues ou visam não ser monolíngues. Seus interesses para o aprendizado da língua italiana são direcionados pela retomada de sentidos da italianidade. São sujeitos que buscam estabelecer uma relação mais próxima com a cultura simbolizada pela língua italiana, buscando reafirmar sentidos durante o aprendizado.

#### 4.1.4 APÓS PARTICIPAR DOS CURSOS

Tendo visto os enunciados pré-participação nos cursos, é notável os elementos comuns que perpassam as falas, indicando que a constituição pelo imaginário sobre a língua italiana possui ao menos três efeitos de sentido amplo: cultura, herança e internacionalização. Vale dizer que o número de vagas é limitado a 25 alunos por turma, número menor de matriculados nos cursos quando comparado ao número de inscritos. As desistências ao longo do ciclo de realização dos cursos também são naturais, uma vez que para os participantes estudar italiano é uma atividade complementar que disputa atenção com suas atividades obrigatórias dos mesmos. Sendo assim, nem todos que iniciaram os cursos e contribuíram na produção dos enunciados (1) a (5) chegaram a concluir o ciclo das aulas e atividades.

Como forma de ilustrar algumas das atividades realizadas pelos alunos durante o curso, apresento duas atividades que elaborei e que mobilizaram os alunos a refletir sobre a

questão da identidade, da língua e da internacionalização a partir da experiência de intercâmbio de uma estudante ítalo-brasileira<sup>12</sup>:


**Figura 2.** Atividade desenvolvida durante uma das aulas de italiano.


*COME STUDIARE IN ITALIA...*

L'esperienza di studiare all'estero è una maniera di arricchire la nostra conoscenza della cultura e anche della realtà di un altro Paese. Guardate l'immagine sotto (adattata dal sito [Study in Italy](#)) e poi provate a rispondere alle domande.

- ❖ Cosa possiamo dire dell'immagine?
- ❖ Quale potrebbe essere la nazionalità di questa studentessa?
- ❖ Secondo voi, di che cosa parla il video? A chi sono indirizzate le informazioni?

---


HOME
ORIENTAMENTO
BORSE DI STUDIO
STORIE



**NATHALIA CAMPREGUER**  
 Mon, 05/07/2018 - 10:48 by admin

Tratto da: <https://www.youtube.com/watch?v=drKY6wSsDPw>

➤ **Vediamo il video insieme; provate a prendere appunti sulle informazioni date.**

- a) Quando lei è arrivata in Italia?
- b) Qual è il corso che lei fa e dove lei ha fatto il suo bachelor prima di andare in Italia?
- c) Dove ha cominciato studiare l'italiano e per quanto tempo?
- d) Com'è la sua giornata di studentessa e quali sono i suoi progetti dopo la laurea?
- e) Com'è la sua giornata di studentessa?
- f) Perché Nathalia ha scelto di studiare a Trento?
- g) Nathalia ha dato un consiglio agli studenti brasiliani. Provate a scriverle un messaggio in italiano.

**Fonte:** Elaborado pelo autor para o desenvolvimento de atividades em aula.

<sup>12</sup> Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=drKY6wSsDPw&t=25s&ab\\_channel=Farnesina](https://www.youtube.com/watch?v=drKY6wSsDPw&t=25s&ab_channel=Farnesina)

**Figura 3.** Atividade indicada como tarefa a ser realizada após a aula.

- **Siete riusciti a prendere tutte le informazioni? Scambiate le vostre idee con un compagno / compagna e vedete se lui / lei è riuscito a sentirne altre.**
  
- **Nathalia ci racconta che era affascinata per il modo come gli italiani parlano e che “in Brasile abbiamo questa impressione di che l’italiano è una lingua molto romantica e tutto sembra come una canzone.” E voi, cosa pensate del modo come gli italiani parlano? Cosa pensate della lingua italiana? Riflettiamoci insieme.**

Per accedere agli informazioni sui corsi Universitari e scoprire di più:  
<https://www.miur.gov.it/web/guest/universita>

#### **ATTIVITÀ DA FARE A CASA**

Allora, riuscireste a raccontare le vostre esperienze proprio come Nathalia ha fatto? Fate un piccolo testo (massimo 10 righe) raccontando la vostra storia all’università: perché avete scelto il vostro corso, quali sono state le vostre difficoltà nei primi giorni all’università e perché avete cominciato a studiare l’italiano? Ricordate di fare all’inizio la vostra presentazione (nome, età, ecc) proprio come Nathalia ha fatto.



**Fonte:** Elaborado pelo autor para aprofundar as discussões proporcionadas pela atividade anterior.

As atividades foram trabalhadas de forma conjunta com os alunos, visando estimular reflexões sobre o contexto acadêmico brasileiro e italiano. Em um primeiro momento, os alunos tiveram algumas dificuldades, mas foram contornadas conforme os auxiliava ao trabalhar cada parte do vídeo e tirava dúvidas específicas.

Ao término do ciclo, foi enviado o formulário de *feedback* para que pudessem avaliar as suas experiências relativas ao curso. Apesar da solicitação do professor com a indicação da necessidade e importância de resposta ao formulário de *feedback*, mesmo entre os que realizaram todo o percurso proposto, alguns alunos não responderam ao formulário. Desse modo, considerei as sequências enunciativas que foram constituídas a partir de 86 respostas, sendo elas 70 afirmativas e 15 negativas (divididas em dois blocos), para a pergunta: “Após

participar do nosso curso de italiano, sua percepção em relação à cultura italiana mudou? Em que sentido?”, e dada a leitura das respostas, identifiquei três categorias de respostas:

- Não mudou a percepção ou relação com a língua e cultura;
- Não mudou, mas disse ter acrescentado alguns novos sentidos aos pré-existentes;
- Afirmou ter mudado a percepção ou relação com a língua, a cultura ou a forma de ver a Itália.

**Figura 4.** Gráfico do pós-participação no curso.



**Fonte:** Elaborado pelo autor a partir da interpretação das respostas dadas à segunda pergunta.

Por se tratar de uma pergunta aberta, tive ao menos 7 respostas simplificadas, algumas delas sendo apenas “não”, “não mudou”, “mudou pouco”, “continuo com a mesma visão”. Por outro lado, mesmo tendo fornecido uma resposta negativa, para 8 alunos identifiquei que houve acréscimo de novos sentidos ou valores, por exemplo “não mudou, mas sei que preciso estudar mais”, resultando, portanto, em respostas mais elaboradas que foram integradas por paráfrase em SE 6.

Procedendo de modo semelhante para respostas afirmativas como por exemplo “sim, mudou pois quero aprender mais”, reconstituí por paráfrase as sequências enunciativas SE 7,

SE 8 e SE 9. Assim, para as paráfrases presentes nas sequências de (6) a (9), tomei as respostas mais elaboradas e que apresentaram elementos recorrentes, trazendo informações de mais interesse para a continuidade das reflexões.

Considerando as respostas negativas daqueles que disseram não ter mudado a percepção:

SE 6: {[A] Não mudou, {[A1] pois eu já visitei a Itália duas vezes e conheço um pouco já da cultura italiana}}. {[A2] A língua e a cultura sempre foram o que eu imaginava: lindas e maravilhosas}}. {[B] Meu interesse pelo estudo cresceu e continuo achando uma língua difícil, mas aos poucos vou aprendendo mais sobre a Itália}, {[B1] pois devo estudar mais para me sentir de fato dentro da cultura italiana}. {[C] Trabalho com pesquisas na Itália e o curso ajudou bastante para isso, foi interessante conhecer algumas expressões novas e também alguns aspectos da história italiana.}<sup>13</sup>

Na sequência enunciativa, ao dizer “não mudou” em [A], o falante apresenta um saber próprio já formado e o curso, então, não gerou interferência no que diz respeito ao modo de relacionar-se à cultura italiana, com o que ela representa, com o que significa e o sentido de Itália para ele. Em [A1] o operador “pois” é articulado para introduzir a sequência que complementa o sentido de [A]: o locutor já esteve na Itália e, por essa experiência, identifica conhecer “um pouco da cultura italiana”. Ou seja, pela vivência de estar no lugar onde se “pratica” língua e cultura ele afirma conhecê-las, entretanto, fica de fora de seu enunciado outros meios de se ter contato com a cultura e língua italianas, como é facilmente encontrado dentro e fora da universidade, um exemplo disso está em [C]: “Trabalho com pesquisas na Itália [...]”.

A sequência [A2] retoma [A] ao apresentar que língua e cultura “sempre foram” o que estava no imaginário do falante: “lindas” e “maravilhosas”. Ele dá sentido de prestígio ao conhecimento formado a partir de sua experiência de ter estado duas vezes na Itália, indicada em [A1].

Entretanto, há o reconhecimento de que o estudo fomenta o interesse e o desejo para aprofundar o conhecimento que já possui, dado em [B], e, ainda que tenha tido dificuldade

---

<sup>13</sup> Grifos meus.

com a língua, busca aprender mais sobre a Itália. Para o locutor, o ensino formal é o meio de se entender dentro de uma cultura. Logo, a cultura é interna ao aprendizado da língua, pois como vemos em [B1]: “devo estudar [...] para me sentir [...] dentro da cultura italiana”. Mesmo tendo enunciado em [A] que já conhecia um pouco, o estudo é o que legitima a sua inserção na cultura.

Na sequência [C], o falante assume um lugar social de “pesquisador” que atua com pesquisas na Itália, tendo o curso ajudado para esse fim. Ele evidencia um dos aspectos da internacionalização do espaço universitário que, ao contribuir com a oferta de curso de italiano, o possibilitou maior interesse por “novas expressões” e pela história italiana, reafirmando o que foi enunciado em [B] e [B1]: ao ter contato com as expressões desconhecidas e com a história, o falante acessa novos elementos que fornecerão maior sentimento de estar “dentro da cultura italiana” por meio do estudo<sup>14</sup>. Mesmo que não tenha mudado a princípio a maneira de se relacionar com a língua, com a cultura ou com a própria Itália, o locutor sendo um acadêmico, um pesquisador, expõe a necessidade de continuar estudando a língua para estar na cultura.

As próximas sequências enunciativas foram constituídas a partir das 70 respostas que indicaram mudança no modo de relacionar-se com a cultura e língua italianas.

SE 7: {[A] Me senti mais próximo da realidade da Itália, que é parecida com o Brasil}. {[B] Pude descobrir os diferentes idiomas falados que diferem um pouco do italiano} e {[A1] conhecer sobre a história, nos apresentando uma Itália pouco conhecida por nós}. {[C] Já havia realizado um curso regular, {[C1] fiz formação em italiano no ensino médio}, {[C2] mas pela pouca familiaridade com o idioma não obtive o proveito desejado}. {[C3] Agora, com a metodologia utilizada no IsF-Italiano consegui identificar lacunas do curso anterior}, {[B1] ter o contato com novas expressões próprias do dialeto e outras línguas além do italiano oficial, que não sabia} e {[A2] é interessante explorar a cultura italiana já possuindo uma história cultural como a do Brasil.}<sup>15</sup>

<sup>14</sup> O que nos faz pensar no impacto das ações dos cursos e nas possibilidades de maiores resultados positivos para a formação do falante a partir da institucionalização do ensino de italiano para além do alcance do Idiomas sem Fronteiras, uma vez que os cursos possuem caráter de curta duração.

<sup>15</sup> Grifos meus.



Na sétima sequência enunciativa, em [A] tem-se um sentimento de proximidade que foi desenvolvido durante o do curso de italiano no IsF dado por “me senti mais próximo”, sendo reforçado por comparação ao dizer que a realidade italiana é parecida com a do Brasil. Esse sentido de proximidade será retomado ao final do enunciado [A2] ao dizer que há interesse de explorar a cultura “já possuindo uma história cultural como a do Brasil”. O locutor se aproxima da Itália a partir do referencial cultural que ele já compreende no seu entorno, pois “a relação entre a língua e a cultura é uma relação de integração necessária e não há como pensar a linguagem/língua fora da relação com o homem e com a sociedade/cultura” (KNACK, 2012, p. 71).

O locutor, sensibilizado pelo ensino que está vinculado a uma política linguística numa perspectiva voltada para a internacionalização, acaba por ser apresentado à diversidade do contexto italiano, tornando-se mais sensível a compreender o Brasil por uma visão não monolíngue. O elemento “história”, que aparece na sequência [A1], é retomado em [A2] por “história cultural”, assim tem-se que a história italiana, que é “pouco conhecida por nós”, tem importância no processo de aprendizagem por ser uma história que permite comparações entre Itália e Brasil. Dessa maneira, o falante novamente realiza uma aproximação entre as duas realidades e ainda enuncia como enunciador-coletivo pela presença dos elementos “nos” e “nós”: ele se coloca numa posição de coletividade, se inclui nela e assume a representatividade deste coletivo. A sequência enunciativa começa em [A] com um pronome pessoal “me” de primeira pessoa, definindo um ato individual de fala, mas que em [A1] deixa a individualidade e passa a compor um coletivo pelos pronomes de primeira pessoa do plural “nos” e “nós”.

A divisão do sujeito em locutor/alocutor, na cena enunciativa, implica em uma nova divisão que deriva do “lugar de dizer”, dando ao sujeito a posição de “Enunciador” (E). O enunciador não projeta uma figura correspondente como a de locutário ou a de alocutário, pois a relação é dada sempre naquilo que é dito. Logo, tem-se uma interdependência entre o sujeito que diz, o lugar social que ele ocupa e o lugar de dizer, entendido pela relação com o que foi dito pelo sujeito. Werner e Sturza (2021, p. 61), por meio da análise sobre a figura do sujeito na teoria de Eduardo Guimarães, resumem o enunciador em quatro tipos específicos:

- Enunciador individual: representa um “eu” que ilusoriamente assume ser origem do dizer, apresentando elementos em primeira pessoa avaliando o dito;

- Enunciador coletivo: representa um “nós” que assume uma fala coletiva, a fala de um grupo, evocando, ou não, um o alocutor entre os alocutários;
- Enunciador genérico: representa aquele que fala a partir de um senso comum, reproduzindo uma fala que é dada por outros enunciadores;
- Enunciador universal: representa um lugar de dizer que está fora do contexto social, se colocando em uma posição “superior”, deslocado da relação com a história, dizendo o que é verdade e o que não é. O sentido de verdade será dado por “axiomas” para dar veracidade universal: será verdade porque é assumido por todos como verdade, podendo ou não estar vinculado ao campo da ciência.

Ao tomar os formulários como representante da cena enunciativa da universitária, no que tange ao ensino de italiano, os sujeitos são divididos entre enunciadores individuais, genéricos e coletivos. Aparece o enunciador individual quando assumem posição de “eu”, “me”, “meu”, “meus”, “minha” ou “minhas”, como aparece na maioria dos enunciados vistos anteriormente. Outro tipo de enunciador que ficou evidenciado foi o do tipo “genérico” nas sequências que trazem a língua italiana como sendo a mesma língua falada pelos avós e outros familiares, ou que apresentam falas no sentido de “prestígio” da língua, formadas pelo senso comum. Também tem-se o enunciador coletivo pela presença de “nós” ou “nos”, por exemplo em [A1] na sequência “nos apresentando uma Itália pouco conhecida por nós”, são enunciadores que se constituem falantes pelo dizer.

Em [B], o locutor descobre “os diferentes idiomas falados que diferem um pouco do italiano”, algo que era desconhecido e que o faz relacionar com o idioma estudado. Ele assume que diferentes idiomas estão na realidade italiana, retomando [A], pois ao estar mais próximo da realidade italiana implica estar em contato também com suas diferentes línguas, desmistificando em seu imaginário a visão de uma Itália monolíngue.

Na sequência [B1], “dialeto e outras línguas” e “italiano oficial” retomam respectivamente os elementos “diferentes idiomas” e “italiano” da sequência [B], trazendo as formas que o falante realiza a diferenciação nas designações de língua. Em [B], “italiano” está quase fora da categoria “idiomas falados”, pois “italiano” funciona como parâmetro: existe o italiano e outros idiomas que “diferem um pouco”. Ao enunciar ter pouca diferença, o sentido se aproxima da noção de variedade que pode ser encontrada numa mesma língua, por exemplo no português falado no Rio Grande do Sul e o falado no Rio de Janeiro. Por outro

lado, o locutor enuncia a descoberta de “diferentes idiomas” que são substituídos por “dialeto” e “outras línguas” em [B1]. O locutor recupera categorias do senso comum e da linguística a partir dos elementos “dialeto”, “outras línguas” e “italiano oficial”, separando em três possibilidades de expressões: do dialeto, de outras línguas e do italiano oficial.

Diferentemente de enunciar apenas “italiano” em [B], o “italiano oficial” aparece constituído por “italiano” somado a “oficial”, a unicidade dada na junção desses dois elementos identifica o status institucionalizado no que diz respeito ao uso de uma língua oficial do Estado. O dialeto e as outras línguas são compreendidas como presentes no espaço enunciativo italiano, mas não são definidas pelo falante como “oficiais” ou “nacionais”.

Na sequência [C], o locutor possui certo nível de conhecimento de língua italiana por enunciar que já frequentou “um curso regular”, informação que é retomada na sequência [C1] ao dizer que fez “formação em italiano no ensino médio”. Por sua vez, em [C2] a pouca “familiaridade” denota um certo grau de distanciamento na sua primeira experiência com o italiano e que resultou em baixo aproveitamento. Em [C3], o elemento “Agora” demarca tanto espaço/lugar no tempo, pois é na universidade, “com a metodologia utilizada no IsF-Italiano”, que o falante conseguiu “identificar lacunas” na sua experiência anterior: o IsF proporciona nova relação com o estudo da língua italiana. Ele articula o que é enunciado em [C], [C1] e [C2] para, assim, constituir o sentido conclusivo dado por [C3]. A metodologia utilizada no IsF-Italiano foi um diferencial por proporcionar ao locutor meios de identificar onde estavam as lacunas do curso anterior. O elemento “a metodologia” definida como a “do IsF-Italiano” retoma o sentido de internacionalização e política linguística universitária pelo espaço onde essa metodologia é desenvolvida: no IsF-Italiano, que está inserido na universidade.

Para Spolsky (2016, p. 39), o domínio escolar envolve duas categorias de agentes: “os estudantes, cujas práticas e crenças linguísticas são passíveis de modificação e os professores encarregados do processo de modificação”. Os estudantes trazem crenças que se relacionam com a sua visão política sobre a língua, o que ela significa, o seu objetivo de aprendizado e como ela será utilizada nas relações com o outro. Ao passo que os professores são encarregados de trabalhar para modificar ou corroborar conceitos levantados pelos estudantes. Uma função que, aos poucos, direcionou meu olhar para como a língua italiana está constituída no imaginário dos sujeitos da universidade.

A sétima sequência enunciativa toca em temáticas que versam a distribuição das línguas e nas crenças que circulam sobre o italiano padrão, os outros idiomas da Itália e as interações com a história e cultura brasileira, elementos da esfera do “já dito” e que serão retomados na oitava sequência.

SE 8: {[A] Desmistificaram alguns preconceitos, {[A1] pude perceber uma parte mais acolhedora da cultura italiana} e {[A2] descobrir novos tópicos de interesse sobre a cultura}}. {[B] Consegui entender o funcionamento do idioma}, {[B1] suas semelhanças com o português} e {[B2] também pude saber mais sobre os aspectos culturais e a influência destes na língua}. {[C] Sinto que, agora, entendo a cultura e a língua italiana de forma um tanto mais aprofundada porque a Itália não é tão distante do Brasil como eu pensava}, {[C1] a política foi uma visão diferente para mim, a língua também possui nuances regionais e considero muito importante.}<sup>16</sup>

A sequência [A] articula de maneira incidente com a sequência [A1] pela relação que se estabelece entre desmistificar “preconceitos” e “parte mais acolhedora da cultura italiana”, e que será complementada por [A2], enumerando sentidos para constituir a “mudança de percepção” proposta na pergunta do formulário de *feedback*. Para o locutor, o curso de italiano do IsF: desmistificou preconceitos, mostrou uma parte mais acolhedora da cultura e apresentou novos tópicos de interesse sobre cultura. O elemento “cultura italiana” aparece em [A1] caracterizado por “acolhedora” e, nesse sentido, retoma o verbo “desmistificar” em [A]: o falante assume que a “cultura italiana” antes possuía conceitos negativos estabelecidos em seu imaginário. Os conceitos prévios que não indicam “positividade”, pois o lado acolhedor da cultura italiana, dado por [A1], se torna parte dos “novos tópicos de interesse”, relação com a cultura dada na sequência [A2] e que será retomada em [C] pelo elemento “agora” que, no ato da enunciação, o falante passou a ter contato com a parte acolhedora da cultura italiana.

Considerando que a cultura é “acumulativa, pois acumula conhecimentos e experiências ao longo das gerações, e é também produção, construção de conhecimentos.” (COELHO; MESQUITA, 2013, p. 28), tem-se que os conhecimentos estabelecidos pelas experiências do falante e a sua (re)produção pela prática expõem uma postura que desmistifica uma visão negativa acerca da cultura italiana. Conhecendo o outro na sociabilidade da língua, entre a projeção do “eu” que fala para um “tu”, é que foi possível

---

<sup>16</sup> Grifos meus.

reconstruir a forma de entender a cultura italiana, a cultura de um outro, que ainda não é indicada pelo falante como cultura parte da cultura brasileira.

A partir de [B], o locutor explicita a sua relação com a língua italiana por “entender o funcionamento do idioma”, articulando de forma a enumerar em [B1] e [B2] demais elementos que identificam a sua relação, pois ele entende “o funcionamento”, entende as semelhanças com o português” e entende/sabe “aspectos culturais e a influência” na língua. O pronome possessivo “suas”, por elipse, vincula o elemento “idioma” em [B] com “português” em [B1] de forma comparativa: ele assume “entender” que existe a semelhança com a língua portuguesa, nesse caso, a proximidade retorna e o “estranhamento” com o italiano deixa de ocupar o imaginário do locutor. Em [B2] “aspectos culturais” implicam em influência na “língua”, que retoma “idioma” que, por sua vez, reescreve “língua italiana”. Ao enunciar “saber mais” sobre questões culturais, o locutor, que já possuía um conhecimento prévio, a partir da sua experiência no curso passou a ter novos saberes, indicando a influência dos novos elementos de cultura na língua.

Na sequência enunciativa [C], “agora” realiza uma marcação temporal na enunciação que indica a compreensão do locutor sobre cultura e língua de forma mais “aprofundada” por olhar para a Itália não como um país distante, mas próximo do Brasil. O elemento “porque” introduz a justificativa daquilo que já foi dito nas sequências de [A] até [B2]: ao compreender os dois países através das suas semelhanças, ele “desmistifica” preconceitos, entende as relações de proximidade entre português e italiano, constitui uma visão própria sobre “o funcionamento do idioma” e relativiza as influências dos aspectos culturais sobre a língua. Em outras palavras: o locutor condensa os sentidos das sequências anteriores em [C]. Os elementos “a cultura” e “a língua” são colocados num mesmo grupo ao receber “italiana” como caracterizante: “a cultura e a língua italiana”, diferentemente do que aparece em [A], com “cultura italiana” indicando a relação de cultura com o povo italiano, pois ele é o responsável por demonstrar acolhimento, ou seja: são os sujeitos italianos que são mais acolhedores e transmitem tal característica para suas práticas sociais representadas na cultura. O locutor, ao realizar uma nova enumeração de [C] a [C1], ele entende, de forma mais aprofundada, a cultura e a língua por reconhecer que “a Itália não é tão distante do Brasil”, “a política foi uma visão diferente” e “a língua também possui nuances regionais”. Em outras palavras, o curso, ao proporcionar uma aproximação entre o contexto brasileiro e italiano, possibilitou a reflexão sobre a política e sobre as influências regionais que a língua italiana possui.

A questão da comparação/confronto entre Brasil e Itália se manteve na sequência SE 9. Compreendi que essa relação de “confronto”, dada pelo político, é recorrente nos enunciados e envolve, para alguns sujeitos, uma história particular que se refere ao contato com a língua italiana a partir do espaço social que é conhecido ou que é familiar.

SE 9: {[A] Achei que fosse uma língua mais complicada}. {[A1] Mesmo tendo um avô que fala, ele nunca quis me ensinar}. {[A2] Por este motivo, achei que fosse complicado, mas não pareceu tanto}. {[B] A língua me pareceu mais acessível de aprender, é muito mais parecida com o português do que imaginava}. {[B1] Consigo entender muitas palavras do cotidiano como sendo italianas, {[B2] principalmente sobrenomes de conhecidos}, e {[B3] também conheci mais dos aspectos culturais de lá}. {[C] Não via muito a Itália como um foco de estudo ou futuro}, {[C1] porém com o curso e o idioma, além de conhecer mais, hoje já a considero mais} e {[C2] me sinto mais curiosa sobre o país e suas culturas distintas.}<sup>17</sup>

O locutor inicia em [A] uma articulação com “uma língua mais complicada” que se desenvolve em [A1] e [A2] de maneira coordenada. A língua, até então desconhecida e de pouco contato, apresenta-se pelo viés da complexidade, constituindo no imaginário uma noção de que implicaria mais esforço para o seu aprendizado. Na sequência [A1], o locutor indica ter um membro da família que fala italiano no trecho “Mesmo tendo um avô que fala”, mas ele não ensinou italiano para o locutor. Chamou minha atenção esse trecho, pois suponho tratar-se do mesmo falante, que disse ter um avô que “não quis ensinar” a língua na pergunta do primeiro formulário sobre o motivo de escolher estudar italiano.

Para o falante, a ideia de não aprender a língua com avô dava-se pelo fato de que, em seu imaginário, a língua era complicada, complexa, que era de difícil aprendizado como é confirmado em [A2] pelo elemento “Por este motivo”, o motivo do avô não ensinar é a complexidade do da língua. Entretanto, ainda em [A2], descobre-se que a língua em si “não pareceu” ter grandes dificuldades para o seu aprendizado, revelando que sua relação com a língua mudou e que é reafirmado em [B] por “me pareceu mais acessível” e “é muito mais

<sup>17</sup> Grifos meus.

parecida com o português”, novamente a comparação/confronto entre a língua conhecida e a nova língua aprendida.

A sequência [B] aciona outro confronto no sentido de língua italiana em “A língua”: ela não é caracterizada por elemento que a diferencie da língua vista no curso e da língua falada pelo avô, permanecendo no imaginário do falante que trata-se da mesma língua. O locutor a entende como “mais acessível”, tanto no sentido de ter acesso à algo que antes estava “escondido”, “guardado”, deixado ao campo do mistério pela relação com o “avô”, como também é acessível no campo da estrutura da língua: compreende que se trata de uma língua “mais parecida com o português”. Em [B1] o locutor identifica “muitas palavras do cotidiano como sendo italianas”, outro modo de dizer “a Itália mais próxima do Brasil”, que é ainda mais enfática a partir de [B2] dado pelo elemento “principalmente” que introduz junto com “sobrenomes de conhecidos” um espaço enunciativo de onde circulam outros falantes que possuem vínculo direto com a imigração italiana pela descendência e, assim, [B1] coordena [B2].

O elemento “mais” em [B3] adiciona novos conhecimentos culturais sobre a Itália, em que “lá” substitui o nome “Itália” por reescrituração. Além disso, em [B3], o elemento “também conheci mais dos aspectos culturais” indica que havia o conhecimento prévio, que interpreto ser dado pelo meio familiar e de seu contexto social, tendo sido agenciado anteriormente em “um avô que fala”, “palavras do cotidiano” e “sobrenomes de conhecidos”, respectivamente em [A1], [B1] e [B2].

A imagem de uma Itália distante dada pelo elemento “lá” é retomada em [C] com “Não via muito a Itália”, estando afastada da atenção do falante a ideia de “estudar” e de “futuro”, mas esse trecho funciona como uma sequência que prepara para a introdução de uma adversativa, fomentada pelas sequências anteriores, e que é realizada em “porém com o curso e o idioma”. Curso e idioma, de modo conjunto, contribuíram para a mudança na relação com a Itália e mais: o elemento “curso” reescreve os sentidos de “a metodologia utilizada no IsF-Italiano”, de SE 7, indicando a construção de um novo “imaginário” sobre o contexto italiano para diferentes sujeitos que passaram pelo IsF-Italiano, condensando os sentidos nos enunciados que apresentaram mudança de relação a partir do aprendizado desenvolvido durante o curso.

Por sua vez, “idioma” reescreve “língua” em [A] e [B], e que também está no sentido de “fala” por meio de elipse no trecho de [A1]: “um avô que fala”. Em [C1], “além de conhecer mais” retoma “mais aspectos culturais” de [B3] e se introduz a sequência final “hoje já a considero mais” criando a contraposição dada pela relação entre “Não via muito a Itália

[...] ” e “porém com o curso e o idioma”. Para o locutor, mesmo com uma identificação familiar pelo avô, o fato dele não ter ensinado a língua criou um distanciamento/afastamento do sentido de italianidade e de manifestação cultural.

Por outro lado, a partir do curso e do idioma, a Itália se tornou “realizável”, deixando o imaginário para projetar um interesse de “estudo ou futuro”, sendo mantido em [C2] sobre pela curiosidade em relação à Itália, que aparece por reescrituração por “o país”, não sendo caracterizada por “sua cultura distinta”, no singular e que indicaria uma cultura distinta, no sentido de ser uma. Pelo contrário, a Itália é caracterizada por “suas culturas distintas”, é detentora de diferentes culturas, ocorre uma marcação de plural que permite relacionar mais de uma cultura como sendo da Itália, ou seja permite identificar o interesse do falante pelas culturas manifestadas em suas respectivas regiões, comunidades locais e línguas faladas. O locutor se posiciona então de forma a não ver a Itália pelo viés do monolinguismo, compreendendo o sentido de pluralidade italiana a partir do estudo da língua italiana padrão no espaço do Idiomas sem Fronteiras, que figura não somente pelo seu status político de oficialidade, mas também por ser uma dentre tantas outras línguas existentes na Itália.

Pelo enunciado, o sujeito estudante de italiano compreende a questão da cultura e da língua italiana como parte integrante do espaço por onde circula, mas ainda é um passo inicial na reflexão sobre a forma de interagir pelo político. Ao meu ver, a abertura para a inserção de de temáticas próprias do contexto da universidade e da relação com a imigração italiana significa uma abertura para a “Itália” que existe perto de cada estudante da UFSM, oportunizando mais espaço para que possam assumir-se politicamente nos processos de identificação com a língua e pela língua.



## 5 IDENTIDADES RECONSTITUÍDAS PELO POLÍTICO

Ao ter em mente a história da imigração italiana em Santa Maria, a oferta de cursos que abordam a língua e cultura, dentro do contexto universitário, favorece o surgimento do confronto simbólico sobre o que significa aprender o idioma italiano. De um lado, estudantes que representam os descendentes, filhos e filhas da imigração italiana e que assumem ter uma ligação com o passado, a italianidade. Por outro lado, tem-se os sujeitos que não são descendentes e almejam aprender a língua italiana por valorizar o aspecto cultural ou pela formação acadêmica. Ambos compartilham a cena enunciativa dada pelo espaço universitário da UFSM, em um contexto de colonização italiana e que leva para diferentes camadas de interesse, uma área cultural que se desloca do sentido europeu, aprender uma língua estrangeira, para o brasileiro pela relação que se institui localmente pela família ou pelas trocas sociais com seus pares.

Em um mesmo lugar de partilha, os saberes pré-construídos induzem à expectativas que misturam a vida particular e a acadêmica dos estudantes. Poder participar de um curso de nível inicial de italiano e depois dar continuidade na construção de saberes em outros cursos, oficinas e demais eventos promovidos pela universidade ou em parceria com outras instituições, demonstra o desejo na exploração do contexto italiano proporcionado pela relação constituída na/pela língua italiana e no posicionamento político que ela implica no espaço de enunciação universitário. Considerando que para Guimarães (2014), o espaço de enunciação é o lugar onde os falantes estão, de forma não igualitária, dispostos ao contato com quaisquer línguas, tem-se um lugar para a discussão, reflexão e manifestação daquilo que pertence à historicidade dos sujeitos. Pelas línguas os falantes são tomados e por elas sensibilizados numa relação *sui generis*, estimulando ao político, ao confronto que ocorre entre o silêncio e a enunciação.

Nessa medida, os espaços de enunciação são espaços que distribuem desigualmente as línguas para seus falantes, e assim redividem o sensível, ao identificarem os indivíduos ao serem tomados pelas línguas. O espaço de enunciação é um espaço político, no sentido em que venho considerando o que seja o político. (GUIMARÃES, 2014, p. 51).

O político é dado pelo contraste, pela reflexão e tomada do protagonismo dos sujeitos ao realizarem as correlações entre a língua materna, o italiano e demais línguas conhecidas por eles. A sua compreensão, baseada em um discurso marcado pela história social da Quarta Colônia, resulta em diálogos com o contexto das comunidades falantes de

Talian e uma maior ciência sobre o lugar da língua aprendida, pois ela difere daquela que pertence ao meio familiar de imigração italiana, o que reforça a característica plurilíngue da Itália e do Brasil. Ao responder perguntas como “por que escolheu estudar italiano?”, ou “o que significa para você estudar italiano dentro da universidade?”, o sujeito se coloca e se faz existir, pelas realizações em português e pelo simbólico que está no imaginário sobre a língua italiana. Mesmo em estágios de aprendizado inicial entre português e italiano, o sujeito ganha mais confiança conforme amplia seus conhecimentos e se posiciona politicamente reformulando a sua própria relação identitária. Quando se explora o sentido cultural, abre-se portas para o confronto entre culturas, é um lugar de manifestação do político, conforme apresentado por Guimarães.

Ao colocarmos a língua (qualquer que seja) para funcionar, nós a enunciamos de acordo como nos relacionamos com o espaço que está ao nosso redor, não estamos sendo apenas indivíduos, mas sujeitos que possuem discurso e uma identidade, uma história que trazemos em nós. Conforme Benveniste (1989, p. 84), é no ato individual de apropriação da língua que se coloca quem fala em relação ao que é falado e “na enunciação, a língua se acha empregada para a expressão de uma certa relação com o mundo”.

Se um aluno, em uma atividade de apresentação, diz “sono brasileiro e anche sono italiano”, ele exerce pela enunciação, o seu direito político e se faz existir, em língua italiana, como tendo uma identidade ítalo-brasileira. Brasilidade e italianidade que coexistem na mesma materialidade do corpo e do enunciar, duas identidades que fazem parte de uma mesma pessoa, de um mesmo sujeito e que se entende por essa dualidade.

Porém, se considerarmos a cidadania italiana como um fato da política, ela estará no plano do reconhecimento legal das instituições governamentais brasileiras e italianas. O reconhecimento da cidadania por si só é a reunião de símbolos culturais que “carregam valores simbólicos e afetivos que passam pelas histórias familiares dessas pessoas” (COSTA; ZANINI, 2019, p. 166). Resultam, dessa maneira, numa dualidade com respeito à identidade para os descendentes que buscam a reconexão com o passado imigrante e uma ligação com Itália por conta de seu valor de prestígio no cenário internacional

Identidade é um sentimento de pertencimento, quando o sujeito entende sua participação num meio social que reconhece características comuns com outros por meio de um compartilhamento de diferentes traços (língua, história e práticas em comunidade que se tornaram “tradição”). Porém, esse sentido de pertencimento não é estanque, o tempo incide sobre as relações sociais, sobre a língua e cultura. De acordo com Costa e Zanini (2019), a maior parte dos descendentes não possuem um desejo real de serem reconhecidos como

italianos diante dos italianos nativos, mas sim há um interesse pela afirmação da diversidade diante dos outros grupos étnicos encontrados no Brasil. Para aqueles que já possuem a cidadania reconhecida, seus direitos e deveres políticos estão garantidos e são interpretados de maneira equiparável perante as leis e o olhar jurídico do Estado italiano. Todavia, não vale o mesmo para o contexto da sociedade civil e suas respectivas interações, pois estando na Itália, são sujeitos “italo-brasileiros”, “extracomunitários” ou mesmo são vistos como “estrangeiros”.

O termo “estrangeiro” nos faz pensar na concepção daquilo que nos é “externo”, que está fora de nosso referencial familiar ou cotidiano daquilo que entendemos por nacional. A definição e manutenção de fronteiras administrativas por um Estado cria a separação entre um “eu” e “tu” (ou “você”), entre “nós” e “vós” (ou “vocês”), quem não pertencem ao “nós” sempre será visto como parte dos “outros”. Para sermos considerados estrangeiros, temos que sair do lugar que entendemos como nosso e, ao entrarmos em contato com um ambiente novo até então não experimentado, é que nos refazemos como sujeitos por meio do diálogo com o novo contexto. O confronto que se tem no reconhecer uma cidadania vem por ela ser, em alguns casos, baseada no simbólico e no valor de prestígio que ela proporciona. Refletir sobre a cidadania italiana e no que ela representa significa refletir sobre os desdobramentos do sentido de “direito” de um grupo, de uma comunidade, pois

[...] não há uma preocupação por parte desses descendentes em conhecer a língua ou determinados costumes da Itália, mas sim, em reafirmar as suas origens construídas em solo brasileiro por meio dos laços de sangue dos seus ancestrais que aqui constituíram família, histórias, trabalho e uma cultura própria. Além disso, a cidadania italiana acaba por representar status perante os demais grupos em solo brasileiro e, até mesmo, perante outros descendentes de italianos que não dispõem de condições de ingressar com o processo. Enfim, o passaporte é um sinal de distinção muito valioso no Brasil, mas não necessariamente na Itália. O reconhecimento carrega diversos significados para esses descendentes, mas o que analisamos é que a valorização étnica não está na finalidade da cidadania. (COSTA; ZANINI, 2019, p. 174).

Não seriam portanto, relações que tocam a identidade, em sentido singular, mas relações de identidades, em seu plural, marcando laços brasileiros e italianos ao mesmo tempo e que variam por conta da maneira em que o político, dado no enunciar sobre as histórias e a(s) língua(s), norteia os sentidos do que é da família, do que representa a vinda dos italianos para o Brasil e as consequências dessa vinda. O reconhecimento da cidadania é, assim, uma materialidade jurídica, reservada para aqueles que podem arcar com todos os custos envolvidos no processo. Entretanto, ela não dá conta da imaterialidade das identidades que são tomadas pelo falante e pela fluidez do enunciar, que corroborada pelo político, irá

produzir (ou reproduzir) sentidos que tocam diversamente símbolos que constituem a imagem da Itália, da(s) cultura(s) e da(s) língua(s). Assim a enunciação é uma ação realizada pelo locutor, que de forma independente e individual, coloca em evidência “o próprio ato, as situações em que se realiza” e toma a língua para si, pois

O ato individual pelo qual se utiliza a língua introduz em primeiro lugar o locutor como parâmetro nas condições necessárias da enunciação. Antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade da língua. Depois da enunciação, a língua é efetuada em uma instância de discurso, que emana de um locutor, forma sonora que atinge um ouvinte e que suscita uma outra enunciação de retorno. (BENVENISTE, 1989, p. 83).

É pelo diálogo com o outro que o locutor define o seu posicionamento político, a sua ordem e o seu uso lugar social no mundo. A língua se disponibiliza a ser adequada às requisições do locutor que, a partir da enunciação, irá promover uma relação única, impressa no seu uso, deixando claro seus traços e características. A enunciação, então, passa a ser uma costura que ocorre entre o falar, o contexto em que se dá a fala, o falante e sua interpretação como agente condutor do discurso, que, nesse sentido, se assume como sujeito na sua interação em comunidade.

Dessa maneira, podemos compreender que, no contexto da Quarta Colônia, quando os locutores refletem sobre aprender a língua italiana, a enunciação poderá ocorrer em duas esferas: a primeira no campo da interpretação do italiano como a língua da família, língua da cultura, língua interpretada como herança local ou regional; ou na esfera da superfície da oficialidade da língua, a “língua de norma padrão”, que é ensinada em instituições superiores ou centros de cultura e que será usada para participar de intercâmbios, para o mercado de trabalho e que será considerada como determinante nos processos para obtenção de cidadania italiana, na tradução de documentos e pela comprovação de conhecimento de língua, por via de exames de competência linguística.

A primeira esfera se apresenta ao considerar o ato de fala e o seu referencial estabelecido pelo “eu”, pela sua forma de ver o mundo individualmente, pela sua localização e posição exercida no discurso. O “eu” é, por assim dizer, uma identidade de alternância que permite ser assumida por cada um dos indivíduos durante um diálogo, tornando-se dessa forma o “sujeito” que remete a condição de ser o referencial de um discurso. A linguagem se torna assim uma instância do discurso a partir do momento que o indivíduo se apropria do “eu” ao falar e, neste sentido, estrutura do enunciado.

Pensar no “eu” como referencial do discurso é considerar a individualidade que o locutor estabelece dentro da realidade construída pelo discurso. Esse locutor/sujeito é o

protagonista do enunciado e da enunciação a partir do momento que o “eu” é assumido. Quando usamos verbos em primeira pessoa, como “sou”, “faço”, “penso”, “acredito”, estamos aceitando o nosso papel de “eu” e nos posicionamos no momento que se produz o enunciado. A linguagem permite que a figura “eu”, o locutor, e conseqüentemente a figura “tu”, locutário, sejam assumidos pelos sujeitos de uma relação dialógica. O “eu” produz um efeito ao enunciar e o “tu” reage ao efeito produzido, internaliza e, por sua vez, ao enunciar assume a posição de “eu”, deixando o outro na posição de novo “tu”. São figuras que trocam de posição constantemente no ambiente criado pelo discurso e a enunciação é este espaço que permite posicionar-se discursivamente no confronto e nas diferenças oriundas da relação entre os sujeitos.

Assim, a enunciação, estabelecida por Benveniste (1995), determina o presente na escala temporal discursiva e tudo o que vem antes ou depois constituirá o “passado” e o “futuro”. O tempo vai ser definido pelo discurso, existindo por meio do enunciar e a subjetividade será responsável por fornecer estruturas para que “espaço” e “tempo” estejam sempre participando na relação entre os sujeitos.

Benveniste (1989) também considera que o “ego” funciona como criador de “mundos” por meio da linguagem, pois ela cria um mundo discursivo próprio, uma dimensão na qual o indivíduo realiza sua existência e se coloca como sujeito. O “eu” e o “tu” seriam então elementos linguísticos que definem a presença da pessoa no discurso e funcionam como marcadores referenciais que evidenciam o quanto o sujeito é importante para a linguagem, da mesma maneira que a linguagem é importante para o sujeito. Não podemos separá-los e um não existiria sem o outro, pois toda interação que construímos ao longo de nossas vidas através da língua é constituída em cada ato de enunciativo com um outro. Portanto, refletir sobre enunciação nos leva aos elementos próprios da subjetividade, pois são fundamentais para a compreensão das interações que o indivíduo exerce ao falar, estando o “eu” e o “tu” à frente das ações realizadas e demarcadas em espaço e tempo. A linguagem cria signos vazios de referência real, mas ao serem completados pela discursividade do indivíduo como locutor, ou como interlocutor, passa a fazer atribuições de sentido.

Ainda que não considere em suas reflexões o aspecto da historicidade e as implicações para a enunciação, Benveniste transmite um saber do senso comum ao colocar em evidência que, para um mesmo sujeito, a enunciação está aberta às diversidades durante a sua produção, pois “os mesmo sons não são jamais reproduzidos exatamente, e que a noção de identidade não é senão aproximativa” (1989, p. 83), mesmo que isso ocorra em contextos que produzam experiências repetidas. Se pensarmos no caso do Talian, foi a partir da interação

entre o português e outras línguas de imigração que ele se constituiu como língua neolatina brasileira, o que não significa necessariamente a língua italiana, língua oficial/padrão da Itália. O Talian, e as identificações que são mobilizadas por ele no meio familiar, ou na comunidade por onde circula, se aproxima identitariamente do contexto italiano, mas não pode ser separado das identidades que circundam o lado brasileiro. Para sujeitos que enunciam “o italiano é a língua da minha família”, o efeito de sentido de italianidade será diferente se o mesmo enunciado for produzido diante de um sujeito que diferencie o italiano padrão da língua falada pela família do enunciador.

Assim, é um reconhecimento de Benveniste acerca da pluralidade que a enunciação possibilita, o que nos permite pensar na relação da língua com o sujeito em seu processo de criação de sentidos identitários quando os imigrantes italianos se estabeleceram no Brasil e na forma como os sobre os sentidos da identidade italiana foram passados entre as gerações de descendentes.

Antes de falar de como se dá a temporalidade do acontecimento, gostaria de recusar aqui a posição benvenistiana, segundo à qual o tempo da enunciação se constitui pelo locutor ao enunciar. Ou seja, o presente do acontecimento não é, para mim, como quer Benveniste, o tempo no qual o locutor diz *eu* e enuncia a partir do qual organizam um passado (um antes) e um futuro (um depois), constituindo-se assim, a partir do Eu, uma linha de sucessividade. O que quero dizer é que não é o sujeito que temporaliza, é o acontecimento. O sujeito não é assim a origem do tempo da linguagem. O sujeito é tomado na temporalidade do acontecimento. (GUIMARÃES, 2005, p. 12).

Por outro lado, Eduardo Guimarães traz a questão da temporalidade como tendo origem no locutor que coloca a língua em funcionamento. A temporalidade se forma pelas implicações que são promovidas pelo ato em si de enunciar: falar é se colocar na memória, pois o sujeito, ainda que assuma a posição de locutor por esta posição no tempo presente, está “afetado pelo interdiscurso, memória de sentidos” e que é “estruturada pelo esquecimento, que faz a língua funcionar”. Esse “acontecimento” é para Guimarães o espaço de temporalização e “o passado no acontecimento é uma rememoração de enunciações”, dessa maneira o sujeito representa pelo enunciado o passado e se posiciona em relação ao seu lugar social no contexto que está inserido.

Ou seja, o acontecimento realiza um ato ou um processo de temporalização, que se faz pelo simbólico, por meio dos signos que circundam o sujeito. Essa forma de organização pela temporalidade não considera o momento “presente” do indivíduo enquanto ser físico e que se insere numa separação de um “antes” ou que promove a produção de um “depois”. Pelo contrário, tem-se como referencial temporal o que é aferido pelo indivíduo quando ele

assume a posição de “sujeito discursivo”, um falante que escolhe uma língua, a coloca em funcionamento e se torna locutor, conforme vimos nos enunciados produzidos pelos alunos.

O indivíduo enquanto locutor poderá estar em duas condições no que se refere ao enunciado, uma que o toma como origem do discurso e outra que o coloca como afetado pelo social. O locutor como origem não está em relação à temporalidade, para ele serve apenas o lugar como sustentação para o que ele pode dizer, e por isso está posto como ponto de partida da enunciação. Porém, o locutor enquanto figura socialmente constituída não se coloca como origem do enunciado, é afetado pelos lugares sociais em que possui “autorização” dos modos de falar e sobre qual língua será escolhida e posta em funcionamento.

Esta caracterização da temporalidade do acontecimento não coincide, portanto, com o tempo do *ego* que diz *eu*, que chamo aqui locutor. A configuração do Locutor no acontecimento é a de que ele é a origem do dizer, assim da temporalidade. Diria que Benveniste limitou-se a tratar desta representação. Deste modo a temporalidade do acontecimento da enunciação traz sempre esta disparidade temporal entre o tempo do acontecimento e a representação da temporalidade pelo Locutor. Esta disparidade significa diretamente a inacessibilidade do Locutor à aquilo que enuncia. O locutor não está onde a enunciação significa sua unidade (tempo do Locutor). (GUIMARÃES, 2005, p. 14).

Existe uma noção de separação para o locutor que se coloca como origem do dizer e o locutor que se posiciona socialmente. O primeiro não se deixar interferir no que é dito, é produtor de enunciados que estão em relação de dependência com a “posição” por ele ocupada. Por sua vez, o segundo tipo de locutor é diretamente afetado pelo lugar social de locução e está dessa maneira dependente das designações e significações encontradas no campo do desenvolvimento social, por exemplo o locutor “acadêmico da UFSM”. São duas variáveis em questão na enunciação: locutor que não se permite ser envolvido pelo social e, conseqüentemente, pela temporalidade; e o locutor que não é apenas um parâmetro, mas sim um ente social e se permite ao envolvimento com o meio que o circunda. São duas condições que um mesmo indivíduo pode assumir e por isso cria uma divisão nele mesmo.

Um aluno ou aluna, por exemplo, irá produzir enunciados por estar na condição de sujeito aprendente e que se dispõem como estudante em contexto formal, que produz enunciados nessa condição, mas ao mesmo tempo é também um sujeito que é tocado, moldado, ou transformado pelos enunciados que são formados pelo social. Ele significa e ressignifica, apresenta uma diferença entre ser “aluno” com seu próprio presente de fala determinada por esse lugar e o “locutor” que está em diálogo com o outro, com a comunidade, e permite-se trazer para o espaço de enunciação o aspecto da temporalidade.

Guimarães (2005, p. 15-16) ainda coloca a questão da materialidade que, afetada pelo político, irá incidir na linguagem por via do acontecimento da enunciação, sendo um ponto basilar para as relações sociais. O político aqui se configura por sentidos de contradição de uma dada norma e estabelece uma separação entre “real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos”. É um aspecto de confronto e enfrentamento entre o que se coloca pelo ambiente, pela realidade, dos que são identificados como parte de um grupo frente ao sentido de pertencimento do “outro”. Ou seja, podemos entender o político como sendo a contradição entre a norma dada pelas instituições (e sua organização) e a ação de colocar-se socialmente enquanto sujeito incluído em um grupo, mesmo que não tenha o reconhecimento do meio institucional, por exemplo os descendentes de italianos que assumem a sua italianidade e a identificação com a língua e cultura se apropriando delas, sem que seja necessário o reconhecimento da cidadania para se colocar no mundo como ítalo-brasileiros. A constituição da temporalidade do acontecimento, considerando a contradição, se dá como acontecimento político e quando uma determinada língua é colocada em funcionamento estará em relação com outras línguas e seus falantes, que por sua vez, estarão em um estado de cumprimento de direitos e deveres.

Pela prática enunciativa o falante aciona mecanismos que ativam os seus sentidos, sua forma de colocar-se no mundo, no meio social, exercendo a sua habilidade política que não é uma qualidade individual, mas inata na ação em comunidade. A significação que se institui não será implementada parcialmente, mas pelo exercício do “redizer”, logo ela depende daquilo que foi dito por outros ou pelo próprio sujeito na cena enunciativa.

Esse aspecto trazido para o âmbito da textualidade é representado em processos de “reescrituração” em que as designações e referenciais que irão aparecer pelos “nomes” ou “substantivos” tomados pelo sujeito funcionarão por substituições, trazendo para o presente do locutor, afetado pelo social, a sua predicação. O sujeito define as fronteiras dos enunciados e as conexões (re)assumidas por ele redizem o já dito e nas “entrelinhas”, ou nos “esquecimentos”, é que serão retomados sentidos formulados por outros nos espaços entre as nomenclaturas. Uso de anáforas, catáforas, entre outras estruturas, indicarão correspondências fazendo o sentido pretendido pelo sujeito se constituir via textualidade. Por ela podemos interpretar e analisar os sentidos na prática enunciativa e seu efeito político. Assim, a formulação de sentidos vem pela construção de uma expressão em relação às demais expressões do texto, pois através da predicação, que qualifica e complementa, o falante coloca a língua em funcionamento e produz no presente do enunciado o referimento à memória, dotada de historicidade e expõe um sentido de futuro após o enunciar.



Para Guimarães, é pela textualidade, via processos de reescrituração, que o novo é inserido ou reinserido e atribuí ao sujeito a materialidade relativa à memória, possibilitando a ação de identificar-se enquanto figura política no dizer. “Cada vez que nós dizemos algo, que nós enunciamos algo, estamos de alguma forma, apropriando-nos do já dito, para no ato de enunciar, produzirmos (novos ou não) sentidos.” (FERIGOLO, 2010, p. 83). Dessa forma, o sujeito se posiciona politicamente, tomando para si os dizeres do social e os coloca para interpretação.

### 5.1 IDENTIDADES CONSTRUÍDAS PELO IMAGINÁRIO

Identidades não são um conceito fechado, pois estão suscetíveis às mudanças, redirecionamentos e aos conflitos. Elas podem ser mantidas, esquecidas, desconstruídas e reconstruídas de outras formas e mutáveis, seja pela memória ou pelo transcorrer do tempo que traz novas maneiras de interagir com o mundo. Assim entendo que o lugar de onde falamos é composto por identidades pois se relacionam diretamente com a subjetividade individual e coletiva. Afinal:

[...] No processo de fixação em terras brasileiras, houve muita barganha cultural e identitária, perceptível somente por meio de pesquisa documental e comparação com fontes diversas, trabalho esse que, muitas vezes, só poderá ser feito pelas próprias famílias. Como se processa, dessa forma, a auto-atribuição identitária regional, uma vez que cada região na Itália possui hábitos, dialetos e gostos particulares, inclusive havendo rivalidades entre os descendentes das diferentes regiões? O italiano genérico como eles compreendiam ser, desfaz-se. (ZANINI, 2006, p. 91-92).

Assim sendo, a língua é parte inerente da marca identitária do sujeito e atributo para sua coletividade e sentimento de pertencimento. Por meio dela, os sujeitos significam e se ressignificam, instituem a própria história e formam laços culturais. A língua é parte do ser humano, da sua história, da sua cultura familiar e local, por meio dela produzimos sentidos que serão moldados conforme ela presentifica pela enunciação, denotando a temporalidade e suas implicações ao se estruturar como meio de comunicação.

A enunciação, por sua vez, é uma prática, uma ação que faz o sujeito se “colocar” diante de discursos que carregam em si um conjunto de elementos formados pelas influências do tempo e espaço que foram sendo passados entre os primeiros imigrantes italianos até chegar nas gerações mais recentes. E como componente da enunciação, a subjetividade permite ao sujeito fazer parte do enunciado, possibilitando a presença de um valor social e

cultural em todas as enunciações. Assim, o sujeito assume uma posição no mundo e reage de acordo com a subjetividade dos que estão à sua volta e, também, com a sua própria.

Fiepke (2019, p. 23) expõe que quando não há o reconhecimento da língua materna possuída pelos sujeitos, sendo ela diferente da variedade ensinada numa instituição de ensino, acaba por gerar uma mudança nos sujeitos na forma de perceber e relacionar-se com a língua por eles falada, existindo uma distinção entre a língua ensinada, promovida como a “adequada” ou “correta” e a língua falada, que estaria em desacordo com a norma institucionalizada. Cria-se no sujeito uma crença de que não é “bom falante e que não conhece a própria língua”, para um contexto de língua materna que se corresponde à língua oficial ensinada. Por outro lado,

Já nas circunstâncias em que a língua materna difere totalmente, como acontece com as línguas de imigração, se instauram situações de tensão, que podem ser de conflito. Podemos citar a intervenção linguística realizada pelo Governo Vargas em 1937, que via as línguas maternas dos sujeitos imigrantes e de seus descendentes como um perigo para a soberania e unidade nacional, o que levou a proibição através de um decreto do uso de muitas línguas, silenciando-as. Este silenciamento resultou em estigmas e danos à identidade dos sujeitos e à relação que mantinham a vida toda com as suas primeiras línguas. (FIEPKE, 2019, p. 23).

Assim, a implicação de uma intervenção linguística e o silenciamento por ela produzido afasta os sujeitos de suas primeiras identidades, tornando o vínculo com imagem que antes possuíam de si mesmos como algo “errado”, que deve ser abandonado, deixado em silêncio e sem relação com a vivência que estavam tendo no Brasil, apenas com o passar dos anos é que a questão identitária passa a ser um motivo de resgate da cultura e da língua.

A italianidade que aparece nos relatos registrados por Zanini (2006), nos fornece indicações de como os descendentes relacionam-se com a Itália criada pelo imaginário e fazem com que os mais jovens, ao absorverem a imagem produzida por uma repetição de enunciados, tenham a tendência de interpretar que estudar italiano, além de buscarem retorno no sentido profissional, significa um valor de ligação com o que se entende como língua italiana falada pela família ou pela comunidade que os cerca, a partir do que significava “sentir-se italiano fora da Itália”, cabendo aos sujeitos possuidores dessa noção a responsabilidade de produzir a própria tradição. Como um conhecimento deixado em suspenso, os sentidos identitários e as relações produzidas pelo imaginário dos sujeitos ganham camadas ao serem reinterpretadas e redirecionadas para a esfera do próprio cotidiano. As celebrações, comemorações, exaltações e partilhas dos costumes culturais, símbolos e memória da pátria de origem, eram mantidas para contribuir com a conceituação de uma

forma de ser “italiano” no imaginário da região de Santa Maria e da Quarta Colônia. Em outras palavras, significa

[...] um processo complexo das identidades contemporâneas quando uma cultura diferenciada, no interior de uma sociedade e de um Estado nacional, converte-se em grupo étnico e a etnia se transforma num código que, para além de revelar diferenças quanto ao estilo de vida, revela posições sociais, poder e também uma determinada forma de auto-expressão. Ela se converte em idioma que disputa poder e prestígio no meio das linguagens oficiais. Os descendentes de italianos pesquisados em Santa Maria e Silveira Martins, muitos nem conhecendo a Itália real, sentem-se parte de uma comunidade imaginada (Anderson, 1983) que os torna solidários e pela qual desenvolvem vínculos afetivos pelo mito de origem que possui na travessia todo um universo simbólico é imaginado, contudo, possui uma força que é real, viva. Os objetos dos antepassados, a Itália, a origem, familiar e seus símbolos concretos (ou não) se transformaram em coisas sagradas e estão carregados no mercado de mana, converteram-se em patrimônio, em capital cultural que compete no mercado de bens simbólicos locais, regionais e nacionais. (ZANINI, 2006, p. 201).

Como apresentado por Zanini, essência identitária estava nas práticas sociais, nas passagens cotidianas que permitiram a identificação com o meio italiano, seu jeito de ser no contexto religioso, nas formas de lidar com a família, as hierarquias em comunidade, os dizeres sobre a vida pensada para o trabalho e o saudosismo. A Itália, em sentido mais amplo, e a região linguístico-cultural dos imigrantes passaram a existir pela reconstituição em seus modos e saberes, pela memória documental e autovalorização da família e pelo registro oral referenciando o mundo do trabalho.

Além disso, os imigrantes tinham uma percepção ambiental que foi sendo transmitida para as futuras gerações utilizando o próprio dialeto italiano. Exemplo: O ditado - Entardecer com nuvens vermelhas no céu, bom dia se espera amanhã. Nuvens vermelhas no céu de manhã chuva na porta da cozinha, traduzindo para italiano: “Tramonto con nubi rosse nel cielo, buongiorno è atteso per domani; Nuvole rosse pioggia nel cielo del mattino alla porta della cucina”. Quanto a importância do trabalho para enriquecer a família era utilizado pelos imigrantes italianos o seguinte ditado: trabalho da manhã é que enche a mão de dinheiro, traduzido para italiano: “lavoro mattina è che riempie il denaro mano”. (MANFIO; BENADUCE, 2017, p. 269-270).

É parte identitária que foi sendo presentificada entre os italianos e que foi sendo passada adiante para os filhos, netos, bisnetos, até compor a geração que busca reconectar-se com as origens familiares quando procuram por cursos de língua italiana e a formalização da cidadania. Essa parte formal, é por assim dizer, uma reafirmação de sua individualidade que vem a ser comprovada pelo político ao estudar a língua oficial da Itália e ter o passaporte italiano. Porém, para o corpo do imigrante italiano e de seus descendentes é, conforme Orlandi (2017), uma parte de um todo que, pela memória, estrutura e realiza de forma

material a constituição como sujeito. Por essa materialidade, e em suas formas de significar, tem-se o autoconhecimento sobre o lugar que os cerca, sobre os sujeitos que os acompanham e sobre a maneira de se impor diante do mundo. Faz-se necessário e oportuno reconhecer que os imigrantes italianos trouxeram dentro de si fronteiras e que precisaram ser transpostas por suas relações com a nova realidade fora das suas respectivas regiões de origem e das terras onde nasceram e viveram boa parte das suas vidas.

O resultado da mistura das línguas funciona também por estar em relação com os falantes que se enunciam como práticas lingüísticas fronteiriças. Na fronteira, os sentidos das línguas não são necessariamente os sentidos da língua nacional. O espaço de enunciação das línguas é um Espaço de Enunciação Fronteiriço. As línguas, então, estão constituídas de sentidos que significam ainda mais quando se enunciam na fronteira, fronteira do transgredir e do integrar. Dizer e significar a fronteira, também, é dizer e significar outras fronteiras. (STURZA, 2006, p. 69).

Ao tratar do espaço de enunciação fronteiriça entre Brasil e Uruguai, Sturza nos apresenta um contexto onde os sentidos entre o “nacional” e o “estrangeiro” coexistem ao mesmo tempo que estão em disputa, revertendo para as línguas da fronteira uma dinâmica de constante transgressão e integração. Importa, portanto, entender e reconhecer que os sujeitos que vivem na fronteira carregam dentro de si fronteiras identitárias, fronteiras espaciais, fronteiras do dizer e sobre o dizer. Neste caso, podemos pensar nas fronteiras internas dos imigrantes italianos em relação ao desconhecido que, ao deixar a Itália, tiveram que enfrentar as fronteiras que separavam as suas línguas, as reivindicações por direitos enquanto estrangeiros e todo o processo de constituição como enunciadorees na dualidade italiana e brasileira.

## 5.2 A QUESTÃO DA TRADIÇÃO E DA LÍNGUA PARA IMIGRAÇÃO ITALIANA

Por sua vez, não podemos separar as relações com uma determinada língua das práticas sociais, pois elas também colocam a cultura em movimento, dentro e fora das instituições de ensino. Portanto, é preciso um olhar mais atento para a cultura do outro que, ao ser posta em prática entre os sujeitos locais, estabelece diálogos com a paisagem, com o território e com as demais comunidades. É uma rede de interação que amplia a pluralidade e mistura os traços característicos de grupos específicos, mesclando-se em constantes reformulações sobre os sentidos de identidade, resultando com o tempo em uma espécie de “tradição inventada”.

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado. (HOBSBAWM, 2021, p. 8).

A tradição (ou tradições) para Hobsbawm, não estão livres de artificialidades que tanto podem ser instituídas como também podem ser absorvidas e recebem uma dada valorização cultural pela remontagem das memórias sociais compartilhadas. É um verdadeiro “aparecimento” e evolução das “práticas” que são tomadas como forma de manter-se dentro de um mesmo grupo, uma associação de valores que transformam sentidos e reafirmam as diferenças entre o local e o externo. Serão os sujeitos da comunidade a dobrar e desdobrar justificativas e razões de funcionamento das tradições, que podemos entendê-las como memória vivenciada pela prática.

Busca-se, assim, uma continuidade que serve de ponte para aproximar o presente com o passado e, como dito anteriormente, justificam-se pelas práticas que moldam a relação de "proximidade" ou "afastamento” com o universo de significação de origem: a Itália, os imigrantes, os primeiros colonos e as primeiras comunidades. O mítico, mencionado por Zanini (2006) sobre a questão da italianidade na região de Santa Maria, ao ser narrado se refere ao olhar para a história entendida por “desbravadora” ou mesmo “aventureira” nos relatos que podem ser encontrados em zonas de forte influência cultural italiana. A tradição então se utiliza de formas de interpretar as vivências sociais praticadas como valores da comunidade que, ao alcançarem a difusão pública, se tornam respostas aos ambientes e às situações em que estão inseridos os sujeitos afetados por esse meio social e servem referencialmente como reação ao sentido de “novo” ou de “antigo” pela repetição.

São as formas de aprender com o “hoje” suas circunstâncias comparadas com o passado, que ganha regularidade pela estruturação e organização da vida social como fazendo parte de uma memória que deve continuar existindo pela “tradição”, pela vivência em repetidas ocasiões criadas para sua manutenção, seguindo a ideia de ser invariável, imutável e não perene.

Diferentemente, ainda de acordo com Hobsbawm (2021, p. 9), o costume é mais aberto às mudanças, a rotina e a convenção, não possuindo função simbólica de importância e não é manifestado apenas em momentos específicos para representar um grupo. O costume é fruto da industrialização do mundo e modernização dos meios de produção para atender as exigências dos Estados-nação. Entra-se em contato com a tecnicidade e suas necessidades de

integração de trabalho com o funcionamento social. Entretanto, é somente quando objetos e práticas costumeiras deixam de ocupar lugar no “ordinário” que passam a ter a possibilidade de ganhar valores simbólicos e ritualísticos e o comum passa a ser “especial”, “único” e “particular”. Assim, as tradições são inventadas através de “um processo de formalização e ritualização, caracterizados por referir-se ao passado, mesmo que apenas pela imposição da repetição.” (HOBSBAWM, 2021, p. 11), sendo um movimento que se origina em uma determinada instituição ou em um grupo de pessoas que representa o poder local.

Na Itália o processo formador de tradição partia das elites e do clero para tentar promover a igualdade enquanto sentimento de pertencimento, um poder maior que legislou sobre os demais. Enquanto que para os emigrados, essa tarefa partiu deles mesmos, pois, uma vez que estavam fora do contexto italiano, tiveram que criar “Itália” onde estivessem pelas suas próprias línguas e pelos modos de enunciar. A necessidade de comunicar-se, gerou aproximações de diferentes perspectivas nos imigrantes e as trocas entre os seus respectivos idiomas, em contato com o português brasileiro, constituíram o Talian, baseado no dialeto vênето, como língua herdada pelas comunidades de colonização italiana e que assume seu lugar entre as línguas de imigração no Brasil como língua neolatina brasileira, sendo também reconhecido como língua vêneta brasileira, presente nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso e Espírito Santo. A língua se manteve viva a partir de um movimento de manutenção pela prática de um bem cultural “herdado”, por essa razão concordo com a definição de língua de herança proposta por Ortale:

Língua de herança é a língua com a qual uma pessoa possui identificação cultural e sentimento de pertencimento a determinada comunidade que a usa, seja por laços ancestrais, seja por convivência no mesmo ambiente sociocultural com falantes dessa língua. (ORTALE, 2016, p. 27).

Herdar uma língua, nesse sentido, nos permite refletir na passagem para novas gerações na revitalização e reconexão com o lugar cultural de origem reforçado pela memória, uma relação que divide o sujeito e faz da dualidade um princípio formador no ato de identificar-se e entender-se como cidadão, sujeito migrante, sujeito que se identifica com a cultura do outro.

Os desencontros entre a língua da família e a língua que circula fora desse contexto, se evidenciam e produzem afastamentos para uns e aproximação para outros como mencionado anteriormente. Desconhecem a diferença entre a língua do “lar” e a língua “institucionalizada”, estudada como língua italiana oficial, são sujeitos que não separam o

italiano padrão dos diferentes idiomas italianos do passado e do presente. A língua italiana formal é para essas comunidades uma língua adicional, “estrangeira”, pois é diferente da língua que cresceram tendo contado no seio familiar, ou de forma mais específica: em sua maioria desconhecem o funcionamento do Talian como língua local e de identidade para suas comunidades, diferente do italiano, que só será percebida conforme entrarem em contato com o italiano enquanto língua oficial que, para o caso dos estudantes do IsF-Italiano, vem pelo estudo institucionalizado. Ao buscar uma prática e vivência de idiomas diferentes os estudantes se permitem a refletir sobre as formas de se relacionar e identificar com a língua estudada. Segundo Rocha e Maciel (2017, p. 4-5), tratar da internacionalização como ação localizada “implica romper com o peso de práticas centralizadoras, por múltiplos e diferentes caminhos, traçados ao longo de nossas experiências”.

Circunstâncias que culminam na imigração e nos cruzamentos, contradições e “atravessamentos”, que para Payer (2006), exigem uma avaliação linguística diferente de contextos que promovem contatos de intercâmbios culturais entre aprendizes de línguas e falantes nativos, uma vez que a relação que se desenvolve em um meio de ensino e aprendizagem, a partir do contato de uma língua materna e uma língua estrangeira/adicional, movimentam interesses que não conflituam com a língua nacional e com a constituição de nacionalidade. Nesse caso, considerando a ideia de brasilidade, dela se desdobra nos enunciados a imagem do sujeito “sul-rio-grandense” e, conseqüentemente, se pode encontrar a figura do “descendentes de italiano”, de “italo-brasileiro”, “estrangeiridade” e a língua Talian.

A língua trazida pelos imigrantes, e continuada pelas suas comunidades, está comumente referenciada ao meio geográfico onde ela se encontra, deslocada do sentido geral da simbologia de “nacional” ao se considerar o “ser brasileiro”. O direito de praticá-la e de ter o seu acesso ao aprendizado, é então diferente da língua de prestígio, quando acontece de um sujeito, cidadão reconhecido pelo Estado, enfrentar desencontros com o uso da sua primeira língua/língua materna diante da língua prestigiada. São questões linguísticas que estão na funcionalidade cotidiana nas comunidade de falantes e constituem sua forma de se relacionar com o passado:

Dito de outro modo, importa-nos observar nessa situação o fato de que a duplicidade de línguas presentes na história de linguagem desse sujeito opera interferindo nas imagens que ele faz de si enquanto falante, e que interfere também na dimensão de sujeito jurídico da linguagem. (PAYER, 2006, p. 132).

A duplicidade, para Payer, inscreve o sujeito no aspecto formador de diferentes memórias discursivas. Enquanto uma memória estará vinculada na esfera pública e será nutrida pelo sentido simbólico do nacional, a outra memória discursiva será fomentada pelo aspecto da língua materna, “língua herdada”, que exerce função de símbolo derivado da imigração. Para um imigrante, o “nacional” desloca-se e cria uma imagem que ressignifica e/ou divide o sujeito entre as raízes do passado e as raízes do presente, relação que recorda o sentido político como aponta Guimarães (2005). A contraposição que surge por conta do ambiente, que transforma e fixa o sujeito imigrante em sujeito nacional, é entre a língua que convém ser usada em meio público e a que deve ser evitada ou silenciada. Orlandi, chama nossa atenção para elementos que estão imbricados na questão identitária pela língua, não se limitando ao que é dito, mas também considerando os seus “silêncios”:

[...] frente a esta filiação imigrante, não só pelo corpo memória (sem nome próprio) que significa em mim, mas por outros traços presentes em meu modo de individuação, significa em mim a identidade italiana. [...] Identidade que, como disse, não vem apenas pela língua, pressentida em seus sentidos, balbuciada em sua sonoridade, mas por outros modos individuação na filiação de memória em que conta materialmente o corpo como parte de minha constituição como sujeito. [...] E também não se trata, como tem sido afirmado com tanta insistência, da língua imposta, mas a da que vem sorrateiramente, incompleta, imprecisa, silenciosa e meio a outras formas de se produzir sentidos e de (se) individuar sujeitos. Lugar de metaforização e do funcionamento do que tenho chamado o polilinguismo. Aí o corpo, materialidade do sujeito em suas formas de significar, joga forte na individuação do sujeito em sua memória, nos processos de inscrição em formações discursivas, em sua produção de uma identidade, de uma posição-sujeito imigrante. Com contornos da memória encarnada em ecos, murmúrios, formas moventes, sombras e cores. Português e italiano, em seus cacos, se juntam na língua brasileira que corporificam em mim. (ORLANDI, 2017, p. 88).

A língua portuguesa que foi colocada diante dos emigrados é parte do processo, mas não o único envolvido na constituição da posição-sujeito imigrante. Tem-se também pela incompletude a personificação dos outros dizeres que dão forma nova para a relação com a língua e para os enunciados produzidos em português, em italiano e em Talian. Pelo silenciamento, a relação com a língua materna, que reforça a identificação com a “origem”, permanecerá reservada ao lugar da memória particular enquanto “reliquia”, objeto que registra (assim como fotografias, cartas, documentos, entre outros) a história da identidade familiar e a história dos antepassados, ficando no espaço mais íntimo do lugar de pertencimento. Nos trechos de enunciados que encontrei no trabalho de Zanini (2006) indicam que os sujeitos que são categorizados como responsáveis pela comunidade, ou seja os mais velhos, por conta dos silenciamentos, acabam por deixar os mais jovens em segundo plano ou mesmo fora das vivências materiais de identificação com a língua materna e que é vinculada à



constante associação com o mundo privado. Hoje, em algumas situações podemos encontrar nos mais jovens uma busca por entender-se como descendentes que, pelo prestígio e status proporcionado pelo reconhecimento da cidadania italiana, o simbólico remete à Itália republicana e a língua que a representa, implicando no interesse por seu aprendizado formal.

Essas situações dão outro sentido à expressão “direito à língua”. O fato de não falar a língua do Estado priva o cidadão de inúmeras possibilidades sociais, e consideramos que todo cidadão tem direito à língua do Estado, isto é, que ele tem direito à educação, à alfabetização etc. Mas o princípio de defesa das minorias linguísticas faz com que, paralelamente, todo cidadão tenha direito a sua língua. Assim, a situação de um francês bretão não é a mesma de um marroquino que fale o berbere: o primeiro fala, de todo modo, o francês e reivindica o direito à sua língua (o bretão); quanto ao segundo, pode ser que ele não fale nem leia o árabe oficial, encontrando-se duas vezes prejudicado (porque sua língua não é reconhecida e porque ele não domina a língua reconhecida). (CALVET, 2007, p. 85).

No que refere à ideia de “direito à língua” se faz necessária uma reflexão sobre como aplicá-la de forma a incluir a todos em suas respectivas línguas, pois possuem história, memória, são colocadas em prática, em movimento, seguem um fluxo contínuo em que está imbricado o social e dele uma política linguística não pode se afastar. A política precisa ser, portanto, como ela de fato é: uma ação que envolve diálogo e respeito entre todas as partes envolvidas em seus processos. Implica para o linguista, ao refletir sobre uma política linguística, analisar o que é possível ser feito considerando o que é aceitável para os falantes, seja em termos psicológicos como técnicos.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Olhar para a questão identitária acionada pelo político, por meio da enunciação dos alunos dos cursos de italiano da UFSM, é um reconhecimento das particularidades que são mobilizadas pelas relações dos sujeitos com o espaço do qual fazem parte. Os motivos para escolher estudar italiano, em parte, são diferentes dos motivos que levam ao estudo de uma língua estrangeira, como por exemplo o inglês. É possível verificar que estão presentes nos enunciados questões que de identificação com a cultura, com a língua, a relação com o passado e como ele pode ser ressignificado no presente, resultando em uma projeção de futuro a partir de um espaço que promove a internacionalização.

Em seu cerne, a universidade é uma instituição democrática e, ao se preocupar com a promoção da internacionalização, mantém aberta a porta que relaciona o seu contexto sócio-geográfico onde ela se encontra com a diversidade que está além das fronteiras delimitadas pelo poder administrativo dos Estados. Tendo ascendência italiana ou não, os sujeitos que constituem a comunidade acadêmica trazem a sua própria cultura para a sala de aula, quanto mais demonstram interesse no italiano, mais ampliam o resgate da história e memória da imigração, das famílias e da cultura local, que se constituiu pelo encontro entre a realidade brasileira com a italiana.

Uma sequência enunciativa do tipo “sou brasileira e também sou italiana”, enunciada em italiano, demonstra a significação dada através da língua em funcionamento. Ao falar em italiano, entende-se como sujeito político que possui sua natureza brasileira e imigrante, mobilizando sentidos que estavam silenciados ou que foram construídos através do contato com a língua e cultura, apresentadas sob a tutela de uma universidade federal.

Inicialmente, como apresentado no projeto aprovado no processo seletivo para o Programa de Pós-Graduação em Letras, a ideia era de realizar entrevistas com os alunos dos cursos de italiano em nível inicial e, a partir das respostas, seriam analisados os enunciados relativos a sua motivação e compreensão sobre a sua percepção em relação à língua italiana. Porém, em virtude das experiências pedagógicas vividas em tempos de pandemia, e em diálogos com a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Eliana Sturza, outros caminhos surgiram, mantendo-se a ideia central: quais sentidos identitários são mobilizados pelos sujeitos que estão imersos em uma região de grande influência de imigração italiana.

As ofertas do curso “Introdução a língua e cultura italianas 1 - A1” mobilizaram interesses particulares nos sujeitos participantes que, ao preencherem os formulários de inscrição e de *feedback* dos cursos, enunciaram a respeito do que representa o estudo da

língua italiana na universidade. Isso possibilitou construir reflexões sobre o meu trabalho na posição de professor de italiano e, pela teoria da Semântica do Acontecimento de Eduardo Guimarães (2005), pude melhor compreender as relações entre a brasilidade e a italianidade que circulam pelo meio acadêmico a partir da tomada dos formulários para a constituição dos instrumentos de pesquisa.

O “eu”, assumido nos enunciados, fala de um lugar social que compreendo como “acadêmico”, que faz parte do meio que integra a universidade, sendo produzido por um sujeito que se assume influenciado pelo ambiente, acionando elementos ligados ao simbólico e imaginário. Nesse mesmo lugar social, se dá um “tu”, projetado no Idiomas sem Fronteiras Italiano (IsF-Italiano), um “tu-acadêmico” ou “alocutário-acadêmico institucional”. Ele recebe as respostas dos questionários de inscrição e avaliação dos cursos e, por ser o professor responsável pelas turmas, também participa dos processos de aprendizado dos alunos e das suas (re)construções enunciativas. Dessa maneira, do início ao encerramento de cada ciclo de oferta ocorrem trocas entre os sujeitos que assumem a figura do “eu-acadêmico” e do “tu-acadêmico”.

A partir da minha prática docente, realizada no âmbito do Idiomas sem Fronteiras, busquei desenvolver a pesquisa por entender que a minha atuação estava me proporcionando reflexões sobre o papel da UFSM no desenvolvimento da internacionalização na região da Quarta Colônia de Imigração Italiana. Para isso, foi necessário considerar o Plano Institucional de Internacionalização, o Plano de Desenvolvimento Institucional e a Política Linguística da universidade para compreender como se dá a internacionalização do meio acadêmico e como ela contribui para a realização e manutenção do ensino de língua italiana.

A internacionalização é um processo contínuo que amplia o acesso à informação, a troca de saberes e de diversidades na relação com o outro. Vale lembrar que, para Guimarães (2003), é pela materialidade configurada em seus falantes que se evidencia diferentes necessidades linguísticas, pois as línguas não são destituídas de concretude. Assim, ao fomentar um espaço para seu público participar de ações vinculadas ao Programa Institucional de Internacionalização, como os cursos de italiano com apoio da Rede Andifes IsF e pelo convênio com a Embaixada Italiana, a universidade oportuniza a compreensão de sua política linguística de maneira entender, pela prática, as relações que os sujeitos realizam por conta dos posicionamentos identitários com a cultura italiana em diálogo com a cultura local.

As considerações sobre política linguística, pelo olhar de Calvet (2007), forneceram um contraponto para avaliar a função do Estado nas relações com as línguas. Não basta simplesmente um governo impor suas decisões sobre as línguas de seu território. Pelo

contrário, é preciso que o planejamento linguístico e os principais fatores que estão envolvidos nas possibilidades e desafios de uma política linguística tenham os falantes como agentes protagonistas políticos de todo o processo.

No decorrer do trabalho, aspectos que envolvem o imaginário e os sentidos acionados pelo simbólico se demonstraram presentes nos enunciados dos sujeitos, existindo uma forma de ver a Itália que, em certo sentido, se mantém próxima das narrativas apresentadas na obra de Zanini (2006), elaborada a partir da sua pesquisa de campo iniciada no ano de 1997 em Santa Maria e Silveira Martins, como por exemplo o seguinte relato:

[...] O italiano costumava fazer, na época, os negócios, eles faziam falando italiano. Não sei por que motivo também, acho que pra se entender melhor eles falavam italiano e o meu avô...ele trabalhava com carroça e foi fazer um negócio falando em italiano, e daí tinha um peão, não sei como é que era na época que entregou ele e o que tava negociando com ele e prenderam. Ele passou, eu sei que ele passou uma noite na cadeia, daí pra diante, só que ele não sabia falar nada de italiano, de brasileiro, português. Aí, minha bisavó sabia, mas ele não sabia falar nada assim praticamente em português, aí ele teve que aprender e daí pra diante foi perdendo tanto que a minha vó ainda sabe falar italiano, e meu vô sabia, ... os filhos já não sabem nada, nada, nada (Alice, 18 anos, bisneta de italianos). (ZANINI, 2006, p. 165).

O que impulsiona a considerar os diálogos, ou semelhanças, das políticas linguísticas da Itália e do Brasil sob a forte influência da ideologia nacionalista, na primeira metade do século XX que se baseava na equação "uma nação = uma língua". Desse ponto, busquei algumas das implicações da política linguística nacionalista e avaliei algumas das mudanças que ocorreram após o fim da Segunda Guerra Mundial no que tange o estudo de língua italiana no Brasil. Pela historicidade, o contexto social estará associado aos processos envolvidos na internacionalização e o contato oportunizado por cursos de língua estrangeira estimulam o confronto, o debate e a reflexão sobre os sentidos na cena enunciativa em que ocorre o contato entre línguas diferentes.

Quando existe a possibilidade de vivenciar a internacionalização, por exemplo em um contexto em que um pai possui como língua materna o português, a mãe o espanhol e usam em casa o inglês ou o italiano para comunicar-se com seus filhos, os falantes nas cenas enunciativas são continuamente incentivados a realizar-se em línguas diferentes. Concordando ou discordando como sujeitos políticos em suas relações cotidianas a partir da escolha sobre qual língua utilizar e mais: ao agenciar uma das línguas estarão constituindo sentido novos a partir daquilo que é dito. Nesse caso, estamos olhando apenas para o espaço interno do funcionamento e organização de uma família, dentro dos limites da própria casa, mas se a mesma família estiver vivendo em uma comunidade onde os demais falantes

possuem uma língua diferente, as enunciações serão ainda mais diversificadas, ainda mais internacionalizadas, ou seja serão enunciações sem fronteiras.

O posicionamento mobilizado pelo fator cultural considera a língua italiana no imaginário compartilhado por seus pares e pelo contexto de influência da história da imigração. Para uma parte dos sujeitos a língua italiana é interpretada, em estágios iniciais de contato, por uma simbologia de “beleza” e com “boa sonoridade”, um prestígio que é alimentado por falas que tornam a língua quase “exótica” e por isso atrativa.

Ao enunciar ter ascendência italiana, o falante busca reavivar laços familiares e simbólicos através da língua italiana, como se fosse própria de seu traço de identificação com aquilo que representa ser “italo-brasileiro”. Estudar a língua italiana é, assim, um meio de realizar a reconciliação com o passado que foi interrompido, além de também tornar possível a aproximação com parentes italianos residentes na Itália e o acesso à cidadania. Porém, nesse processo, para uma parte dos sujeitos, ocorre uma confusão entre a língua italiana com a língua dos antepassados, ou com a língua falada pela família, como se fosse uma língua imutável no tempo. Então, ao se deparar com um espaço que promove o ensino na perspectiva da diversidade e da pluralidade como o Idiomas sem Fronteiras, o sujeito é convidado a trazer para a sala de aula a sua experiência com a língua e a falar do próprio lugar que lhe é familiar.

Por sua vez, os sujeitos que buscam internacionalizar-se enunciam compreender a língua italiana como diferencial para o seu crescimento acadêmico e profissional. São falantes que se posicionam em um lugar no mundo internacional, onde as fronteiras não podem mais limitar a interação com sujeitos de outros países e com outras culturas. Desse modo, a universidade também amplia a sua internacionalização quando consegue fomentar a vontade e a ambição de querer continuar a dialogar cada vez mais com realidades distintas das que são encontradas na comunidade local. Sem fronteiras físicas ou administrativas, a comunidade acadêmica deseja novas parcerias e convênios para ter acesso a outras possibilidades de pesquisa e ensino, a partir do contato com países que no passado não possuíam a devida atenção no campo científico, apenas por não se ter muito conhecimento sobre eles em relação à produção científica.

Para Sturza (2006), considerando a região de fronteira entre Brasil e Uruguai, os falantes se dividem e redividem a partir dos agenciamentos que fazem em português, em espanhol, em portunhol e em outras línguas que estejam convivendo no mesmo espaço fronteiriço. São falantes que estão, ao meu ver, mais internacionalizados e mais politizados devido aos funcionamentos enunciativos que as línguas, no contexto de fronteira, os convida e incentiva a participar. De maneira similar, a universidade é um espaço que concentra

fronteiras em seu interior e nas relações entre os falantes a internacionalização se manifesta, pois eles são agenciados pela enunciação, pelo contato com diferentes línguas para a produção acadêmica, na interação com estudantes e pesquisadores de outros países, nos congressos e eventos multiculturais, ou nos demais espaços universitários, uma vez que experiências diferentes interagem no dizer. São linhas de tensão que geram conflitos, que promovem “idas e vindas” resultando em projetos que parecem caminhar para maiores mudanças, mas precisam de uma maior participação de outros setores dentro da própria universidade para que ocorra o real crescimento de seu alcance como espaço de formador.

As universidades sofreram limitações, cortes de recursos e falta de incentivos pelo governo brasileiro nos últimos quatro anos. Mesmo assim, esforços continuam para manter pesquisas, programas e convênios em prol da internacionalização e para fomentar ações voltadas para o ensino de línguas. Nesse sentido, por mais que os cursos de italiano da Rede Andifes IsF na UFSM tenham tido resultados positivos, ainda continua sendo “temporário” no que diz respeito ao apoio da Embaixada Italiana, pois é uma parceria que é renovada ano a ano e não se têm garantias permanentes de que continuará nos próximos anos. É uma relação que depende de muitos fatores, inclusive dos esforços de toda a equipe que hoje compõem o IsF-Italiano no Brasil.

A UFSM está localizada no “coração” do Rio Grande do Sul e recebe alunos de todo o país, mas sobretudo das zonas do interior do estado e das fronteiras com a Argentina e o Uruguai, além de também possuir parcerias e projetos com universidades nos dois países. É um público muito diversificado e que entende a necessidade de ter contato com outras línguas para se tornar cada vez mais plural, seja por motivos de prestígio cultural, acadêmico ou pela busca de uma reconexão com o passado.

Dessa forma, a língua italiana participa da pluralidade acadêmica e todo o trabalho voltado para a realização do seu ensino, desde o LabLin até o Idiomas sem Fronteiras, merece o seu devido reconhecimento. Porém, acredito que a universidade tendo no seu Departamento de Letras Estrangeiras e Modernas a cadeira de Língua Italiana em sua grade curricular faria mais um passo em direção da ampliação da internacionalização universitária, proporcionando também que outros idiomas, além do inglês que já possui seu lugar social e acadêmico bem estabelecido, possam também ganhar igualmente um lugar de importância.

Parcianello (2015, p. 178) relata que quando foi aluna da AISM, em um primeiro momento, se sentiu confortada pela existência de uma instituição que buscava a preservação da história e memória dos seus antepassados. Era como se fizesse parte daquele lugar, mesmo reconhecendo que a língua aprendida não era a mesma língua falada por sua avó e por seu pai.

Porém, ainda que tivesse esse sentimento de pertencimento dado pela sua relação com a língua italiana, ela passou a se sentir “um pouco traída” por ela mesma, por ter se deparado com o litigioso e com o político que ruiu a sua “doce ilusão” na crença de pertencimento e isso a fez questionar-se: “Onde devo agora buscar minhas referências, reconstruir minha história?”. Para mim, essa pergunta continua em aberto desde o primeiro momento que a li para realizar um trabalho para uma disciplina do mestrado. Acredito que ainda há muito a ser feito para que o italiano possa se estabelecer de maneira mais permanente na universidade e se tornar um lugar de referências e de reconstrução de histórias. Afinal, movimentos de resgate e preservação de línguas são ações políticas que não precisam ser limitadas apenas a um grupo. São forças que podem ser unidas para formar uma frente de trabalho mais ampla e manter o que temos de mais significativo em relação à pluralidade e diversidade: as línguas, pois nelas encontramos culturas, histórias e identidades.

As leituras que nortearam o desenvolvimento da presente pesquisa me proporcionaram refletir também sobre como a língua italiana é compreendida nos municípios que compõem a Quarta Colônia, considerando a presença do Talian nas comunidades locais e os impactos da política linguística universitária para a região em relação à língua e cultura italianas. Essas e outras questões, resultaram na elaboração do projeto de pesquisa de doutorado “Entre Talian e Italiano: Língua, Identità e Sentidos na Política Universitária”. Espero, portanto, continuar a contribuir com o trabalho desenvolvido no Idiomas sem Fronteiras e com o novo projeto de pesquisa para as reflexões sobre internacionalização, política linguística universitária e sobre o italiano e o Talian na região da Quarta Colônia, buscando nas relações entre as línguas que circulam na universidade formas de melhor conhecer o seu público, contribuindo também para que as línguas nacionais sejam cada vez mais sem fronteiras.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU-E-LIMA, Denise Martins de. et al. **Idiomas sem Fronteiras: internacionalização da educação superior e formação de professores de língua estrangeira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2021.

ANDIFES. **Resolução de Criação da Rede Andifes IsF**. Brasília, DF: Andifes, 2019. Disponível em: [https://www.andifes.org.br/?page\\_id=82328](https://www.andifes.org.br/?page_id=82328). Acesso em: 06 ago. 2023.

BARBOSA, Márcia Fagundes. Nação, um discurso simbólico da modernidade. **Crítica Cultural** (Critic), Palhoça, SC, v. 6, n. 1, p. 203-216, jan./jun. 2011. Disponível em: [https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/Critica\\_Cultural/article/view/734](https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/Critica_Cultural/article/view/734). Acesso em: 07 fev. 2022.

BENVENISTE, Émile. A natureza dos pronomes. In: **BENVENISTE, E . Problemas de linguística geral I**. 4a ed. Campinas, SP: Pontes, 1956/1995, p. 277-283.

BENVENISTE, Émile. O aparelho formal da enunciação. In: **Problemas de Linguística Geral II**. São Paulo: Pontes, 1989, cap. 5, p. 80-90.

BERTONHA, João Fábio. **Os italianos**. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2014.

BOLOGNINI, Carmen Zink; PAYER, Maria Onice. Línguas de imigrantes. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 57, n. 2, p. 42-46, jun. 2005. Disponível em: [http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252005000200020&lng=pt&nrm=iso](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252005000200020&lng=pt&nrm=iso). acessos em 12 mar. 2023.

CARAMORI, Alessandra Paola; TEIXEIRA, Jéssica Mayara. O Impacto do ensino de italiano gratuito na Universidade Federal de Pernambuco: o caso do Idiomas sem Fronteiras. **Revista Italiano UERJ**, Vol. 10, nº 2, 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaitalianouerj/article/view/48764>. Acesso em: 13 jan. 2023.

COELHO, Lidiane Pereira; MESQUITA, Diana Pereira Coelho de. Língua, cultura e identidade: conceitos intrínsecos e interdependentes. **EntreLetras**, [S. l.], v. 4, n. 1, 2014. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/entreletras/article/view/975>. Acesso em: 29 dez. 2022.

CALVET, Louis-Jean. **As políticas linguísticas**. Tradução: OLIVEIRA, Isabel de; BAGNO, Marcos. São Paulo: Parábola Editorial : IPOL, 2007.

CASTILHO, Ataliba T. Uma política linguística para o português. **Museu da Língua Portuguesa - Estação Luz**, 2017. Disponível em: <https://www.museudalinguaportuguesa.org.br/wp-content/uploads/2017/09/Uma-poli%CC%81tica-lingui%CC%81stica-para-o-portugue%CC%82s.pdf>. Acesso em 10 fev. 2022.

COSTA, Jamile Dos Santos Pereira; ZANINI, Maria Catarina Chitolina. O reconhecimento da cidadania italiana como fato, valor e processo: o passaporte como símbolo de italianidade. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, vol. 27, nº. 55, 2019.



Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=407059446011>. Acesso em: 14 jan. 2023.

CRUZ, Jorge Alberto Soares. A Agência Consular Italiana de Santa Maria e o fortalecimento de uma identidade na região de colonização italiana no centro do RS. **Estudios Históricos**, Ano XIV, n.º 27, julho, 2022, Uruguay. Disponível em: <https://estudioshistoricos.org/27/eh27U05.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2022.

DALINGHAUS, Ione Vier. Uma reflexão imprescindível e inadiável sobre políticas linguísticas em contexto fronteiriços. **Web revista página de debates: questões de linguística e linguagem**, ed. 6º, junho, 2009. Disponível em: <http://cepad.net.br/linguisticaealinguagem/EDICOES/06/06.htm>. Acesso em 24 jan. 2022.

DI RENZO, Ana Maria. **Estado, a Língua Nacional e a Construção das Políticas Linguísticas**. Campinas /SP: Pontes Editores, 2012.

FELIN, Saulo. Três mártires: uma comunidade italiana em meio ao missionarismo. **História, Verdade e Ética: anais / XII Encontro Estadual de História de 11 a 14 de agosto de 2014**. Organizadores: José Carlos da Silva Cardozo; Jonathan Fachini da Silva; Denize Terezinha Leal Freitas. - Porto Alegre: ANPUH-RS, 2014. Disponível em: [http://www.eeh2014.anpuh-rs.org.br/resources/anais/30/1404908952\\_ARQUIVO\\_artigotresmartiresANPUH-RS.pdf](http://www.eeh2014.anpuh-rs.org.br/resources/anais/30/1404908952_ARQUIVO_artigotresmartiresANPUH-RS.pdf). Acesso em: 01 dez. 2022.

FERIGOLO, Juciane. A língua enquanto sistema e a língua enquanto produção de sentidos para o sujeito. **Raido**, [S. l.], v. 3, n. 6, p. 73–84, 2010. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/Raido/article/view/348>. Acesso em: 30 dez. 2022.

FIEPKE, Rejane Beatriz. **A reescrituração e os sentidos de língua na perspectiva do senso comum: ideologia e imaginário**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Educação, Programa Pós-Graduação em Letras, Rio Grande do Sul, 2019. Disponível em: [https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/21034/DIS\\_PPGLTRAS\\_2019\\_CARPENED\\_O\\_REJANE.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/21034/DIS_PPGLTRAS_2019_CARPENED_O_REJANE.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 20 ago. 2022.

FREITAS, Paula Garcia de; BALTHAZAR, Luciana Lanhi; LANTI, Manuela. Dialetos e língua padrão: a educação linguística dos italianos em pátria e em contextos de imigração (1861-2015). **Forum Lingüístico**, Florianópolis - Santa Catarina, v. 12, n. 3, p. 755-770, jul./set. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/issue/view/2304/showToc>. Acesso em: 23 ago. 2022.

FREITAS, Paula Garcia; SGOBARO, Lucia. **O italiano da cultura e da arte: mas não somente**. Curitiba: UFPR. Setor de Ciências Humanas, 2018.

GEOPARQUE QUARTA COLÔNIA. **O Geoparque Quarta Colônia Aspirante UNESCO**. São João do Polêsine, RS, 2022. Disponível em: <https://www.geoparquequartacolonia.com.br/quem-somos/o-geoparque-aspirante-quarta-colonia>. Acesso em: 20 ago. 2022.

GUIMARÃES, Eduardo. Política de línguas na América Latina. **Relatos - Histórias das Ideias Linguísticas no Brasil**, n. 07, jun. 2001. **Enunciação e política de línguas no Brasil**. *Letras*, (27), 47–53. n. 27: (Dez. 2003) – Espaços de Circulação da Linguagem. Disponível em: [https://www.unicamp.br/iel/hil/publica/relatos\\_07.html#politica](https://www.unicamp.br/iel/hil/publica/relatos_07.html#politica). Acesso em 08 ago. 2022.

GUIMARÃES, Eduardo. Enunciação e política de línguas no Brasil. *Letras*, (27), 47–53. n. 27: (Dez. 2003) – Espaços de Circulação da Linguagem. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11897/7319>. Acesso em: 03 mar. 2022

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação**. Campinas, SP: Pontes, 2ª edição, 2005.

GUIMARÃES, E. A enumeração funcionamento enunciativo e sentido. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, SP, v. 51, n. 1, p. 49–68, 2011. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8637219>. Acesso em: 31 dez. 2022.

GUIMARÃES, Eduardo. Espaço de enunciação, cena enunciativa, designação. **Fragmentum**, [S. l.], n. 40, p. 49–68, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/fragmentum/article/view/17264> . Acesso em: 30 dez. 2022.

HARTMANN, Bruna Berres. A língua constituindo o homem na sociedade: reflexões enunciativas acerca da construção de identidade no contexto de português como língua adicional. **ReVEL**. vol. 18, n. 35, 2020. Disponível em: <http://www.revel.inf.br/en/edicoes/?id=56>. Acesso em: 25 dez. 2022.

KLEIN, Gabriella. **L'italianità della lingua e l'Accademia d'Italia. Sulla politica linguistica fascista**. Quaderni storici Vol. 16, No. 47 (2), Culture del lavoro (agosto, 1981), p. 639-675. Disponível em: [https://www.jstor.org/stable/43777805?seq=1#metadata\\_info\\_tab\\_contents](https://www.jstor.org/stable/43777805?seq=1#metadata_info_tab_contents). Acesso em: 30 jan. 2022.

KNACK, Carolina. A enunciação benvenistiana, a cultura e o estudo do texto: percorrendo caminhos em busca de uma noção de contexto. **RevLet – Revista Virtual de Letras**, v. 04, nº 01, jan./jul, 2012. Disponível em: <http://www.revlet.com.br/artigos/126.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2023.

LAGARES, Xoán Carlos. **Qual política linguística: desafios glotopolíticos contemporâneos**. 1.ed., São Paulo: Parábola, 2018.

LUCCHESI, Dante. Língua, norma, nação e ideologia. In: SAVEDRA, Mônica Maria Guimarães; PEREIRA, Telma Cristina de Almeida Silva; LAGARES, Xoán Carlos (org.). **Glotopolítica e práticas de linguagem**. Niterói: Eduff, 2021, p. 183-198. Disponível em: <https://www.eduff.com.br/produto/glotopolitica-e-praticas-de-linguagem-e-book-pdf-668>. Acesso em: 08 mar. 2023.

MANFIO, Vanessa; BENADUCE, Gilda. Quarta Colônia de Imigração Italiana/RS: uma abordagem sobre a cultura e identidade. **Geosul**, Florianópolis, v. 32, n. 65, p. 260-273, set./dez. 2017. Disponível em:

[https://www.researchgate.net/publication/329134957\\_Quarta\\_colonia\\_de\\_imigracao\\_italiana\\_RS\\_uma\\_abordagem\\_sobre\\_a\\_cultura\\_e\\_identidade](https://www.researchgate.net/publication/329134957_Quarta_colonia_de_imigracao_italiana_RS_uma_abordagem_sobre_a_cultura_e_identidade). Acesso em 16 jun. 2022.

OLIVEIRA, Gilvan M. Plurilinguismo no Brasil. Brasília: Representação da UNESCO no Brasil. **IPOL: Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística**, 2008. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000161167>. Acesso em: 09 mar. 2023.

OLIVEIRA, G. M. Política linguística e internacionalização: a língua portuguesa no mundo globalizado do século XXI. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, SP, v. 52, n. 2, p. 409–433, 2013. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8645379>. Acesso em: 6 mar. 2023.

ORLANDI, Eni. (2009). Língua e nação: uma questão e seu quadro de referência teórico. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, n. 23/24: (Jan. Jun/ Jul. Dez. 2009). Disponível em: [http://www.revistalinguas.com/edicao23\\_24/edicao23\\_24.html](http://www.revistalinguas.com/edicao23_24/edicao23_24.html)

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Eu, Tu, Ele: discurso e real da história**. Campinas, SP: Pontes, 2ª edição, 2017.

ORTALE, Fernanda Landucci. **A formação de uma professora de italiano como língua de herança: o pós-método como caminho para uma prática docente de autoria**. Tese de doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Letras Modernas, 2016. Disponível em: [https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8148/tde-10072017-122752/publico/2016\\_FernandaLanducciOrtale.pdf](https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8148/tde-10072017-122752/publico/2016_FernandaLanducciOrtale.pdf). Acesso em: 24 ago. 2022.

ORWELL, George. **1984**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1a. edição, 2009.

PARCIANELLO, Juciane Ferigolo. **O dizer na e sobre a língua de sujeitos descendentes de imigrantes italianos e a fronteira enunciativa**. 2011. 115 p. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/9840>. Acesso em: 30 dez. 2022.

PARCIANELLO, Juciane Ferigolo. **Reescrituras do político: língua italiana x língua dos imigrantes**. 2015. 185 p. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/4000>. Acesso em: 08 mar. 2022.

PAYER, Maria Onice. **Memória da língua: imigração e nacionalidade**. São Paulo, SP: Escuta, 1a. edição, 2006.

ROCHA, Cláudia Hilsdorf; MACIEL, Ruberval Franco. Internacionalização do ensino superior como prática local: implicações para práticas educativas. **Interletras**, 1807-1597, v. 6, n. 24, out. 2016/abr. 2017. Disponível em: [https://www.academia.edu/41794910/INTERNACIONALIZA%C3%87%C3%83O\\_DO\\_ENSINO\\_SUPERIOR\\_COMO\\_PR%C3%81TICA\\_LOCAL\\_IMPLICA%C3%87%C3%95ES\\_PARA\\_PR%C3%81TICAS\\_EDUCATIVAS?auto=download&email\\_work\\_card=download-paper](https://www.academia.edu/41794910/INTERNACIONALIZA%C3%87%C3%83O_DO_ENSINO_SUPERIOR_COMO_PR%C3%81TICA_LOCAL_IMPLICA%C3%87%C3%95ES_PARA_PR%C3%81TICAS_EDUCATIVAS?auto=download&email_work_card=download-paper). Acesso em 10 abr. 2022

RODRIGUES, F. C. . A noção de direitos linguísticos e sua garantia no Brasil: entre a democracia e o fascismo. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, SP, v. 42, n. 42, 2020. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/lil/article/view/8661563>. Acesso em: 8 mar. 2023.

SAVOIA, Leonardo M. La lingua si difende da sé. **Lingua Italiana d'Oggi**. Università di Firenze, p. 31-53, N° 1. 2004. Disponível em:

<https://flore.unifi.it/handle/2158/232168#.XRIYIXVKjeR>. Acesso em: 07 fev. 2022.

SAVEDRA, M. M. G.; LAGARES, X. C. Política e planificação linguística: conceitos, terminologias e intervenções no Brasil. **Gragoatá**, v. 17, n. 32, 30 jun. 2012. Disponível em:

<https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/33029>. Acesso em: 24 ago. 2022.

SOUTO, Mauren V. L.; ALÉM, Alina O.F.G.; BRITO, Marlene S.; BERNARDO, Cláudia. Conceitos de língua estrangeira, língua segunda, língua adicional, língua de herança, língua franca e língua transnacional. **Revista Philologus**, Rio de Janeiro, ano 20, n° 60 supl., set./dez. p.890-900, 2014. Disponível em:

<http://www.filologia.org.br/rph/ANO20/60SUP/070.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2023.

SOUZA, Nathan Bastos de. Semântica do acontecimento e agenciamento enunciativo: um exercício de análise. **Revista Investigações**, Recife, v. 32, n. 2, p.87-103, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/INV/article/view/240676>. Acesso em: 30 dez. 2022.

SPOLSKY, Bernard. Para uma Teoria de Políticas Linguísticas. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem - ReVEL**, vol. 14, n. 26, 2016. Tradução de Paloma Petry. Disponível em:

<http://www.revel.inf.br/pt/edicoes/?id=41>. Acesso em: 31 dez. 2022.

STURZA, Eliana Rosa. **Línguas de fronteira e política de línguas : uma história das idéias lingüísticas**. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Orientador : Eduardo Roberto Junqueira Guimarães. Campinas, SP : [s.n.], 2006. Disponível em:

<https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/375748?guid=1652988524431&returnUrl=%2fresultado%2flistar%3fguid%3d1652988524431%26quantidadePaginas%3d1%26codigoRegistro%3d375748%23375748&i=2>. Acesso em: 20 abr. 2022.

STURZA, Eliana Rosa. **Políticas Linguísticas e Políticas Universitárias**: pesquisa, ensino e extensão. In: QUINTO COLOQUIO CÓRDOBA - *Lengua, identidad y procesos de integración regional - Evaluación y certificación en relación con estos procesos*, 5o. 2009, Córdoba. Disponível em: <https://www.celu.edu.ar/es/content/coloquios-celu>. Acesso em: 25 jan. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Gabinete do Reitor. **Plano de Desenvolvimento Institucional (2016-2026)**. Santa Maria, RS: Gabinete do Reitor, 2016.

Disponível em:

<https://www.ufsm.br/pro-reitorias/proplan/pdi/wp-content/uploads/sites/500/2018/12/00-DocumentoPDI-TextoBaseCONSU.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Gabinete do Reitor. **Resolução N. 018/2018**. Política Linguística da Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, RS: Gabinete do Reitor, 2018. Disponível em: <https://www.ufsm.br/pro-reitorias/proplan/resolucao-n-018-2018>. Acesso em: 15 ago. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Gabinete do Reitor. **Plano Institucional de Internacionalização (2018-2021)**. Santa Maria, RS: Gabinete do Reitor, 2017. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/345/2018/04/PLANO-INSTITUCIONAL-DE-INTERNACIONALIZACOES.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Laboratório de Línguas - LabLin**. Santa Maria, UFSM, RS: UFSM, 2023. Disponível em: <https://www.ufsm.br/laboratorios/lablin/informacoes-gerais>. Acesso em: 06 jan. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Portal de Projetos**. Santa Maria, RS: UFSM, 2023. Disponível em: <https://www.ufsm.br/pro-reitorias/proplan/portal-de-projetos>. Acesso em: 26 dez. 2022.

VALLE, Carla Regina Martins. O ensino de língua italiana nas escolas de públicas de Santa Catarina: Reflexões a partir das demandas da pós-modernidade. **Forum Lingüístico**, Florianópolis - Santa Catarina, v.15, n 4, p.3395 - 3411, out./dez. 2018. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/330685626\\_O\\_ensino\\_de\\_lingua\\_italiana\\_nas\\_escolas\\_publicas\\_de\\_Santa\\_Catarina\\_reflexoes\\_a\\_partir\\_das\\_demandas\\_da\\_pos-modernidade](https://www.researchgate.net/publication/330685626_O_ensino_de_lingua_italiana_nas_escolas_publicas_de_Santa_Catarina_reflexoes_a_partir_das_demandas_da_pos-modernidade). Acesso em: 23 ago. 2022.

WERNER, K. C. G.; STURZA, E. R. A noção de sujeito na Semântica do Acontecimento. **Revista do GEL**, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 56–67, 2021. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/rg/article/view/3010>. Acesso em: 13 jan. 2023.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. **Italianidade no Brasil meridional: a construção da identidade étnica na região de Santa Maria-RS**. Ed. da UFSM, 2006.

ZATTAR, Neuza. A ARGUMENTAÇÃO COMO PROCESSO DE SIGNIFICAÇÃO. **Revista Conexão Letras**, [S. l.], v. 16, n. 25, 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/conexaoletras/article/view/116827>. Acesso em: 10 jan. 2023.